



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – DOUTORADO

**CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA: REPERCUSSÕES NO PRÉ-NATAL
MASCULINO**

Flávio Lúcio Almeida Lima

JOÃO PESSOA–PB
2014

Flávio Lúcio Almeida Lima

**CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA: REPERCUSSÕES NO PRÉ-NATAL
MASCULINO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Psicologia Social da Universidade Federal da
Paraíba como requisito final para obtenção do
grau de Doutor em Psicologia Social.

**Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli
(Orientadora)**

JOÃO PESSOA-PB
2014

L732c Lima, Flávio Lúcio Almeida.
Construção da identidade paterna: repercussões no pré-natal masculino / Flávio Lúcio Almeida Lima.- João Pessoa, 2014.
239f.
Orientadora: Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHL
1. Psicologia social. 2. Identidade paterna. 3. Pré-natal masculino.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

**CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA: REPERCUSSÕES NO PRÉ-
NATAL MASCULINO**

Autor: Flávio Lúcio Almeida Lima

BANCA AVALIADORA

Profa Dra Ana Alayde Werba Saldanha
(UFPB, Orientadora)

Profa Dra Maria de Fátima Pereira Alberto
(UFPB, Membro Interno)

Prof. Dr Eduardo Sérgio Soares Sousa
(UFPB, Membro Interno)

Profa Dra Josevânia da Silva
(UEPB, Membro Externo)

Prof. Dr Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca
(UFPE, Membro Externo)

JOÃO PESSOA-PB
2014



*Ao meu pai,
que em sua singularidade me permitiu entender as nuances paternas.*

*Ao meu filho nascituro,
no sentimento de sua presença construo e reconstruo o sentido de ser pai.*

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança:

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades”.

(Luiz Vaz de Camões)

AGRADECIMENTOS

O caminho foi longo e sinuoso, mas não estive sozinho, na guia do caminho contei com suportes as quais faço questão de registrar agradecimentos.

Antes de tudo, agradeço ao meu Deus, meu suporte maior, aquele que me transcende, sonda, fortalece, e abençoa todos os dias meu viver.

Aos meus pais, pelo amor imensurável, pela confiança, pelo zelo e pelos investimentos. Às vezes até sem entender direito, mas me ajudavam a “erguer a bandeira” e seguir. Amo-os incondicionalmente.

Aos meus irmãos Fábio e Bian, pelo companheirismo na minha história, por torcerem por mim, pelas palavras amigas que certamente me fizeram crescer. Vocês são muito importantes para mim.

À minha amada esposa Izete, em meio a esta caminhada nosso amor aconteceu, minha vida tem mais sentido porque encontrei você. Grato pelo companheirismo e palavras acertadas no momento exato que eu deveria escutar. Amo-te!

Ao meu pequenino filho em gestação, meu pequeno príncipe, meu presente maior nesse percurso, a existência me fez crescer. Aguardo-te com todo meu amor.

À minha cunhada Lila e meus sobrinhos Tharcy, Thaiany e Thales, vocês sempre estarão pertinho de mim mesmo distantes, o amor une.

À minha amiga e futura cunhada Catarina, por estar também na torcida e pelo os doces que fizeram doces os momentos.

À família que por opção me acolheu, minha sogra Júlia, minhas cunhadas Bel e Neide, meu cunhado Nildo, Robson, Maria Rita, Maria Eduarda, pelo carinho que me dedicam.

Ao meu avô, João Lúcio, seu jeito de ser me abriu caminhos pra o entendimento da paternidade.

À Profa Dra Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, por uma orientação total, tanto na academia quanto na vida. Com toda certeza você é meu referencial.

À Profa Dra Maria de Fátima Pereira Alberto, por sua leitura perspicaz e profissionalismo desde o mestrado, aprendi também a caminhar sob suas orientações. Sem sua atenção esta tese não seria a mesma.

À Profa Dra Josevânia da Silva, pela atenção e solicitude ao dar feedback sobre a tese. Concomitantemente, agradeço a Josi pela amizade e parceria durante um percurso que se iniciou no mestrado.

Ao Prof. Eduardo Sérgio Soares Sousa, pela disponibilidade e atenção em contribuir com o trabalho e se fazer presente na banca de defesa.

Ao Prof. Jorge Lyra, por ser tão atencioso, prestativo e humano no trato, suas contribuições pra mim iniciaram desde o Fazendo Gênero.

Ao Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Promoção de Saúde, minha família acadêmica que tem toda qualidade de gente, povo feliz, nossa convivência nos lança para a vida fazendo-nos ser melhores.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, pelas aulas ministradas e pelo conhecimento adquirido que fica.

À Rê e Docinho, nossa convivência fortaleceu a amizade, hoje sou mais com vocês duas, “eu quero é que prolifere”.

Ao Marcílio e à Alessandra, meus amigos distantes, mas que sempre se fazem presentes ao torcerem por mim. Meus queridos, amizade bem vivida é inesquecível, vocês são assim.

Ao Henry Pôncio, Janaína e Carmem pela amizade de sempre e por sempre confiar em mim.

Ao Edson e à Maria Rita, pelos momentos descontraídos que suavizaram a caminhada, vamos abrir um vinho da adega da Rita, viu?

Ao Edilâneo, no caminho sempre aparece “anjos” pra nos ajudar, seu auxílio veio na hora certa, valeu amigo!

À Iranete e ao Marcelo, pela ajuda na busca de participantes, fico grato demais.

Ao Profº Maio Spellman, meu chefe e amigo, por entender minhas ausências na etapa final da tese.

Aos colegas de trabalho da Faculdade Maurício de Nassau, Sócrates, Luíza, Janaína, Luiz, Elis, e tantos outros, pelos momentos compartilhados no exercício docente.

Aos meus alunos, que me ajudaram a construir o que hoje sou enquanto professor, sem a experiência deles a construção de conhecimento não se faz.

Por fim, aos participantes desse estudo os quais aceitaram compartilhar a intimidade de suas vidas e do convívio familiar, sem eles seria impossível acontecer este trabalho.

Muito Obrigado!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
RESUMO.....	14
ABSTRACT.....	15
APRESENTAÇÃO.....	16
QUESTÕES NORTEADORAS.....	20
OBJETIVOS.....	20
EXPECTATIVAS.....	20
PARTE I - MARCO TEÓRICO.....	22
CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PATERNIDADE.....	23
1.1 A HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA NO MUNDO.....	23
1.2 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL: DA COLÔNIA A REVOLUÇÃO SEXUAL.....	33
1.3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE.....	45
1.4 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA.....	57
1.5 PATERNIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA: A PROPOSTA DO PRÉ-NATAL MASCULINO.....	64
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	75
2.1 IDENTIDADE SOCIAL.....	75
PARTE II - MARCO EMPÍRICO.....	102
CAPÍTULO 3 - MÉTODO.....	103
3.1 DELINEAMENTO.....	103
3.2 PARTICIPANTES.....	103
3.3 INSTRUMENTOS.....	104

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	106
3.5 ANÁLISE CATEGORIAL TEMÁTICA.....	108
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	110
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	111
4.1- CLASSES TEMÁTICAS E CATEGORIAS ENUNCIADAS.....	111
4.1.1- PATERNIDADE.....	113
4.1.1.1-CATEGORIA 1: TRANSFORMAÇÃO.....	106
4.1.1.2-CATEGORIA 2: PAPÉIS.....	124
4.1.1.3-CATEGORIA 3: RESPONSABILIDADE.....	143
4.1.1.4-CATEGORIA 4: REALIZAÇÃO.....	154
4.1.1.5-CATEGORIA 5: LIMITAÇÕES.....	157
4.1.2- SAÚDE REPRODUTIVA.....	164
4.1.2.1-CATEGORIA 1: PRÉ-NATAL.....	164
4.1.2.2-CATEGORIA 2: PRÉ-NATAL MASCULINO.....	176
4.1.2.3-CATEGORIA 3: PARTICIPAÇÃO MASCULINA.....	184
4.1.2.4-CATEGORIA 4: SERVIÇOS DE SAÚDE.....	190
4.1.2.5-CATEGORIA 5: OBSTÁCULOS.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	215
APÊNDICES	
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra.....	09
Tabela 2 – Fatores e aspectos de interesse da entrevista semiestruturada.....	09
Tabela 3 – Etapas do procedimento de Análise de Conteúdo do material transcrito nas entrevistas.....	10

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema sinóptico das oposições pertinentes (Bourdieu, 2002).....	09
Figura 2 – Organograma da Classe Temática I.....	09
Figura 3 – Organograma da Classe Temática II.....	10
Figura 4 – Organograma da Classe Temática II (continuação).....	10

LISTA DE ABREVIATURAS

OMS Organização Mundial da Saúde

MS Ministério da saúde

PNAISH Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem

ONU Organização Mundial de Saúde

SUS Sistema Único de Saúde

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SIS Síntese de Indicadores Sociais

DST Doença Sexualmente Transmissível

PAISM Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PHPN Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento

HIV Vírus da Imunodeficiência Adquirida

POSDR Partido Operário Social-Democrata Russo

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CEP/SES-PB Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba

RESUMO

Introdução: A paternidade na vida do homem representa momento de grande mudança caracterizado, principalmente, por papéis sociais que determinam o comportamento adulto masculino perante a família e a sociedade. A ideia de “pai provedor” influenciou e, ainda, tem influenciado o comportamento do homem frente à paternidade. Por outro lado, a figura do “novo pai” se caracterizou a partir do rompimento com o modelo tradicional de paternidade e do desenvolvimento de vínculos afetivos no trinômio pai-mãe-filhos. Assim, percebe-se que a forma de conceber e vivenciar a paternidade decorre de transformações históricas. Neste sentido, compreendendo a paternidade como construção social que se forma a partir de processos identitários da figura masculina e concepções de gênero, o estudo em questão sustenta-se na Teoria da Identidade Social com enfoque da Psicologia Sócio-histórica.

Objetivo Geral: Analisar as repercussões da construção da identidade paterna na adesão ao pré-natal masculino. **Método:** Tratou-se de um estudo com abordagem qualitativa. Participaram 40 homens-pais, na faixa etária entre de 22 e 47 anos, tempo de parentalidade mínimo de 1 ano, relacionamento estável, e classes sociais diversas. Critérios de inclusão: ser homem-pai adulto, não ser pai adolescente, nem avô, uma vez que se acredita existir peculiaridades nestas situações as quais não se enquadram como foco do estudo em questão. Os participantes foram selecionados de forma aleatória, sendo respeitados os critérios de inclusão no estudo e concordância em responder os instrumentos. Instrumentos: 1) Entrevista Semiestruturada: com o intuito de apreender discursos acerca das vivências e concepções da paternidade; 2) Questionário sociodemográfico: que buscou levantar dados acerca da idade, renda, tempo de relacionamento, status conjugal, número de filhos e escolaridade. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – CEP/SES-PB. Após a aprovação ética e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes, procedeu-se a coleta dos dados. As entrevistas foram processadas por Análise Categórica Temática, proposta por Figueiredo (1993), a qual consiste na relação dos discursos emergentes com as variáveis temáticas de interesse. **Resultados:** A partir da análise dos relatos dos participantes, emergiram duas classes temáticas e dez categorias. A Classe Temática I *Paternidade* foi composta pelas categorias: Transformação, Papéis, Responsabilidade, Realização e Limitações. A Classe Temática II *Saúde Reprodutiva* foi composta pelas categorias: Pré-natal, Pré-natal masculino, Participação masculina, Serviços de saúde e Obstáculos. **Considerações finais:** A paternidade enquanto construção social é moldada conforme o tempo histórico em transição. A identidade paterna é tida como algo em constante transformação a depender do contexto sócio-histórico do homem, neste sentido, a forma com a qual o homem foi socializado vai implicar necessariamente na sua identidade paterna. Enquanto estratégia de intervenção de uma política pública de saúde, o pré-natal masculino deve, então, contemplar o sentido histórico da paternidade e os significados atribuídos a este momento da vida masculina para que assim melhor se efetive a sua implementação e, conseqüentemente, a adesão masculina.

Palavras-chave: Paternidade; Identidade Social; Pré-natal.

ABSTRACT

Introduction: Fatherhood in man's life represents moment of big change characterized, mainly, for social roles which determine the male adult behavior before the family and society. The idea of "provider father" influenced and still has influenced the man's behavior before fatherhood. On the other hand, the figure of the "new father" characterized from the break up with the traditional model of fatherhood and of the development of affective bonds in the trinomial father-mother-children. Thus, one realizes that the way to conceive and experience fatherhood results from historical transformations. In this sense, understanding the fatherhood as a social construction which formed from identity processes of the male figure and conceptions of genre, the study in question rests on the Social Identity Theory with the focus of Socio-historical Psychology. **General Objective:** To analyze the repercussions of the construction of paternal identity in the adherence to male prenatal. **Method:** This was a qualitative study. 40 men-fathers participated, ranging in age from 22 to 47 years, parenting time minimum of 1 year, stable relationship, and different social classes. Inclusion criteria: to be adult man-father and not to be teenager father, nor grandfather once believed to exist peculiarities in these situations which do not fit with the focus of the study in question. Participants were selected randomly, being respected the inclusion criteria in the study and agreement in answering the instruments. Instruments: 1) Semi-structured interview: realized in order to apprehend discourses about the experiences and conceptions of fatherhood; 2) Socio-demographic questionnaire: that sought to collect data on the age, income, time of relationship, conjugal status, number of children and education. The study was submitted and approved by the Ethics in Research of the State Department of Health of Paraíba – CEP/SES-PB. After ethical approval and signing of Term of Informed Consent by the participants, it proceeded to collect data. The interviews were processed by Thematic Categorical Analysis, proposed by Figueiredo (1993), which consist in the relation of emerging discourses with the thematic variables of interest. **Results:** From the analysis of the participants' reports, two thematic classes and ten categories emerged. The Thematic Class I *Fatherhood* was composed by categories: Transformation, Roles, Responsibility, Achievement and Limitations. The Thematic Class II *Reproductive Health* was composed by categories: Prenatal, Male prenatal, Male participation, Health services and Obstacles. **Final considerations:** Fatherhood as a social construction is framed as historical time in transition. The paternal identity is taken as something in constantly changing depending on the socio-historical context of man, in this sense the way in which man was socialized will necessarily result in their paternal identity. While a strategy intervention of a public health policy, the male prenatal should then contemplate the historical meaning of parenthood and the meanings attributed to this moment of male life so that best become effective implementation and therefore the male adhesion.

Keywords: Fatherhood, Social Identity; Prenatal.

APRESENTAÇÃO

Qual o lugar do pai? Na história da família observa-se que este é um questionamento de fácil resposta, entretanto, de consideráveis repercussões. A paternidade enquanto processo inerente à vida masculina traz em si peculiaridades que são fundadas em papéis construídos socialmente, os quais irão se refletir em atitudes do homem frente à sociedade e família. Compreende-se que a forma de se vivenciar a paternidade decorre de transformações oriundas da história social da família e da construção da masculinidade. Neste sentido, explicar qual o lugar do pai na sociedade, necessariamente, corresponde considerar toda história que alicerça este fenômeno social. Tal ponto de vista tem colocado a paternidade como foco de estudo dentro das ciências sociais.

A herança histórica atribuída ao patriarcado, bem como o estabelecimento normativo da família nuclear burguesa na sociedade, refletiu no convívio social mudanças nas concepções de feminino e masculino os quais deram sentido, posteriormente, ao que se intitularam estudos de gênero. Em específico, a partir da Idade Média, o surgimento do patriarcado ajudou na supremacia do poder sexual masculino elevando-o ao status de poder social hegemônico o qual subjaz as relações em sociedade, sobretudo as relações familiares. De acordo com Connel (1995), deve-se ao patriarcado a institucionalização da masculinidade hegemônica que se explica através da representação do homem enquanto um sujeito viril, superior, ativo e provedor, o que reforçou a dominação masculina em detrimento do feminino. Outrossim, a concepção da família burguesa do século XVIII reforçou ainda mais tais construções uma vez que a divisão sexual do trabalho delegou ao homem a função de provedor econômico do lar. Portanto, por muito tempo atrelou-se ao masculino uma condição

de virilidade e de provisão de bens familiares os quais se perpetuam até hoje dificultando a participação masculina em outros segmentos da sociedade e da família.

Não obstante, a emancipação da mulher no mercado de trabalho e o advento dos estudos de gênero também refletiram mudanças na forma de se enxergar o homem e, por sua vez, a paternidade. Percebe-se, então, que as transformações no homem ocorrem concomitantes as transformações no feminino, são aspectos relacionais, um não acontece sem o outro. Esta percepção indicou a importância de se estudar as relações de gênero, tendo em vista que a história das mulheres não pode ser entendida apartada da história dos homens e vice-versa, a literatura tem apontado a relevância desse aspecto nos estudos de gênero (Hennigen e Guareschi, 2002; Teixeira, 2005). Acerca disso, particularmente, Lyra e Medrado (2000) salientam que “a dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente os argumentos culpabilizantes sobre o masculino” (p. 147). Nesse ponto de vista, busca-se nos estudos de gênero entender como se constroem as relações e que transformações implicam para a sociedade. O estudo em questão se funda nessa premissa.

Os estudos sobre a “nova paternidade” defendem uma concepção de paternidade fundada no envolvimento afetivo do homem-pai com a família, neste caso seria também o homem responsável pela dimensão de cuidados e afetividade para com os filhos, papel antes delegado apenas ao feminino. O “novo pai” surge a partir do rompimento com o pai tradicional e do estabelecimento de uma nova masculinidade pautada no cuidado, participação e afetividade (Montesinos, 2004; Gomes & Resende, 2004; Cebotarev, 2003). Muitas pesquisas recentes demandam interesse por este objetivo buscando entender os desdobramentos da nova paternidade em detrimento ao patriarcado (Silva & Piccinini, 2007; Monteiro, Veríssimo, Sanos & Vaughn, 2008; Cia & Barham, 2009; Serôdio, 2009).

A construção social do que é ser masculino é fundamental para a compreensão de como se exerce a paternidade em um determinado tempo e espaço. Para se discutir a questão da paternidade hoje é preciso antes saber o que é ser homem nesta sociedade, assim como a discussão dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher e a maneira como eles são vistos na sociedade atual.

Neste sentido, a formação da identidade paterna assim como a masculina pode ser entendida a partir de uma construção social. São as interações sociais que permitem estabelecer normas ou conceitos baseados na sua condição (masculina ou feminina). Nesta perspectiva, a participação do homem em questões reprodutivas, como por exemplo, a atuação do pai na gestação e no desenvolvimento dos filhos estará relacionada à maneira como o homem foi socializado.

Conforme dito anteriormente, este “novo pai” busca um maior envolvimento com seus filhos, além do maior comprometimento com as práticas referentes ao cuidado e educação destes. Consistente com essa visão, em 2008, o Ministério da Saúde (MS) implantou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) e, com base nessa iniciativa, foi desenvolvido o serviço “pré-natal masculino”, primeira proposta de ação que envolve a saúde do pai aliada à saúde materno-infantil. Esse serviço parte dos pressupostos de que a participação ativa do pai no ciclo gestacional é essencial para a interação pai-filho e na construção de vínculos de afetos, proporcionando ao homem-pai uma nova visão de autocuidado e de ser cuidador. Nesta conjuntura, a participação no pré-natal irá promover o acesso dos homens aos serviços de saúde, proporcionando a oportunidade de prevenção e promoção de sua saúde (Brasil, 2008). Entretanto, ressalta-se que o pré-natal masculino não se refere apenas ao acompanhamento da parturiente. Concomitante à participação no pré-natal, o Ministério da Saúde estimula e recomenda os futuros pais a cuidarem da saúde,

através de exames preventivos e, em decorrência desta adesão, combater os agravos evitáveis e os altos índices de morbimortalidade que os atinge.

Ainda que as políticas e os serviços de saúde, em seus mais diferenciados níveis de atuação constituam-se em importantes espaços de construção da identidade paterna, não se pode negar o sentido histórico contido nisso tudo, que pode ajudar a esclarecer que as construções das identidades paternas, embora sejam também reforçadas por ações simples como as marcações dos horários de consulta, não começam e nem terminam nos postos de saúde. Anterior a isso, estão os aspectos socioculturais e relacionais que tem a ver com as expectativas preexistentes com relação aos homens: ser provedor financeiro, respeito e autoridade; os estilos de relacionamento com a mãe das crianças e com os parentes.

Neste sentido, aponta-se a importância de se desenvolver estudos sobre a identidade paterna, na tentativa de resgatar os significados sociais da reprodução como um processo de interação de homens e mulheres, e problematizar os sentidos que outorgam a ambos os sexos a participação masculina em um processo reprodutivo mais complexo, o qual questione a posição masculina na relação homem-mulher e considere as possíveis relações da participação do homem na procriação com outros âmbitos de sua vida como sexualidade, trabalho e vida cotidiana.

Considerando as discussões acerca das mudanças que afetam a paternidade e a masculinidade nas últimas décadas, bem como relacionando tal contexto com participação masculina na saúde reprodutiva, especificamente, a adesão ao pré-natal masculino, este estudo figurou as seguintes questões norteadoras, objetivos e expectativas:

Questões Norteadoras:

Até que ponto a mudança nos papéis de paternidade se reproduzem nos diferentes estratos sociais? Como as relações de gênero influenciam na construção da concepção de paternidade em homens-pais? De que modo a construção da identidade paterna pode influenciar na adesão do pré-natal masculino?

Objetivo Geral:

- Analisar as repercussões da construção da identidade paterna na adesão ao pré-natal masculino

Objetivos Específicos:

- Analisar a influência das condições socioeconômicas na concepção de paternidade;
- Analisar a influência da idade na concepção de paternidade;
- Apreender as concepções masculinas acerca do pré-natal;
- Identificar as percepções dos pais em relação ao envolvimento paterno no pré-natal;
- Comparar as crenças acerca da masculinidade e paternidade de homens que acompanham e homens que não acompanham o pré-natal.
- Identificar quais as barreiras que dificultam aos homens comparecer às consultas pré-natais.

Expectativas

1: A atuação do pai na gestação e no desenvolvimento dos filhos está relacionada com a maneira com a qual o homem foi socializado.

2: As condições socioeconômicas exercem influência sobre a concepção de paternidade, com os segmentos de baixo estrato socioeconômico tendem a reproduzir modelos tradicionais.

3: A identidade paterna pode assumir diferentes formas a depender da idade e nível de escolaridade.

4: Não apenas as condições estruturais, mas também as construções históricas dificultam o pré-natal masculino.

PARTE I

MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PATERNIDADE

1.1 - HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA NO MUNDO

Sendo a paternidade um processo social desencadeado no organismo familiar, é evidente que as transformações inerentes à mesma sejam reflexos de transformações também ocorridas na família. Portanto, torna-se necessário discutir a história social da família e os novos arranjos familiares que se apresentam na contemporaneidade como fatores influentes no comportamento masculino, sobretudo, o comportamento paterno frente à família e sociedade.

Caracterizado pela dicotomia público/ privado destinados ao homem e mulher, respectivamente, o modelo de família nuclear burguesa encontra-se na base da representação familiar ocidental e se configura num modelo tradicional de enxergar a família o qual é socialmente aceito até hoje. Entretanto, pergunta-se qual seria a origem desse modelo familiar na história? Por outro lado, pergunta-se ainda se existiria um modelo representacional que contemple plenamente a família? A literatura tem conceituado a família a partir das transformações da história da humanidade, ou seja, ao se definir família há que se considerar o contexto social, político e cultural sob o qual o homem está envolto, portanto no estudo da família considera-se certa dinamicidade de modelos que torna inviável a concepção de um modelo familiar único ou ideal (Goldani, 1994; Goldani, 1993; Bilac, 1995; Teruya, 2000; Hintz, 2001; Narvaz & Koller, 2006; Scott, 2010).

Num ponto de vista sociológico, Engels (1981) advoga que a família acompanha o desenvolvimento das sociedades humanas e assim encontra-se entremeada por estruturas e funções sociais que são determinados por períodos históricos. Dessa forma, citando trabalho

antropológico realizado por Lewis Henry Morgan, Engels (1981) apresenta a história das famílias influenciada por fatores ligados à evolução das relações de parentesco, a ideia de propriedade privada, assim como o surgimento do capitalismo. De acordo com este autor, antropologicamente, a evolução das sociedades humanas é acompanhada por três estágios – estágio selvagem, barbárie e civilização – os quais ajudaram também a denominar modelos de família que variam de um estado mais primitivo onde a promiscuidade dos sexos, por exemplo, era permitida, passando pela união por grupos e poligamia, até se atingir a monogamia tida como um estado mais civilizado.

Tida como a forma mais remota de instituição familiar, na família consanguínea as relações eram estabelecidas no seio de um grupo, os grupos conjugais eram classificados por gerações, ou seja, “todos os avôs e avós, nos limites da família, são maridos e mulheres entre si; o mesmo sucede com seus filhos, quer dizer, com os pais e mães; os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns [...]” (Engels, 1981, p. 37-38), sendo, portanto, a relação carnal mútua algo que era concebível entre os integrantes do grupo. Por sua vez, marcada pela exclusão das relações sexuais entre irmãos e irmãs carnis, surgiu a família punaluana caracterizada pelo casamento por grupos e a formação da *gens* – grupo fechado de parentes consangüíneos por linhagem feminina cujo casamento intragrupo era proibido. Neste modelo familiar os irmãos uterinos ou mais afastados (primos) podiam ter casamento comum com mulheres de outros grupos as quais se denominavam *punalua* (companheiro íntimo), exceto suas próprias irmãs. Vale salientar, a importância dada à mãe na família punaluana, tendo em vista que na família por grupos a exatidão da paternidade de uma criança era algo difícil, fato que não acontecia com a maternidade. Neste sentido, reconhece-se a linhagem feminina como característica marcante do matrimônio por grupos, a descendência só podia ser estabelecida através da mãe.

Posteriormente, se estruturou a família sindiásmica que tinha como fundamento o casamento por pares (homem e mulher), sendo a poligamia e infidelidade conjugal encaradas como direito exclusivo masculino. Conseqüentemente, a fidelidade conjugal era dever da mulher cujo não cumprimento era motivo de castigo. Neste modelo de família o vínculo conjugal era passível de rompimento por ambas as partes e a linhagem feminina ainda era valorizada. Entretanto, atribui-se ao modelo familiar sindiásmico o surgimento da propriedade privada. A divisão do trabalho na família direcionou o homem à procura de alimentação e trabalho, que por sua vez o acúmulo de riquezas elevou-o a um posto superior a mulher no seio da família, cabendo a esta apenas a posição de servidão e reprodução (Engels, 1981).

Como se percebe, este período teve como marco a desvalorização do direito materno próprio dos modelos familiares anteriores, como bem afirma Engels (1981) “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (p. 61). Tal fato contribuiu para estruturar outro importante modelo familiar, intermediário na passagem do casamento sindiásmico para a monogamia, a família patriarcal. Deve-se principalmente aos romanos este tipo de instituição familiar onde a submissão total ao poder paterno era o cerne. Para os romanos a palavra família deriva da expressão *famulus* (escravo doméstico), portanto a família seria um conjunto de pessoas (mulher, filhos e escravos) submetidas ao poderio de um mesmo homem (o *pater*).

No patriarcado, o homem passou a controlar a sexualidade feminina, uma vez que necessitavam assegurar a transmissão da herança e a posse da terra para filhos que fossem legítimos, neste sentido a virgindade feminina até o casamento e a incondicional fidelidade conjugal feminina eram elementos imprescindíveis (Ramires, 1997). A autoridade patriarcal

ante a família se sobrepunha, inclusive, ao poder do Estado, ou seja, o pai detinha a propriedade da família ditando todas as decisões até a sua morte (Xavier, 1998).

Na história social da família, o patriarcado representou um marco hegemônico do poder sexual masculino e paterno, fortemente vigente na Idade Média e na Modernidade até meados do século XVII. Em todo o mundo, o patriarcado foi a grande força estruturante da família sob a qual se derivou relações de geração (poder do pai sobre as/os filhas/os) e de gênero (poder do marido sobre a mulher). Dessa forma, a assimetria sexual institucionalizada caracterizada pela poliginia e adultério masculino, a hierarquia de poder marital, bem como a heteronomia feminina foram aspectos marcantes das relações de gênero instituídos pelo patriarcado e influentes até hoje (Therborn, 2011). Tais aspectos apontam o quanto o patriarcado serviu para elevar não apenas o poderio do pai, mas sim o poder masculino, sobretudo enquanto categoria social. Assim, por muito tempo o patriarcado serviu de base na composição das relações sociais sendo uma força dominante não apenas na família mas também na sociedade como um todo.

Não obstante, na modernidade, o conceito de patriarcado tem se tornado controverso em meio aos estudos feministas. O termo patriarcado denota um tipo de dominação tradicional cuja lei é o senhor (pai) e o domínio são as comunidades domésticas. Sendo assim, na mentalidade moderna, torna-se inadequado falar numa sociedade plenamente patriarcal uma vez que a ideia de patriarcado é imbuída pela histórica pressuposição de dominação masculina e, conseqüentemente, secundariza a ideia de mudança que vem ocorrendo no campo da família e relações de gênero (Narvaz & Koller, 2006).

Neste sentido, a partir do século XX, orientado pela secularização e redemocratização no mundo os quais deram visibilidade aos direitos das mulheres e das crianças, percebeu-se o “declínio” do patriarcado, tal processo foi responsável por mudanças globais na história do

gênero humano e das relações geracionais. Se o patriarcado refere-se ao poder institucionalizado na sociedade e na família, há de se convir que o seu desmantelamento tenha principiado a partir de mudanças ideológicas e políticas que por sua vez refletiria mudanças familiares.

Dessa forma, Therborn (2011) aponta quatro grandes correntes ideológicas europeias que serviram de pano de fundo para o processo de *despatriarcalização*, a saber: 1- o movimento feminista das mulheres que teve seu ápice no ano de 1975 com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU); 2- o movimento trabalhista socialista de cunho marxista e anarquista que defendia a família igualitária por meio de uma revolução democrático-burguesa; 3- o liberalismo secularizado de base cristã-protestante ou judaica que atuou na Comissão de Direitos Humanos da ONU; 4- o nacionalismo desenvolvimentista que contribuiu ativamente com políticas antipatriarcais contrárias à opressão masculina e com a reforma de relações de gênero. Todos estes fatos históricos simbolizaram mobilizações fundadas numa perspectiva de democratização cujo intuito maior evidencia a urgência da queda do absolutismo patriarcal no mundo.

Como se vê, é indiscutível que o patriarcado nos últimos séculos tem perdido espaço, todavia vale ressaltar que tal transformação não acontece de forma globalizante. A partir do século XXI as chamadas sociedades pós-patriarcais são caracterizadas pelo discurso político e ideológico igualitário que destituiu, civilmente, os direitos do pai sobre os filhos e mulheres. A autonomia adulta com relação aos pais e a igualdade de direitos familiares para homens e mulheres, inclusive com vias de reivindicação judicial, foram os principais marcos de mudanças no pós-patriarcado do século XXI. Entretanto, tais mudanças não são sinônimos de igualdade de gênero, percebe-se que relações sociais e econômicas de desigualdade

permanecem influenciando o comportamento de homens e mulheres no que se refere à família e as capacidades individuais. Acerca disso, Narvaz e Koller (2006) salientam que o poder natural dos homens sobre as mulheres adentra a vida civil reafirmando a dominação masculina, observa-se então uma reconfiguração do patriarcado tradicional que subjaz a sociedade civil capitalista dando margem a uma nova faceta patriarcal, o patriarcado moderno. Conforme Therborn (2011), apenas 30% da humanidade compõe as sociedades pós-patriarcais, estando a Europa e a América na vanguarda, porém com diferenças cronológicas. Em muitos lugares do mundo, principalmente os países orientais, o patriarcado existe entrincheirado e reforçado por movimentos neopatriarcais de cunho político-religioso.

Além do patriarcado, a supremacia da propriedade privada em detrimento à propriedade comunista característica dos povos primitivos influenciou diretamente os rumos da família, e é nesse contexto que se estruturou a monogamia. Também baseada no poder masculino, a família monogâmica foi a primeira forma de família criada a partir de condições econômicas e não de condições naturais como em modelos familiares anteriores. Com o acúmulo de riquezas o homem necessitava de herdeiros que pudessem levar a frente seu patrimônio, por isso justifica-se na família monogâmica a superioridade masculina e a procriação de filhos cuja paternidade fosse inquestionável, como deveres a serem cumpridos pelos homens.

Por conta desse fundamento estritamente econômico, a monogamia trouxe consigo a primeira opressão de classes – a opressão do masculino sobre o feminino – e assim tornou-se a forma celular da sociedade civilizada interferindo até hoje nas relações estabelecidas intra e extrafamiliar. Analogamente, a dominação do homem ante a família reflete as relações de poder também estabelecidas na sociedade industrial, o homem que detém o poder econômico representa a força dominadora da burguesia e a mulher que cumpre seus serviços domésticos

no espaço do lar representa o proletariado, tem-se com isso a representação burguesa de família. Tanto a família patriarcal quanto a família burguesa, bem como a monogâmica foram modelos históricos civilizados que determinaram a estrutura familiar atual. A esse respeito Áries (1981) salienta que a partir do surgimento da propriedade privada, a família patriarcal passou a ser vista como a célula social e a base do Estado, e dela decorreu a família nuclear (pai, mãe, filho), modelo representativo da família moderna e fortemente vigente na sociedade contemporânea.

Para Shorter (1995), a formação da família moderna efetivou-se com a transição da sociedade europeia tradicional para a uma sociedade moderna e industrial no início do século XIX, o surgimento do capitalismo marcou significativamente esta transição. De acordo com este autor, o mundo moderno trouxe uma quebra com a ordem social conservadora, a família que antes tinha uma consciência de tradições nas relações intrafamiliares, uma preocupação com a linhagem e vivia um modo de vida coletivo; com o avanço de uma economia de mercado, passou a se fechar em si valorizando mais a privacidade do grupo conjugal e restringindo a participação de estranhos à intimidade do lar. Percebe-se, então, que o regime capitalista ajudou a moldar as relações familiares proporcionando, na visão de Shorter (1995), uma revolução de sentimento que se caracterizou pela separação da família com a comunidade extrafamiliar. O individualismo em detrimento ao modo de vida coletivo foi o principal fator capitalista que mudou drasticamente os valores e comportamentos familiares fazendo a família nuclear ascender como modelo familiar.

Neste sentido, a família nuclear teve no processo histórico um caráter normativo, constituindo-se então como o padrão de organização familiar mais difundido no Brasil e no ocidente. Entretanto, tal modelo não pode ser visto como representante pleno da família brasileira, ou seja, a instituição da família nuclear, sobretudo a monogâmica, foi difundida de

forma expressiva em meio à burguesia, não ocorrendo o mesmo em meio ao proletariado e as camadas mais pobres da população. Além disso, em meio à própria burguesia observavam-se transgressões ao modelo de família nuclear, a exemplo da realidade de concubinato e adultério sob a qual muitas famílias viviam submetidas. As escolas e obras literárias da época, por exemplo, evidenciam tal realidade da família a qual merece ser destacada.

Como reação aos ideais românticos, o Realismo surgiu na segunda metade do século XIX na França, em 1857. Entretanto, se difundiu principalmente em Portugal e, especificamente no Brasil, foi inaugurado em 1881. Os romances realistas buscavam refletir o momento histórico por que vivia a sociedade da época, denunciavam os desequilíbrios da sociedade, portanto eram caracterizados como antimonárquicos e anticlericais. Para Terra e Nicola (2006), uma característica dos autores realistas era a negação à burguesia por meio da família, considerada célula-mãe da sociedade. Com base nisso, as obras realistas do português Eça de Queirós criticam fortemente a sociedade portuguesa do século XIX enfocando a decadência dos valores morais e da burguesia. O caso amoroso vivido por Luisa e Basílio, sob a forte chantagem da empregada Juliana, denotam a crítica à família burguesa aparentemente feliz e perfeita retratada na obra *O primo Basílio*. Em *Os Maias*, o amor incestuoso de Carlos Eduardo e Maria Eduarda também refletem a futilidade e o falso moralismo presente na alta sociedade de Lisboa (Terra & Nicola, 2006).

No mesmo sentido, na literatura brasileira, o romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis traz como foco uma crítica irônica à sociedade carioca. O suposto adultério de Capitu, o ciúme doentio e os conflitos conjugais de Bentinho, bem como o obscuro triângulo amoroso Bentinho-Capitu-Escobar são utilizados para questionar o caráter da sociedade do Rio de Janeiro. Evidencia-se na obra o contraste entre as personagens e o desequilíbrio psicológico. Bentinho, advogado e homem rico, apaixona-se e casa-se com Capitu, mulher inteligente

porém de família pobre. A desconfiança de Bentinho ante o suposto adultério de sua esposa Capitu exemplifica o comportamento e relações sociais da época, ou seja, o adultério relacionava-se as camadas mais pobres e a família dita “estruturada” era característica da elite branca. Também a obra naturalista *O cortiço*, de Aluisio de Azevedo, relaciona a degradação humana, luxúria e adultério às camadas subalternas. O caso amoroso entre o operário português Jerônimo, homem sério, honesto, casado e pai de uma adolescente; e a mulata Rita Baiana, moradora do cortiço de João Romão, torna claro esta realidade. Após ser contratado para trabalhar com João Romão, Jerônimo passa a viver no cortiço, influenciado pelo ambiente desregrado, apaixonou-se por Rita Baiana abandonando assim sua família (Terra & Nicola, 2006).

Com os exemplos da literatura verifica-se não apenas o reflexo das transformações e realidade social de uma época, mas também a existência de fatores que indicam o modelo de familiar nuclear e monogâmica como representação familiar constituída a partir de divisões de classes, neste sentido não pode ser representativo de toda a sociedade, principalmente da população mais pobre. De acordo com Szymanski (2002) quando o modelo de família nuclear burguesa passou a ser concebido como norma e não como modelo historicamente construído, passou-se a aceitar implicitamente os valores, regras, crenças e padrões emocionais que dele advém, sendo assim qualquer modelo familiar que a este se sobrepõe era tido como “desestruturado” ou “incompleto”.

A preocupação exacerbada em se enquadrar a família num padrão estrutural normativo ofuscou a importância de se compreender fatores que estão inter-relacionados na história e justificam as novas formas de se ver a família contemporânea. As mudanças sociais decorrentes, sobretudo da ascensão feminina ao mercado de trabalho e da autonomia feminina no controle de sua própria sexualidade, contribuíram com mudanças que desembocam em

novas estruturas familiares as quais invalidam a família nuclear burguesa como modelo dominante. O crescimento do número de divórcios, a existência de filhos/as criados apenas pelo pai ou pela mãe, os filhos/as criados em famílias reconstituídas, os casais que optam por não terem filhos/as, bem como os filhos criados por casais homoafetivos, são exemplos de fatos sociais que fundamentam os novos arranjos familiares presentes na sociedade atual.

As mudanças nos padrões familiares no mundo são reflexos de transformações na família patriarcal, principalmente no que se refere à intimidade da vida cotidiana. De acordo com Gidenns e Pierson (2000) essas mudanças são caracterizadas como

parte essencial dos processos de democratização na vida pessoal - pela primeira vez, homens e mulheres em princípio se tratam como iguais, e as crianças tem seus direitos. Ao mesmo tempo, vêm-se revelando coisas extraordinárias sobre o lado negro da "família tradicional", suas inconveniências e abusos. (...) as instituições familiares tradicionais não chegam a ser de todo atraentes. A incipiente democratização da esfera privada tem seus aspectos críticos, sobretudo no tocante ao divórcio e as crianças sem pai, mas essas mudanças são globais (...). (p.91)

É inegável que as novas estruturas de família não mais comportam modelos antigos. Em termos estruturais a família tem-se multiplicado, porém, vale ressaltar, que esta multiplicidade de concepções ainda não foi suficiente para modificar a mentalidade social no que se refere ao exercício da maternidade e da paternidade na família, percebe-se um momento de transição no perfil da família cuja divisão dos papéis sexuais encontra-se no entremeio da família nuclear burguesa e dos novos arranjos familiares. Para comprovar esta constatação, Ramires (1997) cita como exemplo, a dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres do século XX que trabalham, tendo em vista que as mesmas se dividem entre o emprego, os cuidados domésticos e a educação dos filhos. No mesmo sentido, analisando a

divisão de papéis por progenitores na criação e educação de filhos em idade escolar, Wagner, Predebon, Mosmann e Verza (2004) verificaram que mesmo trabalhando e contribuindo unicamente para a provisão da renda da família, mesmo que o homem não contribua com essa provisão, a mulher sempre é indicada como a responsável direta pela educação das crianças. Esta realidade sugere que as mudanças nas funções e papéis sexuais são mediadas pela coexistência de padrões familiares clássicos e contemporâneos, o que indica a relevância dos aspectos históricos na organização das funções familiares, a importância do contexto, das crenças, valores e atitudes na delimitação dos papéis familiares. Diante disso, corrobora-se a inexistência de um modelo familiar ideal, ao contrário disso, existe uma multiplicidade e diversidade que leva ao conceito de “famílias” (Staudt & Wagner, 2008), e se reforça a instituição familiar como campo de estudo com determinantes em transformação.

1.2 - A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA NO BRASIL: DA COLÔNIA A REVOLUÇÃO SEXUAL

Entre os séculos XVI e XIX registrou-se o período de colonização do Brasil e nele se desencadeou a formação da família e sociedade brasileira. Assim como em outros países, a compreensão da trajetória familiar no Brasil se faz sob o prisma do patriarcado como fundamento familiar e através das transformações decorrentes das subversões a este. Em outras palavras, a família patriarcal na história brasileira desempenhou importante papel civilizatório sendo responsável por uma ordem social dominante que ofuscou por muito tempo outras formas de se enxergar a família. Dessa forma, decorrente da história geral, a formação da família brasileira aparece fortemente influenciada pelo modelo de família patriarcal difundido na Europa e herdado dos portugueses no momento da colonização.

De acordo com Teruya (2000), a família patriarcal colonial caracterizava-se basicamente por um núcleo conjugal (senhor, mulher, filhos) e uma prole legítima (parentes, escravos, agregados, concubinas, bastardos) subjugados a um patriarca o qual detinha todo poder financeiro e político. A casa-grande simbolizava o centro desta organização, o local onde se estabelecia pelo patriarca (dono da terra) todas as diretrizes econômicas, sociais e políticas de uma região, neste sentido é pertinente entender que o referencial de família desta época também emanaria da casa-grande. O ideal de família fazia-se em torno da figura do homem branco patriarca que ditava todas as ações dentro de seus limites fundiários. Vê-se, portanto, que o Estado pouco intervinha na formação familiar, sendo o fortalecimento da família patriarcal devido ao próprio regime colonial, haja vista a dificuldade do governo português em se fazer presente em toda extensão do território colonial. Caberia então aos grandes proprietários de terras o domínio do poder local.

O regime escravocrata vivenciado no momento da colonização também legitimava o poderio do senhor e sob esta perspectiva se estruturavam todas as relações familiares e sociais da época. As relações escravistas caracterizadas pelo poderio absoluto do senhor eram propagadas desde a infância na formação das crianças até as relações sociais adultas, bem como as relações amorosas mais íntimas dos cônjuges, por exemplo. O jugo do poder era a força formadora das relações familiares na época colonial, a herança patriarcal fazia-se preeminente inclusive nas relações sociais. A família patriarcal era o centro, o poder, a força motriz da sociedade brasileira colonial, pois por excelência representava superioridade do poder do senhor sobre qualquer outro poder. Neste sentido, Freyre (1981) afirma que

a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a

força social que se desdobra em política, constituindo-se a aristocracia colonial mais poderosa da América (Freyre, 1981, p. 92).

O clã rural e o latifúndio são apontados por Vianna (2005) como elementos de análise na formação política do país e, conseqüentemente, para compreensão da origem da família brasileira. Segundo o referido autor, as camadas mais pobres viviam situação de fragilidade familiar tendo em conta as relações de dominação, e por isso aderiam ao sistema patronal dos clãs rurais na busca de proteção. A família fazendeira era tida como formadora moral do povo, e o *paterfamilias* (pai) o principal responsável pela ação moral junto aos filhos, parentes e agregados. Predominantemente brancos, a raça ariana, os grandes proprietários de terra reproduziam no clã rural a estrutura patriarcal portuguesa.

Confluindo com este pensamento e conforme já citado anteriormente, Freyre (1981) destaca a família patriarcal como unidade colonizadora do Brasil, entretanto, também salienta a importância do processo de miscigenação na formação do povo brasileiro. Segundo ele, a colonização influenciou o processo de miscigenação, as famílias rurais existentes no Brasil-colônia eram formadas tanto por casais advindos de Portugal quanto por relações de europeus com indígenas, fato este que denota a importância da cultura indígena como elemento relevante na formação colonial. Tidos muitas vezes como responsáveis pela depravação e corrupção da vida sexual dos brasileiros, os escravos negros são apontados por Freyre (1981) como influentes no cuidado familiar e educação das crianças; as amas-de-leite negras, as mucamas, as amas de criar, os irmãos de criação dos meninos brancos, por exemplo, demonstram a relação íntima dos senhores com escravos domésticos. Apesar do enfoque dado à importância da miscigenação, observa-se que Freyre (1981) apresenta a família brasileira sob a sombra do patriarcado de tradição portuguesa fazendo sempre alusão a um antagonismo fundado entre a casa-grande e a senzala.

Posterior ao período colonial, outro importante fato histórico evidenciou os reflexos da tradição patriarcal europeia na família brasileira, o movimento coronelista. Datado entre o século XIX e início do XX, marcado pela proclamação da república e ascensão das oligarquias agrárias ao poder, o coronelismo representou um sistema político cuja concentração de poder atribuía-se a um grande proprietário local, geralmente um latifundiário ou senhor de engenho.

O coronelismo passou a existir concomitante à formação da Guarda Nacional, no ano de 1831 com a deposição de D. Pedro I, a qual nada mais era do que uma milícia civil armada formada por pessoas de posse que adquiriam patentes militares junto ao Governo Regencial (Costa, 1999). Não obstante, Rêgo (2008) salienta que o poder dos coronéis não se originou na concessão das patentes da Guarda Nacional, a aquisição das mesmas representou apenas a legitimação formal do poder do coronel, tanto é que a extinção da Guarda Nacional em 1918 não afetou em nada o poder coronelista, pois os coronéis já eram chefes de fato altamente respeitados pela população.

A zona rural, principalmente do Nordeste brasileiro, foi o cenário de disseminação mais evidente do coronelismo haja vista as condições inferiores de vida num latifúndio as quais expunham os trabalhadores rurais pouco letrados à submissão econômica do dono da terra. O domínio político do coronel era assegurado pela “manobra” do homem rural que dependiam do trabalho no latifúndio para sobreviver, assim na ótica do trabalhador rural o coronel era visto como um senhor rico, de respeito, influente, solidário, que poderia protegê-lo ou ajudá-lo a qualquer custo; como recompensa disso caberia apenas ao trabalhador rural obediência, subordinação e compromisso eleitoral com esse líder local, fato que justifica a existência do voto de cabresto dando origem aos chamados “currais eleitorais” que eram constituídos nos limites fundiários de cada coronel (Rêgo, 2008).

Sucintamente, observa-se que a propriedade da terra como base de organização social e a dependência das massas rurais elevaram os domínios de influência sociais do coronel numa época em que a República ainda se estruturava, tal fato foi responsável para que a figura do coronel se tornasse sinônimo de fortalecimento do poder privado em detrimento ao poder público na história da sociedade brasileira (Leal, 1976). Neste sentido, Galvão (2012) enfatiza o coronelismo como elemento importante na formação da identidade brasileira, segundo o autor a identidade do brasileiro se faz por meio de uma pluralidade de identidades. Dessa forma, como tal, o ideário coronelista marcado pela truculência e autoritarismo ajudou a compor este quadro de identidades.

Diante disso, evidencia-se o quanto as relações de poder típicas do patriarcado e herdadas da Europa estavam na base das relações sociais do Brasil-colônia e início da República, como consequência as relações familiares e amorosas também estariam aí implicadas. Fundada nesta perspectiva, Del Priore (2012) analisa as relações amorosas no Brasil colônia sob o prisma das tradições portuguesas. Segundo a referida autora, a colonização representou uma verdadeira cruzada espiritual cujo objetivo consistia na orientação ética da conduta das pessoas no que se refere às relações sociais e amorosas.

A mentalidade patriarcal da Igreja fez com que a relação de poder já disseminada pelo regime escravocrata desde o século XVI adentrasse as relações maritais mais íntimas tornando a mulher uma “escrava doméstica” totalmente submissa e obediente, provedora e recebedora de um amor que implicaria apenas na ordem familiar. Em contrapartida, os homens deveriam mostrar-se dominadores, insensíveis e representantes do poder patriarcal, portanto, o senhor. Para a Igreja, os cônjuges casavam-se, não por amor, mas sim por dever de um débito conjugal, procriação e resistência à tentação de adultério. O casamento era visto como um negócio a ser objetivamente pensado pelas famílias, pois se encontrava em jogo a transmissão

de patrimônios. Vale ressaltar, que tais códigos morais eram provindos da metrópole para regular a vida na colônia, as principais palavras de ordem na conjugalidade eram paciência, fidelidade e obediência (Del Priore, 2012).

Nesse panorama, o amor-paixão era relacionado ao desejo sexual, portanto, deveria ser combatido pelas regras civis ou religiosas. Desde então, o casamento surge como forma de controle desse desejo sexual, os comportamentos afetivos da época se resumem a dois arquétipos: o amor no casamento (puro, casto) destinado às esposas; e o amor fora do casamento (amor-paixão, luxúria, pecado da carne), destinado às mulheres fáceis ou concubinas, tais concepções se perpetuaram na América portuguesa. O ideal do *amor domesticado* era um objetivo a ser alcançado o qual consistia no esforço contínuo dos cônjuges em resistir aos afetos, amores e sexualidade, buscava-se aproximar as relações entre os sexos do ideal moral da sociedade católica. É importante ressaltar que este ideal de amor emprestado de Portugal, quando combinado com a miscigenação, não se acomodava plenamente na vida colonial dado as diversidades culturais peculiares à época (Del Priore, 2012).

O poder atribuído à família patriarcal na época da colônia e no início da república só pôde ser aos poucos “enfraquecido” a partir do desenvolvimento das sociedades, entretanto seus estigmas permaneceram bastante evidentes em processos históricos consequentes. A industrialização e a urbanização foram processos interdependentes que inauguraram a passagem da sociedade agrário-exportadora para a sociedade urbano-industrial brasileira dando início ao mundo moderno, estes fatos só vieram a ter grande impulso no início do século XX. Com a industrialização, a demanda de ofertas de empregos fabris e serviços urbanos aumentavam, dando margem ao trabalho assalariado, assim os trabalhadores rurais

buscavam a área urbana no intuito de melhoria de vida fazendo crescer o número de habitantes nas cidades, ou seja, surgindo o processo de urbanização (Costa, 1999).

Com a consolidação da República e industrialização crescente, outro importante aspecto histórico pertinente foi a intervenção do Estado na economia brasileira. Na década de 40, a criação de empresas estatais (siderúrgicas, químicas, metalúrgicas, mineradoras, geração de energia) focalizou interesse em setores até então desconsiderados pela burguesia nacional na década anterior, por conta dos altos investimentos e do lucro tardio (Costa, 1999). Todos estes determinantes históricos refletiram-se drasticamente na sociedade da época até então acostumadas com uma sociedade agrária de raízes rurais e sem intervenção do Estado, tal realidade também trouxe transformação para o perfil de família nas grandes cidades. A família patriarcal rural de caráter coletivista não mais comportava as demandas vividas pela população urbana, bem como não se adequava ao regime capitalista. O capitalismo emergente priorizava o individualismo e este aspecto foi preponderante para o estreitamento de laços no seio da família. A partir disso originou-se também no Brasil a família nuclear burguesa como modelo familiar decorrente da então sociedade urbano-industrial emergente.

Não obstante, faz-se necessário mencionar que a passagem de um modelo familiar para outro não ocorreu de maneira contínua eliminando modelos anteriores, ao contrário, os modelos familiares podem coexistir articulados. Há que se considerar que as transformações familiares acompanham a dinâmica exercida pela sociedade num dado tempo. Apesar da família nuclear burguesa apresentar características peculiares quanto a quantidade de membros (pai, mãe, filho) e ao enfoque na vida privativa familiar, mesmo assim o homem continuou exercendo o posto de autoridade familiar e a mulher permaneceu submissa, elementos estes comuns a família patriarcal. O Código Civil de 1916, por sinal, estabelecia a indissolubilidade do vínculo matrimonial tal qual regia o Direito Canônico, nele à mulher

cabia uma postura de dependência e inferioridade ao marido, e a este cabia a administração dos bens comuns e a fixação do domicílio do casal. Igualdade entre os sexos era algo inconcebível à época e o divórcio era tido como imoral (Del Priore, 2012).

Foi a partir da segunda metade do século XX que a família brasileira pôde experimentar mudanças mais significativas que surgiram em decorrência à transição de valores econômicos e sociais de respaldo internacional. A expansão do capitalismo influenciou a revolução científico-tecnológico contribuindo ainda mais para o desenvolvimento industrial. As novas tecnologias passaram a fazer parte da vida cotidiana das pessoas adentrando várias áreas. Na saúde, novas medidas de higiene e profilaxia surgiram influenciando mudanças de comportamentos sociais arraigados (Hintz, 2001). Em 1960, o advento da pílula anticoncepcional no Brasil marcou definitivamente a sexualidade feminina, pela primeira vez a mulher teve a autonomia de seu próprio corpo, comportamento sexual e procriação. A evolutiva inserção da mulher no mercado de trabalho deu margem à luta pelos direitos políticos e civis da mulher desembocando no Movimento Feminista de 60. No escopo desse movimento encontrava-se a reivindicação por liberdade e igualdade entre os sexos que viria a redefinir o papel da mulher enquanto cidadã, tal acepção pretendia resistir à autoridade e hierarquia familiar de épocas anteriores (Zanetti & Gomes, 2009).

Particularmente, na década de 70 a chamada Revolução Sexual veio fomentar ainda mais os ideais já instituídos pelo feminismo. O direito ao prazer para todos, a emancipação feminina, bem como a liberação de costumes vieram favorecer não apenas as mulheres mas também os jovens. De acordo Zanetti e Gomes (2009) os anos 70 representou para os jovens um período de intensa busca de prazer e novas formas de relacionamentos afetivo-sexual, estes fatos levaram a família a uma releitura de padrões morais e sexuais. Apesar disso a sexualidade ainda era vista como tabu para a Igreja Católica, porém um crescente número de

católicos já concebiam a relação amor-prazer no casamento, tendo o Concílio Vaticano II através da encíclica *Gaudium et Spes* representado grande influência nesta nova concepção. Esta carta papal exortava as pessoas acerca do amor conjugal como um valor para a família, este pensamento revolucionário acabou por desvalorizar a autoridade do homem (Del Priore, 2012).

Os ideais igualitários desta época fizeram emergir questões referentes aos papéis sexuais assumidos pelo homem e pela mulher na sociedade. Segundo Hintz (2001) houve uma reformulação dos papéis masculino e feminino na relação conjugal que foi responsável por mudanças de comportamentos em ambos os gêneros. Mais livre para controlar a procriação e estando inserida no mercado de trabalho, a mulher não mais esteve fadada ao contexto privativo do lar, vê-se, portanto o declínio da “rainha do lar” (Del Priore, 2012, p. 302) ideia recorrente nos anos 50. Dadas às circunstâncias, em contrapartida, os homens passaram a ser mais participativos na esfera doméstica e a manifestar mais afeto com a família, principalmente nas relações com os filhos. Assim sendo, as relações familiares foram se democratizando uma vez que eram construídas sob a perspectiva de um amor conjugal, as decisões dentro da família passavam a ser compartilhadas no que diz respeito aos filhos e a administração financeira do lar. Estes novos comportamentos feminino e masculino colocaram a família no contexto de uma sociedade dita pós-moderna.

No campo jurídico, muitas instituições ajudaram a família brasileira em seu processo evolutivo. O Código Civil de 1942, em seu Art. 315, já regulamentava o desquite como única possibilidade de separação conjugal (Del Priore, 2012). Coube aos anos 60 e 70 maior inovação em termos de leis familiares. A aprovação da Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1969, instituiu a dissolubilidade do vínculo matrimonial, posteriormente, a Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977 regulamentou definitivamente o divórcio no Brasil (Santos &

Santos, 2009). Finalmente, a Constituição de 1988 instigou mudanças mais significativas reconhecendo legalmente como família os filhos concebidos tanto fora quanto dentro do casamento, dando margem com isso a possibilidade de novos arranjos familiares. Assim discorre a Constituição em seu § 4º - “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brasil, 1988). Conforme Goldani (1993) a Constituição de 1988 deu espaço a um “novo” conceito de família o qual é evidenciado pelo poder assimétrico entre os membros da família e a igualdade de direitos e deveres atribuídos a homens e mulheres.

Considerando o panorama histórico de transformações exposto até aqui, percebe-se o quanto a trajetória da família brasileira tem um caráter dinâmico que acompanha mudanças econômico-sociais contextuais, portanto, verifica-se que tal constatação impossibilita a estruturação de um modelo familiar estático. Neste sentido, a literatura indica que a família vem passando por uma “crise” tendo em vista as metamorfoses constantes experimentadas em seus padrões estruturais, bem como as demandas sócio-culturais e econômicas que atingem de sobremaneira a família contemporânea (Goldani, 1993; Bilac, 1995; Scott, 2010). Segundo Goldani (1994) a família pode ser vista através de

um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros, que se constrói e reproduz no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. Ou seja: a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é que a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos impõe como tarefa descobrir como suas estruturas incorporam as hierarquias de classe, raça, gênero e idade, fontes geradoras de desigualdades e que responderiam pela forma e significado das mesmas (Goldani, 1994, p. 306).

No Ocidente e, por sua vez, no Brasil ainda perdura como tradição a família nuclear (casal heterossexual com filhos), herdeira direta do patriarcado, todavia esta representação familiar cada vez mais vem perdendo espaço para outras. Para Zambrano (2006) o predomínio da família nuclear está alicerçado em uma realidade biológica irredutível, ou seja, por estar socialmente de acordo com o biológico a família nuclear procriativa facilmente é concebida como a unidade base da sociedade. Dessa forma, na cultura ocidental se estabeleceu uma preponderância dos aspectos biológicos como determinantes dos vínculos de parentesco. Contudo, a antropologia aponta que o parentesco é determinado por vínculos genealógicos aos quais são tanto biológicos quanto sociais, portanto são os vínculos intrafamiliares e as variações destes que derivam os diversos padrões familiares (Zambrano, 2006).

Sucintamente, Hintz (2001) assinala alguns padrões familiares representativos da sociedade pós-moderna que se constituíram como resposta as transformações do século XX e XXI, a saber: 1. Famílias monoparentais – composta por filhos e apenas um dos pais (homem ou mulher) o qual assume a parentalidade; 2. Famílias reconstituídas – oriundas de recasamentos, são formadas por casais com filhos de uniões anteriores bem como, filhos da união atual; 3. Uniões consensuais – caracterizada pela não-formalização da união, são famílias constituídas a partir do consenso conjugal entre pessoas, pode ser comum em casais de primeira união como em casais de recasamentos; 4. Casais sem filhos por opção – a valorização da ascensão profissional, bem como independência social e financeira, em detrimento a parentalidade, levou a existência de famílias formadas por casais que optam por não terem filhos; 5. Famílias unipessoais – característica das grandes cidades e em decorrência do processo de individualização, são famílias compostas por apenas uma pessoa que optou por um espaço físico individual seja por razões de estudo ou trabalho, ou por necessidade de se esquivar dos conflitos de um ambiente compartilhado; 6. Uniões

homoafetivas – construída a partir da união estável entre casais homossexuais, este tipo de configuração familiar aparece envolto por pressões e conflitos sociais polêmicos.

Atualmente, no Brasil, verificam-se mudanças no padrão de organização estrutural das famílias as quais são bastantes características em países industrializados. Segundo a última Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2001 a 2011, as tendências demográficas na família brasileira acompanham significativa redução de casais com filhos, saindo de 53,3% em 2001 chegando a 46,3% em 2011; e aumento na proporção de casais sem filhos, com índice de 13,8% em 2001 passando a 18,5% em 2011. Ademais, também se observa um aumento considerável da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares de 2001 a 2011. No que se refere aos núcleos formados por casais sem filhos, a proporção de mulheres passou de 4,5% para 18,3% e, nos núcleos formados por casais com filhos, de 3,4% passou para 18,4% nesse período (Brasil, 2012).

Todos os arranjos familiares, bem como os dados estimativos supracitados abrem margem a um processo constante de mudanças irreversíveis não apenas na família brasileira, mas também na sociedade como um todo. Percebe-se que esse processo também atinge os papéis sociais masculino e feminino, reconfigurando-os. Portanto, na evolução histórica da família o homem e mulher também se transformaram. À medida que novos padrões de família surgiram em resposta às demandas históricas, novos padrões de homens e mulheres foram daí derivados os quais se tornaram foco de interesse de estudos de gênero. Particularmente, no que se refere ao homem, reconhece-se que a história de mudanças da identidade masculina aparece concomitante ao processo social de mudanças da mulher. Faz-se necessário, então, analisar a construção social da masculinidade como resposta a evolução histórica da mulher para assim compreender a paternidade na família.

1.3 – CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE

O contexto de mudanças principiado com a progressão feminina no mundo social fez emergir transformações na figura masculina que se caracterizou principalmente pela a oposição a um modelo de homem que não mais comportava os padrões da época, ou seja, a masculinidade hegemônica. De acordo com Connell (1995), precursor do termo, a masculinidade hegemônica é definida como a configuração de gênero que corrobora e atualiza a legitimidade do patriarcado reforçando, sobretudo, a dominação masculina e a consequente subordinação feminina. O modelo de homem representativo desta perspectiva facilmente é identificado no senso comum como viril, másculo, detentor de força, ativo, público, provedor, dominador, avesso às emoções, o macho, sendo então denominado homem com “H”. Conseqüentemente, em tal contexto, a mulher seria sinônimo de fragilidade, fraqueza, submissão, dependência, passividade, emotividade, sendo vista, portanto, como o “sexo frágil”. Tal representação surgiu para suplementar ainda mais a supremacia masculina.

Sobre a masculinidade, Oliveira (2004) apresenta-a como categoria construída socialmente a partir de simbologias estruturadas desde o mundo medieval e moderno, ser masculino é ter potência, poder e posse; estas concepções foram estruturantes não apenas para o homem enquanto indivíduo social, mas também eram ideias sob as quais a própria sociedade deveria guiar-se. Neste sentido, este ideário masculino passou a ser um referencial de comportamentos e atitudes entre os homens, constituindo-se assim uma hegemonia que perdurou até a contemporaneidade.

A dominação masculina característica da masculinidade hegemônica foi refletida especialmente por Bourdieu (2002) o qual enxerga o sistema de diferenças entre os sexos como institucionalizado pela Igreja, Estado e Escola. Nesta perspectiva, a oposição entre

homens e mulheres pode ser compreendida a partir da manutenção de um sistema que reforça a reprodução do capital simbólico. Ou seja, as diferenças entre os sexos são reflexos das relações de dominação traduzidas pelo sistema capitalista que confere poder àquele que possui a força do capital (o dominante) e submissão àquele que desse poder carece (o dominado).

Para Bourdieu (2002), a oposição entre os sexos é apreendida por meio de divisões simbólicas que colocam o masculino sobreposto ao feminino, numa condição de dominação. Assim, apresentando seu Esquema Sinóptico de Oposições Pertinentes (Fig. 1), simbolicamente, Bourdieu (2002) salienta que ao masculino é reservada uma posição superioridade (o direito, o alto, o quente, o dia, o verão, seco, aberto, vazio, por cima), em contrapartida ao feminino é associado condições de inferioridade (o esquerdo, o baixo, o frio, a noite, o inverno, úmido, fechado, cheio, por baixo).

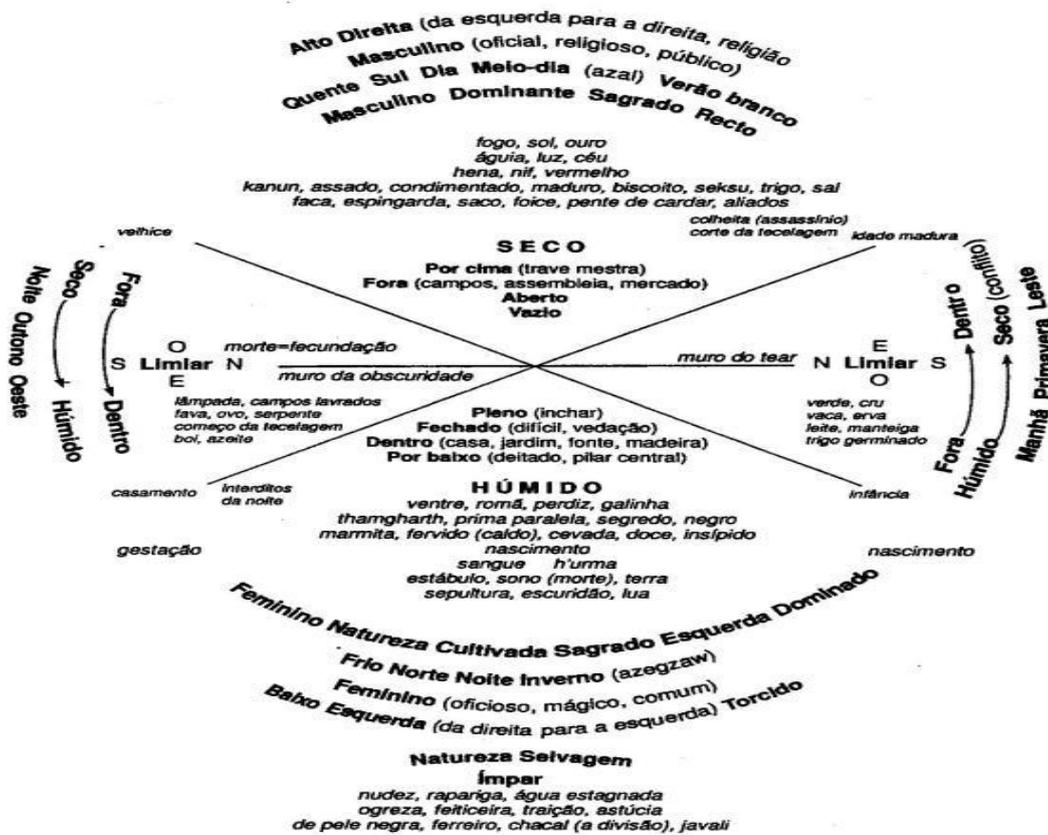


Figura 1 – Esquema sinóptico das oposições pertinentes (Bourdieu, 2002)

Visto desta forma, considerando a normatividade da superioridade masculina, a oposição entre os sexos favorece uma atmosfera de conflito que será a base para a compreensão das relações sociais de sexo.

Segundo Welzer-Lang (2001) as relações sociais de sexo são resultado de um duplo paradigma naturalista, a saber: 1- a pseudo natureza superior dos homens que evidencia a dominação masculina, o sexismo e as relações rígidas entre os gêneros masculino e feminino; 2- a visão de mundo heterossexuado que afirma a heterossexualidade como padrão “normal” e “natural” de sexualidade, relegando as outras sexualidades ao posto de “diferentes”. Na visão deste autor, a dominação masculina se tornou um fator chave na compreensão das relações sociais de sexo, contudo não se deve entendê-la como um todo rígido onde as relações são simplesmente reproduzidas. Para análise da dominação masculina há que se considerar o quadro global societário e as lutas de mulheres e homens na busca por relações sociais de sexo mais igualitárias. Neste sentido, reconhece-se que a assimetria entre os sexos são reflexos de desigualdades nas relações sociais como um todo, tais como: desigualdades sociais, étnicas e de idade. Assim, compactuando com Bourdieu (2002), Welzer-Lang (2001) reitera que estas relações são embasadas na ideia de domínio herdada do capitalismo onde sempre existe uma classe mais favorecida que se sobrepõe a uma classe de menor prestígio.

Abstraindo-se este modelo parece compreensível perceber que a natureza masculina foi naturalmente construída apartada do feminino, sob a égide de um antagonismo histórico entre os sexos que ajudou a engendrar as relações sociais normatizando o comportamento masculino. Entretanto, apesar de destacar a existência da masculinidade hegemônica no meio social, sobretudo na família e escola, Connel (1995) também destaca que a mesma não pode representar a totalidade sendo, portanto, vulnerável a transformações advindas do contexto sócio-histórico no qual os sujeitos estão inseridos. Diante disso, percebe-se que novos

modelos de masculinidades surgem em resistência a esta realidade. A própria condição de hegemonia pressupõe a instabilidade de um modelo hegemônico, tendo em vista que ser hegemônico denota a prevalência de um ponto de vista, mas não anula a existência de outras concepções, ao contrário reforça-as ainda mais. Acrescendo este pensamento, Oliveira (1998) afirma que

A manutenção da masculinidade hegemônica não pode ser pensada como elaboração orquestrada e consciente de um grupo de homens nela interessados. Trata-se antes de uma complexa trama de situações e condições que a favorecem mais ou menos, dependendo das circunstâncias. Este tipo de análise enfatiza a ideia de que as estruturas de poder não podem ser tomadas como definitivamente estabelecidas, mas sim como ajustadas a uma dinâmica na qual a busca de sua legitimação e o auto-velamento de suas características históricas procura fixá-las como coisas naturais e eternas, de tal forma que se tornem a-históricas (Oliveira, 1998, p. 104).

Foi baseado nesta conjuntura de contestação ao modelo de masculinidade hegemônica que os estudos de gênero se firmaram enquanto campo de estudo nas ciências humanas. Historicamente, atribui-se as manifestações do movimento feminista da década de 60 o uso do conceito de gênero para expressar a organização social entre os sexos. Tendo como principal objetivo a compreensão da subordinação da mulher frente à supremacia do poder masculino patriarcal, o movimento feminista instalou o debate acerca das relações sociais de poder existentes entre o homem e a mulher, introduzindo o conceito de gênero como ponto central neste debate. Por conta dessa proximidade ao feminismo, inicialmente, os estudos de gênero passaram a ser sinônimo de mulheres. Foi assim que o caráter relacional do gênero passou a ser fator norteador dos estudos femininos transcendendo a limitação à dimensão biológica que

a palavra sexo representava e ampliando os significados sociais das diferenças entre homens e mulheres (Araújo, 2005).

Dessa forma, Giffin (2005) salienta que os estudos de gênero foram consequência de um movimento cujo lema era a “libertação feminina” em detrimento a dominação masculina. Esses estudos fizeram-se pertinentes à medida que evidenciaram as ideologias binárias (social/biológico, produção/reprodução, público/privado, ativo/passivo, corpo/mente), de certo modo já retratadas por Bourdieu, tão presentes no pensamento social e que acabaram por consolidar a noção de dois sexos opostos. Assim, a referida autora, expõe a influência das ideias binárias na construção da realidade social, uma vez que as mesmas tendo sido expressas em normas sociais e institucionalizadas em leis passaram a encarnar identidades pessoais.

O conceito de gênero é característico das ciências sociais e humanas e tem estreita relação com a construção social do sexo, o uso do termo gênero implica num sistema de relações que ultrapassa a diferença anátomo-fisiológica dos seres humanos, ademais propõe a análise de dicotomias (homem/ mulher, natureza/ cultura) que se originaram nas diferenças biológicas (macho/ fêmea), mas que são determinadas historicamente pelo contexto cultural (Olinto, 1998). Conforme Scott (1986, p. 1056), gênero diz respeito a uma “categoria social atribuída a um corpo sexuado”, visto dessa forma o gênero extrapola o determinismo biológico dos sexos uma vez que “oferece uma maneira de diferenciar a prática sexual das funções sociais atribuídas a homens e mulheres”.

Neste sentido, Piscitelli (1997) centra esta problemática como preocupação de muitos autores da Antropologia. Sobre o gênero, esta mesma autora afirma,

trata-se das categorizações de pessoas, artefatos, eventos e sequências baseadas no imaginário sexual e é claro que não se trata apenas de "pensamentos". A importância destas categorizações na vida social reside em que as relações sociais são construídas

através delas. O gênero é pensado como categoria "empírica", como um operador de diferenças não preestabelecidas que marcam e que só podem ser compreendidas contextualmente (Piscitelli, 1997, p. 60).

Tal assertiva leva a refletir a importância do fator cultura para a compreensão de gênero e, deste modo, a construção de identidades sociais, sobretudo a identidade masculina. De acordo com Silva (2006) a cultura tem papel bastante relevante no que concerne à construção de traços identificatórios, considerando que o indivíduo estrutura seu comportamento em sociedade através de modelos normativos de gênero e de sexo, ora adequando-se ou ora resistindo aos mesmos. Compreender gênero, portanto, implica adentrar no campo das relações sociais, crenças do imaginário sexual, representações sociais dos sexos, que se estabeleceram na vida de cada pessoa, seja homem ou mulher, a partir da diferenciação biológica. Segundo Torrão Filho (2005), o gênero objetiva e dá sentido as diferenças biológicas entre os sexos transformando machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais.

Vale ressaltar que, apesar da origem fundada nas discussões feministas de cunho militante igualitário, o conceito de gênero não se limita apenas ao estudo das mulheres, mas sim indica uma nova vertente de discussão e análise acerca das diferenças e igualdades tanto entre homens e mulheres, como dos homens entre si e das mulheres entre si, enfocando a construção das relações sociais de gênero (Lyra & Medrado, 2000). Tendo em vista a universalidade e a singularidade, esta nova vertente possibilita a transformação das relações de gênero reconfigurando a masculinidade e a feminilidade a partir de um conhecimento contextualizado historicamente. Nesta perspectiva, Giffin (2005) reconhece a existência de um novo paradigma nas ciências sociais no que se refere aos estudos de gênero, uma nova perspectiva que relativiza as dicotomias binárias e valoriza a relação dialética entre estruturas

e sujeitos sociais. Refletindo por este ângulo observa-se que a construção social de sujeito e realidade é produto de um processo contínuo de resistência/acomodação a representações dominantes, e neste sentido também os homens estariam aí implicados como sujeitos sociais.

O estudo da masculinidade nas ciências sociais se construiu por meio de críticas aos modelos naturalistas que interpretam a masculinidade como consequência da formação biológica humana. Acreditava-se que a posse do pênis era um fato natural que definiria a personalidade e os comportamentos sociais do homem. De acordo com Botton (2007), as pressuposições da teoria psicanalítica de Freud e Lacan foram quem primeiro contestou essa visão naturalista. Dentro do conceito de Complexo de Édipo da teoria psicanalítica a masculinidade seria formada a partir das relações familiares, ou seja, a masculinidade do menino seria formada através do “medo” de ser castrado pelo pai em consequência do desejo incestuoso pela mãe. A desistência do amor pela mãe e consequente substituição pelo amor a outras mulheres, bem como o acesso ao mundo viril do pai dá ao menino o reconhecimento do seu papel masculino, o que caracterizaria a finalização do Complexo de Édipo.

Não obstante, a simbologia do *falo* na teoria psicanalítica também ajudou a legitimar o masculino (possuidor do *falo*) em detrimento das demais sexualidades (não possuidoras do *falo*), fato que reforçou a visão binária de gêneros, normatizando-a. Sob a ótica desta assertiva psicanalítica, Botton (2007) salienta o quanto é compreensível no imaginário brasileiro perceber na relação sexual a posição de “ativo” (aquele que penetra) dado ao homem. Independente do corpo (feminino ou masculino) é legítimo homem aquele que penetra com o pênis.

Além da psicanálise, coube aos estudos feministas a uma das maiores contribuições no que se refere ao estudo do gênero, a partir desses estudos os gêneros passaram a ser vistos como construções sociais que determinavam os comportamentos sociais das pessoas e não

mais o sexo. A condição de construção social dada ao gênero remete a importância tanto da instabilidade no que se refere a referenciais, assim como os contextos históricos e sociais onde se estruturam. A inserção do homem nos estudos de gênero tem sido contemplada a partir da crítica à masculinidade hegemônica como modelo padrão, tal fato expõe os homens num processo de transformação tido como *crise da masculinidade*. Neste sentido, Kaufman (1987) adverte que os homens são atingidos pelo próprio sistema de poder que os coloca como centro através de uma tríade de violência do homem contra a mulher, do homem contra outros homens e do homem contra si mesmo. Esta realidade é reflexo não mais de uma sociedade plenamente caracterizada pela autoridade patriarcal do homem na família, mas sim da internalização de estruturas sociais de opressão e poder de uma sociedade hierarquizada. Atualizando esta questão, Giffin (2005) lembra que

a forma de dominação peculiar à nossa época não é mais a autoridade patriarcal, mas sim a transformação de todas as relações em formas instrumentais e impessoais. Entre outras coisas, isto implica que a masculinidade requer a supressão de muitas necessidades, sentimentos, e formas de expressão, o que faz esta construção social ser aterrorizantemente frágil. O resultado é uma “tensão” entre ser macho e ser masculino, capaz de manter uma insegurança constante nos homens, e impulsionar tanto a auto-desvalorização como reações violentas contra outra/os (p.50).

Sabe-se que a construção do gênero masculino se fez sob a ótica da divisão do trabalho no modo de produção capitalista, que além de ter limitado o homem à tarefa de manutenção financeira da família também reforçou a busca do lucro, ambição individual, independência e auto-suficiência masculina. Nesta conjuntura hegemônica, a dimensão afetiva do homem nas relações humanas e familiares mostrou-se pormenorizada, o que, de certo modo, justifica os conflitos masculinos relativos à crise da masculinidade.

Dois aspectos importantes foram determinantes para a origem do que veio a se chamar crise da masculinidade contemporânea. O primeiro diz respeito aos já citados reflexos atribuídos ao feminismo que não apenas serviram para emancipação da mulher, mas também retirou do homem o poder de dominação que lhe fora atribuído historicamente. Concomitante a isso, outro aspecto refere-se à compreensão das subjetividades masculinas. Com o feminismo, o homem viu-se impulsionado a buscar modelos que pudessem retratar melhor sua subjetividade, deu-se margem a compreensão das subjetividades masculinas a partir de elementos plurais de gênero, figurou-se então a concepção da homossexualidade e da bissexualidade como elementos constituintes das masculinidades, por exemplo. Neste sentido, tendo origem nos Estados Unidos e Inglaterra, deu-se início aos estudos masculinistas (*men's studies*) que tiveram como objetivo o enfoque da pluralidade de gênero como resposta a visão tradicional de homem (Silva, 2006), repensar a masculinidade foi palavra de ordem urgente entre os países anglo-americanos por conta de sua cultura obcecada pela virilidade o que fez desembocar num feminismo reativo (Badinter, 1993).

Vê-se, portanto, que a crise da masculinidade é concebida a partir da resistência ao modelo de masculinidade hegemônica e da compreensão das novas masculinidades. Fala-se em “crise” para expor a condição de conflito vivenciada pelo homem frente a tal mudança histórica. Assim, o homem estaria num processo de mal-estar psíquico, num estado de fragilidade, num conflito identitário caracterizado, sobretudo pelo impasse entre a manutenção de um modelo de identidade de gênero hegemônico e a existência das subjetividades masculinas que denotaria a singularidade de cada indivíduo, bem como a pluralidade de gêneros (Botton, 2007). Para Rosa (2008) a crise da identidade masculina surge a partir da “não-coincidência” do homem consigo mesmo e com as representações sob as quais a identidade masculina foi sendo estruturada, por isso pode ser vista como uma crise das

identificações. Em outras palavras, as mudanças nos significantes que compõem a identidade masculina (sexualidade, paternidade, conjugalidade, etc.) acarretam em conflitos que caracteriza a chamada crise da masculinidade contemporânea. Vale ressaltar que o mal-estar psíquico dado a esta crise de identidade acontece não apenas pelo fato das representações masculinas do imaginário social terem se tornado anacrônicas, mas também pela ausência de novas representações (Rosa, 2008).

Alguns estudos atuais de gênero (Silva, Rockembach, Comiran & Scandolara, 2007; Gonçalves, 2007; Grossi, 2004; Wang, Jablonski & Magalhães, 2006) têm contemplado a masculinidade considerando a crise da masculinidade como estopim para processos de mudança na identidade masculina e desconstrução social do masculino, assim como a desestabilização de conceitos arraigados de categorização de gênero. Salienta-se que a crise atual da masculinidade tem raízes históricas e se ampara em duas crises anteriores, fruto do feminismo, as quais Badinter (1993) aponta características principais, a saber:

1. Crise da masculinidade nos séculos XVII e XVIII na França e na Inglaterra: caracterizada pela luta das mulheres francesas (*as preciosas*¹) e inglesas que buscavam um novo ideal de mulher baseado na igualdade de desejos e direitos numa sociedade dita falocrática. Dentre as reivindicações estavam o casamento por amor, total igualdade sexual – inclusive o direito ao orgasmo – e renegociação dos papéis dos homens e mulheres no casamento. Ademais, também era exigência das feministas a necessidade de um *novo homem*, mais sensível e feminino. Esse ideário masculino foi principiante com a Restauração Inglesa, porém foi fortemente resistido pela sociedade, o novo homem evidenciava o temor da homossexualidade. Deve-se ao Iluminismo Francês a consolidação da feminização dos costumes, os valores viris

¹ Mulher emancipada, feminista revolucionária que subvertia os valores sociais tradicionais.

foram relativizados, em contrapartida os valores femininos adentram o espaço da aristocracia e alta sociedade, neutralizando o dualismo oposicional comum ao patriarcado. Entretanto, a Revolução de 1789 junto com o Código Napoleônico e a ideologia do século XIX o reativou perdurando por mais um século.

2. Crise da masculinidade na virada dos séculos XIX e XX: tida como mais profunda e ocorrida tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, esta crise também ocorreu em decorrência ao surgimento de um novo modelo de mulher, tendo em vista as transformações socioeconômicas da industrialização e democracia vigentes na época. A educação das meninas tornou possível a emancipação da mulher no mundo do trabalho – tido como espaço masculino – e a luta por direitos femininos cidadãos. Neste contexto, a crise masculina caracterizava-se pelo medo dos homens da concorrência feminina no trabalho, uma vez a mulher desempenhando funções iguais a do homem, nascia uma mulher mais masculina (*terceiro sexo*), configurava-se então a *nova Eva*, ou seja, a mulher que abandona o lar e a família, com isso a identidade masculina encontrava-se ameaçada deixando o papel masculino indefinido. São marcas militantes deste período o direito ao divórcio, a maior participação feminina na vida pública e o direito feminino ao voto.

O processo de construção da identidade masculina é permeado por dificuldades que surgem desde o desenvolvimento infantil até se atingir a vida adulta. Sucedendo o nascimento, o menino logo cedo é instruído a afirmar o seu comportamento masculino e negar a feminilidade, antes mesmo de mostrarem o que querem ser, os meninos aprendem o que não devem ser. A formação inicial é embasada por uma atmosfera de negação ao feminino, ser masculino é acima de tudo não ser feminino, e para tanto o menino é condenado à diferenciação masculina durante sua vida. Esta diferenciação é caracterizada pela separação

do mundo feminino e iniciação no mundo masculino, é necessário afastar do menino as características da identidade primitiva feminina herdada da relação com a mãe e construir uma identidade secundária, a esse respeito Badinter (1993) menciona os rituais de iniciação presentes em algumas culturas que teriam o objetivo de promover esta inversão de identidade e seriam organizados em três etapas: 1) separação da mãe e do mundo feminino; 2) transferência para um mundo desconhecido, o mundo masculino; 3) passagem por provas dramáticas e públicas para provar a virilidade. Percebe-se assim que a construção da masculinidade fez-se, sobretudo, através da forte negação do feminino e afirmação da natureza viril do homem, ou seja, historicamente, a masculinidade se construiu com muito esforço no sentido de afastar o homem da influência feminina.

Ante o exposto, percebe-se o quanto a masculinidade é influenciada por fatores diversos do contexto sócio-cultural. Entender a masculinidade enquanto construção social é levar em conta todas essas transformações que necessariamente remetem a contextos sociais e questões ideológicas acerca do masculino. Considerando tais transformações reconhece-se a dinamicidade como característica na formação da identidade masculina, não é possível delimitar uma identidade, portanto concebe-se a ideia de identidades, no plural, haja vista os contextos e idiosincrasias de cada sujeito. Toda esta realidade reflete mudanças irreparáveis não apenas no homem enquanto indivíduo, mas também em todos os papéis que este homem desempenha na sociedade e na família. A paternidade é um desses papéis que merece ser destacado como integrante na constituição das identidades masculinas tendo em vista as reconfigurações sofridas ao longo da história da família.

1.4 – PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA

A paternidade na vida do homem representa momento de grande mudança caracterizado, principalmente, por exigências sociais que determinam o comportamento adulto masculino perante a família, os filhos e a sociedade. Diferentemente da mulher que vive a maternidade através da afetividade, do cuidado e amor aos filhos, para o homem a paternidade é marcada principalmente pela provisão de bens necessários à manutenção financeira da família. Para compreender tal realidade faz-se necessário debruçar-se sob a história da família e enxergar a experiência da paternidade como uma construção, sobretudo com reflexos na identidade do homem.

A origem da paternidade na história da humanidade deve-se a descoberta da relação do papel do pai na procriação, conforme visto anteriormente. Nas sociedades mais primitivas a estrutura familiar centrava-se na mãe por conta do reconhecimento apenas da fecundidade feminina, essa *matrifocalidade* na procriação humana acabou por estender às sociedades consequentes a restrição da responsabilidade materna com os filhos. Mesmo após a existência do patriarcado onde o pai foi elevado a posição de chefe familiar (patriarca), os homens continuaram marginalizados da função educativa uma vez que o reconhecimento da paternidade foi posterior a esta função na sociedade (Ramires 1997).

Antropologicamente, a paternidade surge a partir de uma situação de não conhecimento de parentesco que passou a ser visto por estudiosos como “ignorância da paternidade”. A esse respeito Lo Russo (2001) afirma que esta “ignorância” refere-se a não consciência do papel genético masculino na procriação, comumente encontrada nas culturas arcaicas. A falta de consciência da relação de causa-efeito entre ato sexual e gravidez nas culturas pré-científicas anulava a consanguinidade do pai tornando o homem culturalmente

excluído da descendência biológica e do sistema de relações genéticas naturais do qual se origina um sistema de parentesco. Esta reflexão antropológica direciona a problemática da paternidade sob o prisma da relação natureza-cultura, o que não encerra ou justifica a questão, mas que a torna relevante como ponto de discussão da construção social da paternidade a qual se baseia numa situação inicial de desconhecimento ou ignorância, a consangüinidade paterna.

Conforme Lo Russo (2001),

se a estrutura de parentesco é constituída pelas relações sociais em que é regulamentada a descendência e a filiação, perguntamo-nos ainda como se pode compreender tal realidade estrutural da cultura estudada sem se levar em conta que, no interior desta cultura, os homens não possuem consangüinidade com os próprios filhos, não tendo, portanto, filhos, não se podendo, pois, falar de descendência direta em relação a eles (p. 19-20).

Dessa forma, por um ponto de vista antropológico, percebe-se que o homem-pai na história remota da família teve sua participação ignorada na procriação, fator que facilmente favoreceu a relação da função procriadora feminina com o cuidado com os filhos. Se a mulher é quem, biologicamente, determina a descendência conviria relacionar que é função social desta mesma mulher a responsabilidade familiar pelos filhos, assim sendo o homem estaria excluído de tal função. Apesar do fortalecimento da supremacia masculina em épocas posteriores, esta representação da mulher como responsável pela prole passou a compor o pensamento social e culminou, no fim do século XVII, no que veio a ser denominado mito do amor materno. No cerne deste novo conceito repousava a ideia de instinto materno, do amor incondicional da mãe pelo filho, do devotamento como parte inerente à natureza feminina. Nas palavras de Badinter (1985),

decididamente, nenhuma outra pessoa que não a mãe pode pretender o título de educadora, conceito feminino por excelência. É o “instinto materno”, por outros chamado de “gênio materno”, que guia infalivelmente as mulheres em sua tarefa de educadora, (...). É ele que provoca na mãe uma dedicação, uma paciência e um amor sem limites, condições necessárias e suficientes a uma boa pedagogia moral. (...) A mãe passa, portanto, a ser considerada como “a mentora” por excelência, o primeiro e mais necessário educador. E, uma vez que a natureza quis assim, ela não se pode furtar aos seus deveres. (...) A educação moral do filho é a mais nobre tarefa que ela pode sonhar exercer. (p. 257)

Com a valorização do amor materno, ocorre um recuo do papel autoritário e moralista do pai tão enfatizado no século XVII, a mulher passa a ter a liderança da vida privada e o homem, dado a sua condição de “chefe de família”, passa a não dispor de tempo para o ofício de pai (Badinter, 1985). O homem, portanto, seria aquele integrante que compõe a família, porém que permanece externo, sem muita aproximação, pois exerce uma função maior a qual o impossibilita na função educativa, além de sua natureza não o predispor para a afetividade com os filhos. Esta combinação amor materno *versus* ausência paterna, sob o pano de fundo da divisão sexual do trabalho parece perpassar as sociedades até hoje determinando os comportamentos de maternidades e paternidades. Neste sentido, é compreensível que no imaginário social a concepção da paternidade seja envolta por ideias ligadas à responsabilidade, administração e estabilidade financeira, excluindo-se dessas atribuições o cuidado parental e envolvimento afetivo (Manfroi, Macarini & Vieira, 2011). Portanto, parece evidente que para o homem, ser pai é ter efetividade no suprimento financeiro da criação dos filhos e estruturação familiar; é ser o “chefe da casa”, o “pai de família”, o mantenedor do lar, ou seja, é ser o responsável pelo poder familiar e o provedor da dimensão econômica.

Entretanto, também nas sociedades primitivas cuja organização social baseava-se na convivência grupal, naturalmente, era perceptível a aproximação maior dos pais biológicos com os filhos, a mãe e outros membros do grupo, ou seja, apesar de não se conhecer ainda o papel do homem na procriação, o que o elevaria a função de pai biológico, já era possível a relação do pai com os filhos e a participação familiar do homem naquelas sociedades (Lo Russo, 2001). Dessa forma, evidencia-se que nem sempre o homem esteve afastado dos vínculos com os filhos, tal afastamento surge de forma expressiva com a ideia de propriedade privada e o surgimento do capitalismo, devendo-se, portanto, à família nuclear burguesa e ao perfil de pai provedor, a destinação do pai ao espaço público e, por sua vez, a exclusão da participação paterna intrafamiliar.

No panorama de mudanças histórico-sociais do século XX observa-se que o trabalho assalariado feminino aparece como principal fator desencadeador de transformações na concepção de família e papéis sociais do homem e da mulher. Segundo Silva, Amazonas e Vieira (2010) o reconhecimento do trabalho assalariado feminino implica no fracasso do homem enquanto único provedor financeiro da família e reforça a autonomia da mulher. Através desse fato, ocorreu o que veio a se chamar *desnaturalização* da ordem familiar, ou seja, a modificação do modelo de família burguesa até então vigente. Uma vez questionado o papel natural feminino, conseqüentemente, também o papel natural masculino na família foi atingido, e com isso se deu o “declínio do estereótipo da esposa-mãe-dona-de-casa” (Silva, Amazonas & Vieira, 2010, p.153), bem como transformações na função social masculina. Fundamentada nestes pressupostos, a idéia social de “pai provedor” influenciou e, ainda, tem influenciado o comportamento do homem frente à paternidade, tal concepção limita a atuação do homem no que diz respeito ao envolvimento afetivo na gestação, criação e educação dos filhos, bem como a participação mais efetiva na vida privada da família.

Dessa forma, as mudanças históricas na condição feminina abriram espaço para a atuação do homem em dimensões familiares não ocupadas por ele antes, principalmente no que se refere ao cuidado e envolvimento afetivo com os filhos. A partir desse contexto surgiram discussões acerca da construção social da masculinidade e, como consequência, estudos sobre a paternidade foram valorizados enfatizando a figura do “novo pai”, tais estudos buscam focalizar a participação do pai no cuidado com os filhos e no cotidiano doméstico (Sutter & Bucher-Maluschke, 2008; Staudt & Wagner, 2008; Cia & Barham, 2009). Mediante o que se apresenta, fica evidente o quanto o movimento feminista serviu de contribuição não apenas para a emancipação da mulher na sociedade, mas também para o estudo da participação e envolvimento afetivo do pai nas relações familiares, inclusive no processo reprodutivo (pré-natal, parto e puerpério), papel até então delegado apenas ao feminino.

A figura atual do “novo pai” coloca em debate toda a construção histórica da masculinidade. A esse respeito, Montesinos (2004) afirma que a nova paternidade sendo expressão da masculinidade emergente questiona o poder masculino, típico dos modelos tradicionais de gênero, e traz à tona uma nova forma de representar a autoridade social e familiar do homem-pai. As novas gerações de pais tentam superar as limitações advindas da paternidade autoritária, sobretudo, no que se refere às condições afetivas da esfera familiar. Investigando a paternidade contemporânea, Gomes e Resende (2004) também salientam o surgimento de um novo perfil de pai que se contrapõe ao pai reprodutor e provedor econômico, influenciado pelas transformações socioculturais, o pai contemporâneo tenta redefinir seu papel fazendo-se presente no contexto familiar, reconhecendo os sentimentos e necessidades afetivas do homem, e buscando a humanização da figura paterna. Na mesma direção, Cebotarev (2003) defende o surgimento da nova paternidade como sendo uma visão mais ampla e humana da masculinidade, o que confere ao homem uma participação ativa na

família ampliando o seu campo de experiências de vida e satisfações pessoais. Portanto, o “novo pai” se caracteriza a partir do rompimento com o modelo tradicional de paternidade e do desenvolvimento de sentimentos e vínculos afetivos no trinômio pai-mãe-filhos (Freitas, Coelho & Silva, 2007).

Neste sentido, percebe-se que a nova paternidade indica caminhos de reformulações na identidade social masculina. Contudo alguns estudos (Amaro 2008; Souza & Benetti, 2009) indicam que o modelo tradicional do “pai provedor” subsiste no imaginário social dificultando e ao mesmo contribuindo para as novas formas de entendimento das relações familiares atuais. Portanto, fica evidente o quanto o conceito de paternidade vem sendo construído historicamente a partir da concepção de masculinidade, a dicotomia “pai provedor”/ “novo pai” serve de pano de fundo para o que hoje até então se apresenta sobre a paternidade. Consequentemente, cabe salientar que não existe um conceito fixo de paternidade, a noção de pai vai se constituindo por meio de representações identitárias adquiridas no contexto histórico vivido pelo homem. Para Balancho (2004) o papel do pai na sociedade atual torna-se compreensível a partir de uma perspectiva inter e multidisciplinar, perpassando áreas como a psicologia e a educação, a lei e a jurisprudência, a sociologia e a biologia genética.

Apesar da importância dada ao envolvimento paterno significar mudanças valorativas, Souza e Benetti (2009) advertem que a mudança de valores não acompanha linearmente as mudanças sociais, havendo entraves na prática cotidiana masculina que se fundamentam em determinantes pessoais e contextuais. De acordo com Silva e Piccinini (2004) a nova paternidade ainda não se constitui como prática presente dos pais. Pesquisando os significados da paternidade por homens que são pais, Freitas et al (2009) perceberam a reprodução do pai tradicional no discurso dos pais, contudo havendo relevante preocupação

na inclusão da dimensão afetiva na prática paterna. Não existe uma consonância entre estudiosos no que se refere às mudanças estruturais na família e sociedade significarem a existência do “novo pai”, o que se têm é a visão de um possível “pai reconstruído” baseado nas demandas do mundo ocidental e industrializado, nas palavras de Balancho (2004) ocorre que

o fenômeno a que assistimos é o da “nova mulher”, entendendo que após a entrada no mundo do trabalho na década de sessenta, com uma sobrecarga de tarefas consequente à acumulação das responsabilidades domésticas, e ao ver-se mãe só – por escolha biológica, imposição ou divórcio – a mulher desejou, idealizou e tentou construir um novo parceiro, transformado nas suas funções familiares, e mais apoiante e interveniente na educação dos filhos. (p. 378)

Em levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007, Souza e Benetti (2009) constataram a paternidade como tema fundamental para a compreensão das relações familiares e implantação de políticas de assistência à família. O crescente interesse científico no estudo da paternidade limita-se, principalmente, a importância do envolvimento afetivo do homem nas relações com os filhos e com a família. Muitas pesquisas contemplam esta perspectiva (Souza, 2008; Freire, 2009; Unbehau, 2000; Gomes & Resende, 2004; Bustamante & Trad, 2005; Almeida, 2007; Silva & Piccinini, 2007) enfocando tanto aspectos presentes como dificuldades a serem superadas no processo de vivência familiar da afetividade masculina e paterna em transformação. Entretanto, ainda existem lacunas a serem mais bem compreendidas, como por exemplo, a adequação do homem aos novos modelos de paternidade que surgem concomitantes aos novos arranjos familiares da atualidade, bem como a contribuição da sociedade no que tange a receptividade as novas paternidades em detrimento a modelos tradicionais.

A literatura também aponta a inclusão e participação do pai na vida privada como grande fio condutor das mudanças significativas observadas na paternidade. Se outrora a mulher, através do movimento feminista, conquistou a esfera pública tradicionalmente ocupada pelo masculino, num processo contrário o homem se volta para a esfera privada em busca de novas demandas atribuídas a um novo perfil masculino. De acordo com Staudt e Wagner (2008) o “novo homem” é caracterizado pela participação na vida afetiva e familiar, e pela partilha dos espaços público-privado com a mulher. Oriunda desta nova visão de masculinidade, está a “nova paternidade” que se configura numa paternidade participativa com expressão mais significativa do envolvimento afetivo masculino no cuidado com os filhos (Sutter & Bucher-Maluschke, 2008).

Sob as óticas do “novo homem” e da “nova paternidade”, estudos recentes têm direcionado interesse para a participação do homem-pai no desenvolvimento infantil (Monteiro, Veríssimo, Santos & Vaughn, 2008; Manfroi, Macarini & Vieira, 2011), no desempenho escolar dos filhos (Cia, D’Affonseca & Barham, 2004), desenvolvimento social das crianças (Cia & Barham, 2009; Serôdio, 2009) e na saúde reprodutiva (Tomelaria, Pierib, Violinc, Serafim & Marcon, 2007), tais estudos só vêm mais uma vez corroborar a necessidade de se compreender as dimensões inerentes às novas masculinidades e paternidades emergentes.

1.5 - PATERNIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA: O PRÉ-NATAL MASCULINO COMO PROPOSTA

No conjunto de estudos sobre a paternidade um aspecto que merece destaque diz respeito à participação paterna na saúde reprodutiva, cujo interesse encontra-se em ascensão. Conforme visto anteriormente, atribui-se as sociedades primitivas a *ignorância* da

participação masculina na reprodução, com o desenvolvimento socioeconômico das sociedades, tal fato fortaleceu o estereótipo social do direito exclusivo da mãe no que concerne a reprodução. Dado as condições biológicas inerentes à gestação e gravidez, a mulher era tida como a grande responsável pela procriação, de tal forma que mesmo após descobertas científicas no campo da genética o homem continuou relegado ao posto de coadjuvante na reprodução. Atualmente, questiona-se de forma mais consistente a saúde reprodutiva não apenas das mulheres, mas também dos homens enquanto cidadãos de direito no que tange o processo de sexualidade e reprodução.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a definição de saúde reprodutiva, estabelecida no Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, apresenta-se incorporada ao conceito de saúde, sendo assim define-se saúde reprodutiva como o

estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simples ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que dêem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio (Cairo, 1994, p. 62).

Deve-se a Conferência sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, ambos os eventos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a noção de que as pessoas têm direitos próprios no âmbito reprodutivo os quais devem ser respeitados, sobretudo pelo Estado (Siqueira, 2000). Os direitos reprodutivos são tidos como princípios e normas de direitos humanos cujo intuito é a garantia do exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e reprodução humana, assim sendo constitui-se no direito subjetivo dado a toda pessoa no que se refere à decisão do número de filhos e os intervalos entre os nascimentos, o acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem que haja discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer tipo. Quanto a sua natureza, os direitos reprodutivos estão embasados em direitos relativos à vida e a sobrevivência; a saúde sexual e reprodutiva; a liberdade e segurança; a não-discriminação e respeito à opção de escolhas; a informação e educação para tomada de decisões; a autodeterminação e livre escolha da maternidade e paternidade; ao casamento, filiação e constituição de uma família; bem como a proteção social a maternidade, paternidade e família, inclusive no trabalho (Ventura, 2009).

Historicamente, conforme Ávila (1993), os direitos reprodutivos são decorrentes da prática política das mulheres na busca de liberdade reprodutiva. Concomitante a militância feminina por acesso ao voto e à educação, no fim do século XIX e primeira metade do século XX, surge a luta pelo direito à regulação da fecundidade, constituindo-se como novo assunto de interesse político e de construção da cidadania. A discussão pública deste aspecto representa um grande marco histórico na construção do mundo moderno, tendo em vista que antes disso as mulheres não detinham o controle do seu próprio corpo, fecundidade e saúde, como era característico no patriarcado. Além do movimento feminista, a luta dos movimentos

gay e lésbico por direitos sexuais também serviu de base para a discussão política em torno dos direitos reprodutivos. Dessa forma, evidencia-se que o debate político acerca dos direitos reprodutivos é algo recente que tem suas bases fincadas na militância dos movimentos sociais na busca de valores democráticos, portanto, numa visão mais ampliada, a construção de direitos reprodutivos e sexuais se enquadra no movimento dialético de construção da democracia.

O Plano de Ação proveniente da Conferência do Cairo estabelece como sujeitos de direitos reprodutivos não apenas os casais, mas também os adolescentes, mulheres solteiras, homens e pessoas idosas. Anteriormente, estes segmentos da população sofriam negligência por parte de políticas públicas relacionadas à sexualidade e reprodução (Ventura, 2009). Apesar disso, especificamente, no que se refere ao homem não se têm muita extensão desses direitos supostamente por conta de sua omissão no que se refere à própria saúde, bem como a condição de afastamento paterno das questões reprodutivas, naturalmente, ligadas ao feminino. Semelhantemente ao que ocorreu com a mulher, a inclusão do homem na esfera dos direitos reprodutivos significa contrapor a hegemonia do modelo patriarcal ainda vigente na sociedade. Ante tal conjuntura, Ávila (2003) afirma que

alterar esse modelo significa buscar uma sociabilidade na qual o sentido da paternidade e da maternidade sejam completamente transformados, levando a uma divisão sexual igualitária do trabalho no âmbito doméstico e em particular nas tarefas de cuidar das crianças na vida cotidiana. Assumir a responsabilidade e a divisão de tarefas na contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e certamente em todas as outras dimensões da vida reprodutiva. Não se trata, portanto de garantir a inclusão dos homens nos direitos reprodutivos, mas os direitos reprodutivos significam uma transformação de uma forma de inserção dos homens na esfera

reprodutiva. A transformação cultural é uma dimensão estratégica para produção de uma nova forma de relação entre os homens e as mulheres com base nos direitos reprodutivos (p. 467).

Portanto, quando se fala de homem e direitos reprodutivos há que se considerar antes a forte atuação de valores culturais, a transformação cultural citada acima indica o quanto a temática em questão suscita o debate de tabus, estigmas e estereótipos, cuja discussão gera conflitos, mas certamente direcionará novas formas de atuação no campo social e saúde.

Concernente ao homem e a sua participação em processos de reprodução, legalmente, a Lei Federal nº. 11.108, de 07/04/2005, garante o direito da parturiente a acompanhante no trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato, esse direito assegura que seja proporcionado apoio emocional a mulher durante o parto como forma de aperfeiçoar a assistência de saúde nesse momento. Por outro lado, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 7º, inciso XIX, versa sobre o direito a licença-paternidade de cinco dias corridos assegurado ao homem-pai trabalhador (Brasil, 1988). A licença-paternidade tem o intuito de favorecer o acompanhamento masculino nos primeiros dias de vida do filho, além do apoio à mulher no puerpério. Vale ressaltar, que o debate atual acerca do Projeto de Lei 3935/08 propõe o aumento de cinco para quinze dias consecutivos na licença-paternidade dada ao pai biológico ou adotivo, também garante ao pai estabilidade de 30 dias no emprego após o término da licença-paternidade. O referido projeto ainda encontra-se em tramitação junto aos órgãos legislativos federais.

Como se observa, a participação masculina na saúde reprodutiva se restringe à leis destinadas apenas ao suporte na maternidade da mulher. Mesmo com os direitos reprodutivos garantindo extensão a este segmento da população, ainda não se valoriza claramente a eficácia da participação do homem-pai enquanto protagonista nos processos de reprodução, seja pré-

natal, parto ou pós-parto. Esta realidade procede de algo anterior estruturado historicamente por relações de gênero e que se reflete tanto na saúde do homem, como na saúde reprodutiva e também saúde da família, trazendo um emaranhado de consequências com demandas urgentes. Os estereótipos sociais de que o homem é “forte”, “inabalável”, “não adoece”, e, portanto não necessita de cuidados médicos, por muito tempo tem fundamentado os comportamentos frente ao autocuidado masculino, assistência de saúde e a saúde reprodutiva. Portanto, refletir acerca dos comportamentos do homem-pai na saúde reprodutiva, inevitavelmente, direciona a discussão de assuntos referentes à atenção a saúde do homem.

Compreendendo esta singularidade masculina, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem do Ministério da Saúde foi implementada com o objetivo principal de promoção de ações de saúde junto a esta população. Estruturalmente, esta política condiz com a Política Nacional de Atenção Básica e com as Estratégias de Humanização em Saúde, ambas as ações já existentes no Sistema Único de Saúde (SUS) como foco da Estratégia de Saúde da Família. A implantação e implementação da referida política de saúde é cabível as três esferas do governo (união, estados e municípios), considerando a autonomia e as competências dadas a cada uma delas.

Segundo a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (Brasil, 2008), o acesso aos serviços de saúde pela população masculina se dá por meio da atenção especializada (atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade), diferente das mulheres que buscam a atenção primária (serviços de promoção e a proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico e tratamento, reabilitação e manutenção da saúde). Esta não-procura dos homens pelos serviços de atenção primária é responsável pelo aumento da vulnerabilidade masculina tornando-os marginalizados de atenções básicas para a preservação

de sua saúde, fator este que justifica os dados demográficos que indicam o aumento das taxas de mortalidade masculina e de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis.

De acordo com o boletim de diagnóstico da saúde do homem publicado pelo Ministério da Saúde com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os homens vivem 7,6 anos menos que as mulheres, apesar da expectativa de vida dos homens brasileiros ter aumentado de 63,2 para 68,9 anos de 1991 para 2007, mesmo assim ainda se mantém 7,6 anos abaixo da média das mulheres. As três principais causas mortes masculinas são: as doenças isquêmicas do coração, entre elas o infarto agudo do miocárdio; as doenças cerebrovasculares; e os homicídios. É importante salientar que este padrão de ocorrência de mais mortes de homens do que de mulheres é realidade presente em todas as regiões brasileiras (Brasil, 2011), o que mais uma vez corrobora a importância da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem.

Outros dados demográficos publicados no referido boletim indicam que a situação de vulnerabilidade que os homens muitas vezes estão expostos os predispõe para o adoecimento e mortalidade. O número de óbitos com causa básica as doenças plenamente relacionadas com álcool (acidente de trânsito, quedas, afogamentos, etc.), entre 2000 e 2006, concentrou-se no sexo masculino. A prevalência de dependentes de álcool também é maior para o sexo masculino (19,5% dos homens são dependentes de álcool, enquanto 6,9% das mulheres apresentam dependência). O câncer de próstata se apresenta como mais frequente, perdendo apenas para o câncer de pele não-melanoma. A taxa de mortalidade masculina por câncer de próstata evoluiu de 6,31 para 13,93, entre os anos de 1979 para 2006, respectivamente, um aumento de 120%. Nas mortes por acidente de trânsito, 82% são de homens. O sedentarismo é mais frequente em homens, num universo de 26,4% de brasileiros sedentários, 29,5% são homens e 23,5% são mulheres. Por fim, as doenças sexualmente transmissíveis (DST)

também são mais prevalentes entre os homens, dos 10 milhões de brasileiros que já tiveram algum sinal ou sintoma de DST's, 6,6 milhões são homens e 3,7 milhões mulheres. O mais grave é que 18% deles e 11,4% delas não procuraram nenhum tipo de tratamento (Brasil, 2011).

Tal qual a participação paterna na família, o acesso do homem aos serviços de saúde é interferido por variáveis determinadas por uma cultura patriarcal. A doença ainda é concebida pelo homem como sinal de fragilidade, aceitar-se enfermo significaria atestar uma condição frágil, não sendo isso algo característico da natureza masculina. Portanto, para o homem, a procura por atendimentos de saúde só se justifica para restabelecer danos imediatos que ocasionalmente retirem do mesmo esta “força masculina” que o torna invulnerável. Além disso, a condição de provedor financeiro da família restringe o homem à atividade laboral o que, conseqüentemente, reduz a sua disponibilidade de tempo para qualquer outra atividade, inclusive de cuidados com a própria saúde. Ademais, ainda que se fale de um “novo homem”, a concepção de “cuidado” permanece sendo um elemento direcionado para o papel social feminino. Culturalmente, o homem ocupa apenas o lugar de suporte desse cuidado feminino (Brasil, 2008).

Apesar de todos esses pressupostos estarem intimamente envolvidos com a ausência do homem-pai do cenário da saúde reprodutiva, é pertinente considerar a participação masculina nesta área como uma reconstrução paradigmática cujos componentes não dependem de um posicionamento exclusivo do homem, mas sim sinalizam para desconstruções de caráter micro e macrossociais. Muitos estudos demonstram interesse crescente pela relação homem-saúde reprodutiva, contudo sempre apontam para perspectivas de construção de novas visões.

Ao investigar as concepções dos profissionais de saúde acerca deste tema, Galastro e Fonseca (2007) apontam para o crescimento da participação do homem nos serviços de saúde reprodutiva, a inclusão masculina no serviço de saúde foi representada pelos profissionais como sendo o processo de estabelecimento de um novo paradigma na área de saúde. O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM (Brasil, 2004) e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento - PHPN (Brasil, 2002) estabelecem, implicitamente, a inclusão do homem no processo de pré-natal e parto, contudo há muito que se fazer no sentido de valorizar a participação do pai nesses momentos, sobretudo no pré-natal.

Atualmente, junto a Política Nacional de Saúde do Homem, um novo desafio no âmbito da saúde reprodutiva tem sido difundido pelo Ministério da Saúde, o pré-natal masculino ou pré-natal do parceiro. O objetivo maior dessa proposta interventiva consiste em motivar o homem-pai a não apenas acompanhar a mulher durante nove meses de gravidez nos exames de pré-natal, mas também fazer que ele mesmo seja acompanhando e submetido a exames preventivos. Além disso, o pré-natal masculino também se faz necessário para tornar o homem um integrante ativo no processo de pré-natal feminino, através da obtenção direta de informações da gravidez e do parto, o homem passará a ser mais cooperativo e vivenciará a paternidade iminente de forma mais tranquila (Benazzi, Lima & Sousa, 2011). Conforme Duarte (2007), a implementação do pré-natal masculino proporciona benefícios significativos que vão desde melhoria nos padrões de saúde perinatal até a redução da frequência de depressão materna e paterna relacionadas à gravidez e ao parto.

O projeto pioneiro do pré-natal masculino foi implantado em 2007 no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP), hoje funciona em diversos municípios do país integrando as ações da Política Nacional de Saúde do Homem do Ministério da Saúde. Tem como público-alvo homens entre 20 e 59 anos. Quanto ao

procedimento interventivo, cabe à equipe de saúde motivar o homem-pai a participar no processo de pré-natal, uma vez aceito este convite o médico direciona o homem a fazer exames característicos do pré-natal, a saber: sorologia para hepatite B e C, HIV e sífilis, exames de sangue para detecção de diabetes, níveis de colesterol e medição da pressão arterial. Pode também ser procedidas oficinas sobre cuidados básicos com o bebê e importância da amamentação exclusiva. A realização de exames preventivos da próstata e cirurgias como vasectomia e fimose podem ser sugeridos, ainda, como parte do processo do pré-natal masculino (Brasil, 2011).

Refletindo acerca da humanização no nascimento, Tarnowski, Próspero e Elsen (2005) salientam a importância de se dar maior ênfase a equidade de gênero no momento do parto como forma de melhorar as políticas de saúde reprodutiva já existentes. Muitas investigações já realizadas confirmam a participação paterna em processos reprodutivos (pré-natal, parto e pós-parto) como algo em construção cujas lacunas encontram-se fortemente influenciadas por fatores histórico-contextuais e de gênero. Em pesquisa etnográfica sobre a participação dos pais no nascimento numa maternidade pública, Carvalho (2003) constatou dificuldades institucionais de incentivo a inclusão paterna, bem como desmotivações por parte das mães e dos pais. No mesmo sentido, estudando a participação do pai na amamentação, Pontes, Alexandrino e Osório (2008) observaram que tanto homens como mulheres apresentam comportamentos que evidenciam a exclusão do pai na amamentação demonstrando com isso representações sociais baseadas em questões de gênero. Por sua vez, Falceto, Fernandes, Baratojo e Giugliani (2008) verificaram que a falta de envolvimento do pai nos cuidados com lactentes está associado à relação conjugal problemática e a ausência de atividade remunerada feminina.

Os estudos supracitados colocam em evidência a participação do homem-pai no processo de saúde reprodutiva, tanto no que tange a sua assistência no pré-natal feminino quanto nos cuidados com os filhos. Observa-se que o homem parece demonstrar interesse por uma participação mais plena, por ocupar seu lugar de homem-pai no envolvimento afetivo com a família, entretanto esta atitude ainda se faz de forma bastante discreta e resistente. Por outro lado, as políticas públicas de saúde reprodutiva destinadas ao masculino ainda encontram-se em crescimento, bem como suas referidas estratégias de implementação. Dessa forma, especificamente, o que se percebe como um todo é a existência de um contexto de mudanças no campo da saúde pública e coletiva no que se refere ao homem e a saúde reprodutiva.

Finalmente, retomando questões iniciais referentes ao masculino e a vivência da paternidade, percebe-se o quanto todos esses fatores indicam mudanças recentes as quais merecem ser focalizadas tanto em pesquisas da área psicossocial quanto da área de saúde. A masculinidade e a paternidade enquanto objetos de estudo representam temáticas pouco exploradas cujas demandas são urgentes tendo em vista a importância da sua inclusão nos estudos de gênero e a compreensão de repercussões sociais. Considerando o caráter de transformações históricas as quais a paternidade encontra-se imbuída, bem como os papéis sexuais historicamente construídos que embasam fortemente concepções no imaginário social, verifica-se que para compreender e auxiliar o homem no processo de paternidade faz-se necessário mergulhar nas concepções que sustentam a história social desse sujeito, sendo as construções de gênero e a identidade social pontos pertinentes para esta reflexão.

2.1 – IDENTIDADE SOCIAL

A identidade se configura um objeto de estudo emergente, principalmente em meio às ciências sociais e humanas. Genericamente, quando se fala em identidade facilmente remete-se a caracteres pessoais, traços de personalidade, perfil peculiar, autoconceito, jeito de ser, modo de se portar perante o mundo, sob o qual se podem diferenciar pessoas ou grupos. Percebe-se que a identidade seria algo intrinsecamente ligado à pessoa, tendo influência, sobretudo no seu comportamento e modo de agir no mundo. Tais representações perpassam pelo campo de conhecimento de várias ciências, a saber: história, antropologia, sociologia, psicologia, filosofia, etc. Portanto, epistemologicamente, verifica-se que o estudo da identidade apresenta-se disseminado em saberes diversos que se complementam, sendo assim, não haveria como se definir plenamente uma teoria da identidade. Para se compreender a identidade faz-se necessário então, um resgate que contemple as construções acerca desta categoria, ressaltando as contribuições de perspectivas teóricas ao longo do tempo em áreas de conhecimento diferentes.

No campo da psicologia geral, a noção de *self* ou *eu*, o conceito de *ego* e a personalidade podem ser percebidos como conceitos precursores que fomentaram a ideia de identidade, bem como o estudo científico desta. Estaria então a ideia de identidade implicada na concepção de personalidade, assim conviria entender o que seja personalidade para a psicologia. Advinda do latim *persona*, que quer dizer *máscara*, a personalidade pode ser concebida como o conjunto de características individuais que fundamentam o comportamento do ser humano tornando cada pessoa única, em outras palavras, a personalidade estaria ligada

aos aspectos únicos ou individuais sob os quais o comportamento humano se sustenta (Hall, Gardner & Campbell, 2000; Fadiman & Frager, 2002; Schultz & Schultz, 2002), daí a grande importância desse tema para a psicologia. Segundo Schultz e Schultz (2002), a personalidade limita-se a fatores internos e externos do caráter os quais são relativamente permanentes e podem influenciar o comportamento em dadas situações. Por sua vez, D'Andrea (2002) salienta a importância da história pessoal na compreensão da personalidade, fato este que denota o quanto o contexto de vida pode estar implicado no entendimento das características pessoais do ser humano. Neste sentido, percebe-se que a personalidade é relativamente estável, uma vez que é composta pela interação de variáveis pessoais permanentes (traços e necessidades) e variáveis situacionais, estando a última diretamente ligada as circunstâncias vividas por cada sujeito. Advoga-se, portanto, a relevância dos fatores situacionais e históricos na formação da personalidade e na concepção do *eu*, tão enfatizadas por diversas teorias da personalidade formuladas ao longo do tempo pela ciência psicológica.

No estudo da personalidade, alguns teóricos em específico dedicaram esforços em enfocar a construção da identidade como etapa importante na construção da personalidade de todo ser humano, entre eles destacam-se Erich Fromm e Erik Erikson. Para Fromm, todo ser humano na busca de segurança é movido por necessidades psicológicas básicas, dentre elas encontra-se a *necessidade de identidade* que consiste na necessidade de consciência em habilidades e atributos singulares. Na busca de satisfação dessa demanda cada indivíduo pode tanto desenvolver habilidades peculiares quanto se identificar com outras pessoas. Posterior a Fromm, ao postular o conceito de *identidade do ego*, Erikson afirma que a adolescência é marcada pela estruturação de uma autoimagem construída a partir da integração de ideias que se tem de si e o que se quer ser (Schultz & Schultz, 2002).

Na determinação da identidade do ego, segundo Erikson, os adolescentes experimentam vários papéis e ideologias o que denota a forte influência dos grupos em tal empreitada. Quando esta estruturação da identidade do ego não se faz de forma eficaz têm-se conflitos e confusão de papéis, ou seja, vive-se uma *crise de identidade*, conceito-chave da teoria eriksoniana, que caracteriza a fase do desenvolvimento *Identidade x Confusão de identidade* defendida pelo autor. Segundo Erikson, quando se sai da adolescência com certeza de um senso de auto-identidade certamente a pessoa terá uma vida adulta mais saudável (Schultz & Schultz, 2002). Em síntese, tanto Erikson quanto Fromm utilizaram o conceito de identidade como constructo importante na formação da personalidade do ser humano e destacaram a relevância dos grupos sociais nesta formação, tal constatação direcionou o estudo da personalidade sob um enfoque de construção social.

Além dos teóricos da personalidade, vale ressaltar que os teóricos do desenvolvimento também atentam para a importância da identidade no desenvolvimento psicossocial do ser humano, conforme Papalia, Olds e Feldman (2006) desde a primeira infância, a partir dos 18 meses de idade, um senso de identidade (autoconceito) é construído através das trocas afetivas com os mais próximos (pais e amigos). Este senso de identidade, conforme já mencionado, atinge seu foco na adolescência, entretanto acompanha a pessoa durante toda a vida adulta e velhice, transformando-se. Com isso verifica-se certa instabilidade e dinamismo histórico no que se refere à construção da identidade no desenvolvimento humano.

No campo da psicologia social, o interesse pelos processos grupais e pela identidade social pode ser indicado como contributo nos estudos da identidade. Deve-se à Psicologia Social Americana o pioneirismo no estudo desta questão. A Teoria do Campo Psicológico de Kurt Lewin (1939), os estudos de Sherif (1936) sobre o processo do conflito intergrupar e formação das normas sociais, as pesquisas sobre influência social enfocando liderança e

conformidade de Asch (1952) e Festinger (1954), bem como os experimentos de Milgram (1965) sobre a obediência a autoridade, são exemplos de estudos clássicos que já apontavam interesse pelos processos grupais. Não obstante, foi a vertente europeia da Psicologia Social com uma orientação menos individualista, mais ideológica e mais histórica que se destacou fortemente no domínio das relações intergrupais, diferente da psicologia social americana que se apresentou comprometida com uma visão de ciência universal e não ideológica, não havendo espaço para questões culturais (Jesuino, 2004).

Na psicologia social as perspectivas da categorização social e das relações intergrupais focalizam-se na análise de como as pessoas, no contexto de grupos, diferenciam-se dos outros buscando uma identidade social que favoreça a construção de uma imagem positiva de si mesmo. Dessa forma, seguindo este raciocínio, quanto maior for o senso de pertença a um grupo (endogrupo), maior será a tendência a diferenciar favoravelmente seu próprio grupo dos outros (exogrupo). Dentro dos estudos clássicos das relações intergrupais na psicologia social, a Identidade Social aparece como teoria relevante para explicar o comportamento social do homem no grupo, cujo principal representante foi Henri Tajfel (1912-1982) que dedicou interesse no conhecimento das relações e conflitos intergrupais, categorização social e formação dos estereótipos sociais.

A categorização social representa um processo básico que favorece a compreensão da Identidade Social e estereótipos nas relações em grupos. A categorização seria o processo ligado à organização e ordenação de uma informação que é externa ao sujeito, no conhecimento do mundo cada indivíduo percebe as coisas ou pessoas organizando-as em categorias já existentes. Através da categorização social busca-se simplificar o processo de informação incluindo a pessoa ou objeto dentro de uma categoria social, bem como atribuindo as pessoas características do seu grupo de pertença (Álvaro e Garrido, 2006). Em

outras palavras, mediante as características que apresentam, as pessoas ou objetos são organizados em categorias sociais pré-estabelecidas socialmente as quais são condições para se integrar um grupo na sociedade.

Atribui-se ao processo histórico a forma de como se definiram as categorias sociais a partir das relações intergrupais, cabendo a psicologia social a compreensão de como estas categorias são transmitidas de geração em geração. A esse respeito, fundamentando-se no pensamento de Tajfel, Álvaro e Garrido (2006) advogam que

A forma como a pessoa percebe as diferentes categorias sociais não é fruto de um processo universal e autogenerativo, mas produto da assimilação dos valores e normas sociais da cultura da qual faz parte. As avaliações, positivas ou negativas, que fazemos dos grupos sociais são fruto do aprendizado, e sua transmissão ocorre mediante um processo de assimilação que começa muito cedo, durante a infância (p. 273).

Tendo como base a categorização social, a Teoria da Identidade Social de Tajfel estabelecia uma ligação entre o psicológico e o sociológico, sendo a identidade um fenômeno derivado da dialética entre o indivíduo e a sociedade. Para Tajfel (1982), a identidade social está associada ao conhecimento de pertença aos grupos sociais e ao significado emocional e avaliativo dessa pertença. Neste sentido, a identidade social é entendida como o autoconceito do indivíduo derivado do seu conhecimento de filiação a um grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor associado a tal pertença. Os grupos são por sua vez determinados, a partir das categorizações sociais, em termos do *endogrupo* e o *exogrupo*. O que se acrescenta no estudo da identidade social, que outrora não foi contemplado na categorização social, é a importância subjetiva dada à pertença do sujeito no endogrupo quando comparado com os outros grupos. O sentimento de filiação do sujeito a um grupo

favorece a valorização do endogrupo e discriminação do exogrupo, esta foi a ideia central da identidade social defendida por Tajfel.

Os grupos sociais só adquirem sentido quando relacionados à existência de outros grupos (Michener, DeLamater e Myers, 2005). Na visão destes autores a identidade social se forma por meio da definição do *eu* baseada nas características de um grupo; uma vez considerada a integração a um grupo, as características desse grupo passam a ser referência no pensamento, sentimento e ações da pessoa. Se existir a comparação com outros grupos as atribuições do endogrupo passarão a fazer parte do *eu* da pessoa. Portanto, tanto a associação ao endogrupo como a ênfase nas diferenças e avaliações desfavoráveis ao exogrupo são relevantes quando se trata de identidade social. Neste sentido, as características de um grupo recebem um determinado significado na medida em que se relacionam com as diferenças percebidas em relação a outro grupo, assim como o valor destas diferenças.

Aliada ao pensamento de Tajfel, a Teoria da Autoprototipicalidade de Jonh C. Turner acrescenta ao estudo da identidade social a ideia de *protótipo*. De acordo com Turner, o *protótipo* seria a representação de características que melhor definem o endogrupo (*ingroup*), dessa forma cada pessoa passaria a se autodefinir extinguindo características pessoais e enquadrando-se num protótipo grupal. Conforme Paiva (2007),

Turner propõe uma correlação negativa entre identidade grupal e identidade pessoal: à medida que alguém partilha do protótipo do grupo, outras determinações identitárias perdem o relevo e a pessoa tende a *despersonalizar-se* em favor do grupo. Em continuação com Tajfel, que propunha a maior heterogeneidade do *ingroup*, Turner também postula que a pessoa tende a se comparar não só com o protótipo, mas com os membros do próprio grupo, num processo que denomina de *autoprototipicalidade* (p. 80).

Apesar da relevância no desenvolvimento do estudo das relações intergrupais e, conseqüentemente, da psicologia social como campo científico, a teoria da identidade social de Tajfel apresentava limitações que servem de motivação para investigações complementares, um exemplo disso se refere à relação entre identidade social e identidade pessoal. Atualmente, contrário à *despersonalização* sugerida por Turner, questiona-se o papel de processos individuais na construção de identidades sociais. Nesta perspectiva, sugere-se que a identidade leve em conta a conciliação entre o indivíduo e o grupo, considerando elementos que vão desde a cognição, afeto e ação pessoal quanto à adesão ao grupo. No conhecimento da constituição da identidade social há que se considerar coerentemente elementos de ordem pessoal (ordem cognitiva) e a filiação grupal (ordem grupal). Neste sentido, Paiva (2007) salienta que é através do “acompanhamento da construção dessa coerência da ordem cognitiva com a ordem grupal que se torna possível entender a dinâmica variável dos diversos graus de identidade pessoal e psicossocial, étnica, profissional, religiosa ou outra qualquer” (p. 81).

Além das clássicas contribuições teóricas acerca da identidade social atribuídas a Tajfel e Turner. De acordo com Howard (2000), nas últimas décadas o conceito de identidade tem sido retomado amplamente em pesquisas de diversas áreas, atualmente este conceito refere-se ao peso da necessidade de um *sensu de si* o qual é acompanhado por um ritmo acelerado de mudanças no contexto social vivido, nas estruturas sociais e, nos grupos em que as pessoas e suas identidades estão incorporados. Este fato aponta para uma instabilidade no que se refere à composição da identidade, dependendo dos determinantes contextuais, grupais e sócio-culturais esse *sensu de si* vai se transformando dando margem a existência de dimensões de identidades sociais, a saber: identidades de gênero, identidades sexuais,

identidades étnicas, identidades de classe etc. Mais adiante será explorada a identidade enquanto processo de transformação mediante fatores contextuais vividos.

Tanto nos estudos da identidade enquanto um fator da personalidade quanto nos estudos da identidade social nas relações grupais evidencia-se a influência dos contextos sócio-históricos na estruturação e composição da identidade. No que diz respeito a esse fundamento sócio-histórico na construção do indivíduo enquanto pessoa e, conseqüentemente, na construção de sua identidade, convém destacar as proposições da Psicologia Sócio-histórica defendida por Vygotsky. Contextualizada historicamente sob o pano de fundo da Revolução Russa de 1917, a teoria de Vygotsky trouxe novas perspectivas de compreensão do comportamento não enfatizadas antes, portanto, consideradas revolucionárias. Cabe então entender brevemente como se deu esta revolução.

Dado a industrialização crescente, as conseqüências da Primeira Guerra Mundial, bem como a opressão do governo absolutista ocorridas em meados de outubro de 1917, a população russa veio a sofrer grande estado de pobreza e marginalização que reforçou o investimento em ideias revolucionárias socialistas sustentadas pela classe operária trabalhadora. A Revolução Russa de 1917 caracterizou-se como um período intenso de conflitos populares que culminou na destituição da monarquia czarista e implantação do socialismo na Rússia, tal contexto histórico indicava a necessidade de reconstrução de um país, de uma sociedade e uma nova percepção de ciência. O comando político da Rússia pelo então Partido Operário Social-Democrata Russo - POSDR, os *bolcheviques* (que significa “maioritário”), liderado por Lênin, se constituiu como principal marco da revolução russa. Os bolcheviques representavam a classe proletariada que defendeu uma revolução política armada a partir das massas. Tendo como lema “*Paz, terra, pão, liberdade e trabalho*”, os bolcheviques realizaram mudanças de caráter revolucionário e socialista, fato que levou a

mudança do nome do partido para Partido Comunista Russo e, posteriormente, com a criação União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1922, para Partido Comunista da União Soviética. Ressalta-se que, contrário aos bolcheviques e as ideias radicais de Lênin, também se constituiu os *mencheviques* (que significa “minoritário”) como grupo defensor de uma revolução mais moderada cuja prioridade era implantação da democracia e capitalismo, para assim implantar o socialismo (Ferro, 1974).

Em suma, a revolução russa trouxe a tona um panorama de mudanças político-sociais conquistadas, sobretudo pelo protagonismo do proletariado. Essas transformações compuseram uma nova visão do homem sob a qual Vygotsky sustentou sua construção teórica. Nas palavras de Toassa (2006, p. 60), o contexto que embasou Vygotsky indicava a psicologia como “ferramenta de uma sociedade que se reconstrói na luta de forças revolucionárias e contra-revolucionárias. A nova ciência ganha conotações político-ideológicas e se expande dos laboratórios experimentais para as aplicações sociais”.

A teoria de Vygotsky propôs mudanças paradigmáticas, através dela buscou-se superar abordagens clássicas da psicologia (psicanálise, behaviorismo e gestalt) as quais não conseguiam suprir as necessidades de explicação dos fenômenos psicológicos por tratarem de objetos tão diferentes, e em vistas disso acabavam por reforçar o dualismo mente-corpo herdados pela história da ciência. Dessa forma, Lordelo (2011) salienta a crítica de Vygotsky à herança cartesiana. Para Vygotsky a ciência psicológica do início século XX viveu um quadro de crise caracterizado por problemas filosóficos e epistemológicos, na visão do autor a psicologia havia se repartido em duas correntes: uma psicologia científico-natural materialista (behaviorismo e a reflexologia) que negava o subjetivo tendo em vista a neutralidade e objetividade científica; e uma psicologia espiritualista (psicanálise e a psicologia descritiva) que lidava com a subjetividade e a irredutibilidade do fenômeno

psíquico. Assim, sobretudo por influências humanistas, as ideias de Vygotsky inauguraram uma nova psicologia que acreditava no desenvolvimento cultural do ser humano, ou seja, uma teoria da gênese e natureza social dos processos psicológicos. Para Lucci (2006, p. 4), Vygotsky veio de fato propor

uma nova psicologia que, baseada no método e nos princípios do materialismo dialético, compreendesse o aspecto cognitivo a partir da descrição e explicação das funções psicológicas superiores, as quais, na sua visão, eram determinadas histórica e culturalmente. Ou seja, propõe uma teoria marxista do funcionamento intelectual humano que inclui tanto a identificação dos mecanismos cerebrais subjacentes à formação e desenvolvimento das funções psicológicas, como a especificação do contexto social em que ocorreu tal desenvolvimento.

Dentre as principais proposições de Vygotsky acerca do comportamento humano destacam-se:

- 1- o homem é um ser histórico-cultural, pois a partir das interações sociais ocorridas dentro de um dado contexto cultural, molda seu comportamento, sendo determinante e determinado;
- 2- a atividade e o desenvolvimento da mente humana são compostos por processo sócio genético, uma vez que a atividade cerebral se funda em significados sociais e é mediada por signos, todos eles constituídos por meio de atividades culturais;
- 3- a linguagem é o principal fator de mediação na formação das funções psicológicas superiores, sendo o processo de interiorização dessas funções também de cunho histórico-cultural (Lucci, 2006).

Como se vê, todas as proposições defendidas por Vygotsky indicam críticas a uma psicologia empirista e idealista, para Freitas (2002) a perspectiva sócio histórica buscou

transcender os reducionismos desses tipos de psicologias, neste sentido o modelo teórico de Vygotsky tem como principal intuito focar a pessoa em sua totalidade, relacionando dialeticamente aspectos internos e externos, indivíduo e contexto sociocultural, corpo e mente, ser biológico e ser social. O homem necessariamente é ser histórico marcado pela cultura, sendo produtor e produto, criador de ideias e consciência. O homem não é apenas resultado da evolução das espécies, mas também encontra-se determinado pelo fator historicidade, é produto histórico, é ser ativo em uma sociedade num dado momento de sua evolução, portanto, também é mutável pois está vulnerável as modificações acarretadas em sua história social. Não há como se compreender o homem sem mergulhar em suas relações e vínculos histórica e socialmente construídos (Aguiar, 2000).

Na teoria de Vygotsky, a consciência se configura conceito fundamental e surge como possibilidade de resolução para a dicotomia materialismo x idealismo, ou seja, a dicotomia objetivo x subjetivo tão discutida pela ciência psicológica. Inicialmente, o estudo da consciência em Vygotsky surgiu com críticas a reflexologia, para ele era reducionista considerar o comportamento como um mero sistema de reflexos condicionados e desconsiderar a consciência como comportamento passível de estudo, tal qual defendia o behaviorismo metodológico de Watson. Na visão de Vygotsky, era problemático explicar todo comportamento humano sem levar em conta os fenômenos subjetivos, foi a partir disso que ele passou a conceber a consciência com base no social, mais especificamente fundada na linguagem e comportamento social. Na obra de Vygotsky, considera-se a natureza material da consciência, enfocando na formação da mesma instrumentos (físicos e simbólicos) da cultura sob a qual o ser humano está contido (Lordelo & Tenório, 2010). Mediante o exposto, concebe-se a consciência na perspectiva vygotskiana como fenômeno derivado da realidade e internalização desta.

Acerca disso, Leontiev (1978) situa a consciência como resultante da mediação das significações sociais elaboradas pela sociedade no transcurso histórico, para tanto o materialismo histórico dialético de Marx aparece como teoria que fundamenta esta assertiva dando novas formas de compreensão e explicação da consciência. Sendo assim, pode-se então inferir que na compreensão da consciência há que se considerar elementos como o desenvolvimento dos meios de produção, as condições de divisão social do trabalho e a fragmentação do trabalho. Tais elementos levariam a entender a consciência como um “fenômeno humano objetivado pelas relações sociais como particularidades que medeiam à individualidade humana (o singular) e as potencialidades elaboradas historicamente pelo gênero humano (o universal)” (Bernardes, 2010, p. 358). Apontando a obra de Marx como fundamento, Aguiar (2000) ressalta a importância de considerar que não é a consciência que determina a vida, mas sim é a vida que determina a consciência do ser humano. Sob a ótica sócio-histórica o homem não é concebido enquanto passivo, ou um mero reflexo do meio social, mas sim o homem é ativo com possibilidades de criar e transformar o meio em que vive. Na essência dessa concepção encontra-se o dilema fundamental *natureza humana x condição humana* o qual suplementa as ideias da perspectiva sócio-histórica.

Idealizar o homem enquanto produto da natureza significa aceitar a natureza humana como inata, imutável e universal, desconsidera-se com isso as condições sociais sob as quais o homem está envolto. Neste sentido, numa visão sócio-histórica, é mais pertinente considerar a condição humana ao invés da natureza, ou seja, é importante enxergar o homem enquanto construtor de sua existência através da mediação com a realidade social que o cerca. Com base nisso, Aguiar (2000) salienta

É, pois, por meio da ação significada no mundo que o homem vai não só transformar a realidade objetiva em realidade humana como também criar suas próprias condições

de existência, transformando-se a si próprio. Homem e sociedade vivem, portanto, uma relação de mediação, em que cada pólo expressa e contém o outro, sem que nenhum deles se dilua no outro ou perca sua singularidade.

Como se vê, a mediação também representa conceito-chave para a perspectiva sócio-histórica uma vez que o desenvolvimento de funções psicológicas superiores, a exemplo da consciência, se dá através de elementos mediadores presentes no meio social. De acordo com Vygotsky, durante o desenvolvimento, ao se relacionar com o mundo físico e social, o ser humano utiliza-se de instrumentos que irão facilitar a sua adaptação. A construção do conhecimento é feita a partir da interação do sujeito mediada por relações com um “outro” sujeito social o qual pode se apresentar através de instrumentos ou signos derivados da organização do ambiente ou do contexto cultural sob os quais os sujeitos são participantes. Sendo assim, a construção do conhecimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano são condicionados ao processo de mediação de sistemas simbólicos emanantes da realidade sócio-cultural. Salienta-se o caráter ativo do homem na elaboração e uso de instrumentos mediadores, ou seja, na realização da atividade humana os instrumentos mediadores provêm do próprio homem e cabe a este o aperfeiçoamento para uso por outros membros do grupo.

O conceito de mediação evidencia o cerne da psicologia sócio-histórica que se restringe à crítica ao positivismo e ênfase ao fator história, daí ser um enfoque sociointeracionista na psicologia. Neste sentido, Vygotsky estabelece como fundamental à psicologia a explicação das funções psicológicas superiores (de raiz sócio-cultural) em detrimento as funções psicológicas elementares (de raiz biológica). Conforme Miranda (2005), “as funções psicológicas elementares são determinadas pela estimulação externa (memória natural), enquanto as funções psicológicas superiores criam estímulos artificiais ou signos (memória mediada)” (p. 19). A mediação dos signos caracteriza-se elemento

imprescindível para a aquisição da função psicológica superior, Vygotsky reorganiza a relação estímulo-resposta (S-R) dando margem ao signo como elemento intermediário, assim o referido autor afirma

(...) a estrutura de operações com signos requer um elo intermediário entre o estímulo e a resposta. Esse elo intermediário é um estímulo de segunda ordem (signo), colocado no interior da operação, onde preenche uma função especial; ele cria uma nova relação entre S e R. O termo "colocado" indica que o indivíduo deve estar ativamente engajado no estabelecimento desse elo de ligação. Esse signo possui, também, a característica importante de ação reversa (isto é, ele age sobre o indivíduo e não sobre o ambiente). Conseqüentemente, o processo simples estímulo-resposta é substituído por um ato complexo, mediado (...). (Vygotsky, 1991, p. 38)

Verifica-se, então, os signos como representações do real que são internalizadas pela pessoa. Quando combinadas essas representações compõem sistema simbólicos que irão caracterizar um grupo social. Neste sentido, a linguagem apresenta-se como sistema simbólico básico, tendo em vista que a mesma fundamenta a comunicação, fenômeno tão importante para a vida em sociedade. Segundo Miranda (2005), a linguagem tem como objetivo maior o intercâmbio social e seu desenvolvimento consiste no uso de signos os quais revelam ideias, pensamentos e sentimentos que são compreensíveis por outros sujeitos num dado contexto de interação. Com o uso de significados compartilhados e sua respectiva internalização, a linguagem dá sentido ao real ampliando a comunicação e o pensamento generalizante de cada indivíduo, vê-se assim uma forte ligação entre linguagem e pensamento. Em síntese, relacionando os conceitos vygotskianos linguagem, pensamento e consciência, Martins e Moser (2012) afirmam

A mente forma os conceitos pela mediação de signos, e a linguagem passa a ser o meio ou o modo mais importante que os seres humanos possuem para formar conceitos e para aprender, mas sempre no contexto da interação social. (...) As formas conscientes do homem aparecem impulsionadas e moldadas pela mediação da linguagem: não pensamos sem palavras (é inconcebível formar um conceito sem traduzi-lo em termos semióticos: não pensamos no vácuo). Se o que distingue a atividade humana das atividades dos animais, como já o afirmara Marx, é a atividade que passou a ser intencional, portanto, é uma atividade consciente. (...) A consciência é gerada na interação social. E essa interação é constituída pela linguagem (Vygotsky, 1991, p. 14).

Os estudos sobre linguagem e pensamento de Vygotsky propunham reconhecer a importância do significado da palavra, ênfase até então rejeitada pela linguística clássica que compreendia o pensamento verbal através da análise do discurso e do pensamento em separado. O significado seria então o ponto de fusão entre o pensamento e o discurso sob o qual se constituiria o pensamento verbal. Conforme Vygotsky (2005, p. 10-11),

O significado é uma parte inalienável da palavra enquanto tal, pertencendo, portanto, tanto ao domínio da linguagem como ao do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio, já não fazendo parte do discurso humano. Como o significado das palavras é, simultaneamente, pensamento e linguagem, constitui a unidade do pensamento verbal que procurávamos.

Enxerga-se em Vygotsky uma valorização do significado, nele a palavra é imbuída de sentidos os quais são compostos através da mediação de signos no decurso do desenvolvimento num meio sócio-cultural, não se pode destituir da palavra o significado. Não há como se separar o que se fala (fonética) do que se pensa (semântica), linguagem e

pensamento estão implicados entre si, ambos estão interligados e devem assim ser considerados no estudo da consciência do ser humano.

Já para Giddens (2002), toda ação humana é mediada pela experiência através da aquisição da linguagem. Neste sentido, linguagem e memória se articulam tanto por meio da lembrança individual quanto pela institucionalização das experiências coletivas. Segundo Giddens (2002, p. 29), oralidade e tradição se inter cruzam tendo em vista que “a palavra falada é um meio, um traço, cuja evanescência no tempo e no espaço é compatível com a preservação do significado através de distâncias no tempo e no espaço por causa do domínio humano das características estruturais da linguagem”. Na base da assertiva de Giddens (2002), encontra-se o pensamento antropológico de Lévi-Strauss (2008) o qual outrora já afirmara a linguagem como fenômeno social. Segundo Lévi-Strauss (2008), a linguagem é tanto produto quanto condição para cultura, ou seja, caracteriza-se como produto haja vista que a língua falada por uma sociedade reflete a cultura geral da mesma; por outro lado configura-se condição uma vez que é através da linguagem que o sujeito abstrai a cultura de um grupo, além disso linguagem e cultura se constroem por meio de relações lógicas estabelecidas entre si.

Em confluência com o pensamento de Vygotsky, no campo da linguística, Bakhtin se destaca por apresentar interesse pela dimensão interativa no estudo da linguagem, desta forma tanto Vygotsky quanto Bakhtin enfatizaram a importância da dimensão das relações e da ação mediada na construção e transformação da realidade (Fernandes, Carvalho & Campos, 2012). De acordo com Bakhtin a fala tem natureza social, a comunicação verbal reflete valores sociais contraditórios, na fala encontram-se implícitos conflitos inerentes às relações de classes, daí justifica-se a fundamentação marxista presente no pensamento de Bakhtin. Neste

sentido, Bakhtin teoriza acerca da natureza do signo na constituição da língua denotando seu caráter sócio-histórico tal qual defendia Vygotsky. Conforme Bakhtin (2006),

Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. (...) A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social (Bakhtin, 2006, p. 16).

Segundo Bakhtin, o desenvolvimento e variação da linguagem fundam-se necessariamente na mediação dos signos. O signo é visto como elemento importante para a língua, um fragmento da realidade exterior, um fenômeno do mundo exterior, é, portanto, dinâmico, dialético, ativo e mutável. Ao se referir ao signo como elemento fundante da língua, Bakhtin o relaciona diretamente com ideologia, ele posiciona o psiquismo humano numa relação dialética com a ideologia, assim compreende-se o porquê do signo ser ideológico. Nesta perspectiva, Sirgado (2000) atenta para a diferença entre sinal e signo contida no pensamento de Bakhtin. Segundo o autor, o sinal compõe o mundo dos objetos e caracteriza-se por sua invariabilidade, em contrapartida, o signo compõe o mundo dos sujeitos e caracteriza-se por sua mobilidade e variabilidade dado ao contexto enunciativo.

Analisando tais proposições, verificam-se nos conceitos de Bakhtin e Vygotsky pontos de interseção os quais o próprio Bakhtin evidencia ao questionar que sendo a língua determinada pela ideologia e a consciência condicionada pela linguagem, constata-se, então, que linguagem e consciência são modeladas pela ideologia. A partir disso, Bakhtin estabelece uma distinção fundamental entre a *atividade mental do eu* (não modelada ideologicamente; do sujeito pouco socializado) e a *atividade mental do nós* (modelada ideologicamente;

caracterizada por uma consciência de classe), portanto no pensamento há que se considerar uma expressão potencial que encontra fundamento na orientação social (Bakhtin, 2006).

Em tais concepções, enxerga-se uma visão de homem ideologicamente construída através da mediação da linguagem, vê-se em Bakhtin a importância em dar-se ênfase a um caráter semiótico na construção da consciência do homem, a palavra teria então grande repercussão no desenvolvimento humano. De acordo com Bakhtin

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social (Bakhtin, 2006, p. 34).

Com base nestes pressupostos, concebe-se a consciência como consequência da interação dialética com a palavra, palavra e consciência interagem, e são constantemente influenciadas. A formação da consciência do homem está condicionada à palavra, tendo em vista que a palavra é carregada de significado ideológico (sentido) construído num contexto social próprio. Não se pode excluir a palavra do pensamento do homem, pois nela encontra-se o substrato sócio-histórico que ajuda a compor a consciência desse homem. Acerca da consciência individual, Bakhtin (2006) reafirma a importância da encarnação dos signos no surgimento da mesma. Para o referido autor, os signos surgem a partir da interação entre uma consciência individual e outra, dessa forma “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (p. 32)”. Com esta assertiva, confirma-se mais uma vez o elo de ligação entre o pensamento de Bakhtin e Vygotsky, ou seja, a origem social da consciência, enfatizando-se a linguagem como fator de constituição da mesma (Molon, 2000).

Todos os pressupostos oriundos da psicologia sócio-histórica expostos até aqui, apontam para uma subjetividade humana pautada no contexto sócio-cultural. Verifica-se que as ideias de social e cultural, são referenciais impregnados na construção teórica apresentada por Vygotsky e seus sucessores. Não obstante, apesar de enfatizarem a dimensão interacionista tão marcante na obra de Vygotsky, tais conceitos trazem sentidos diferentes para o autor os quais merecem ser salientados. Conforme Sirgado (2000), esta diferença não foi plenamente esclarecida por Vygotsky, entretanto a história aparece como conceito-chave que fundamenta as ideias do social e do cultural em sua obra.

Compreendendo a subjetividade numa visão marxista, Aita e Facci (2011) salientam que o homem constrói sua essência em sua existência, sobretudo a partir do trabalho. Ao homem não cabe apenas adaptar-se à natureza para assim garantir sua sobrevivência, mas sim é necessário transformá-la através do trabalho. Tomando por base o materialismo histórico e dialético marxista, Vygotsky defende que a história do homem é marcada pela transformação da ordem natural na ordem cultural, característica esta que diferencia o homem dos outros animais, ou seja, em um dado momento da evolução das espécies e tendo em vista o desenvolvimento de capacidades superiores, o homem passa a transformar a natureza passando ele mesmo a comandar os desígnios de sua existência e moldar o seu modo de ser. Vygotsky sugere que na história do homem devem-se articular dois planos: o filogenético, caracterizado pela história da espécie humana, e o ontogenético, caracterizado pela história pessoal de cada ser humano. A história é, portanto, a condição essencial por onde o social e o cultural em Vygotsky terão sentido, o homem é um ser historicamente determinado, é através da concepção de história enquanto um elemento de transformação na vida do ser humano que outros conceitos vygotkskyanos poderão ser melhor interpretados.

Conforme Aita e Facci (2011), a subjetividade humana é constituída pela apropriação de conhecimentos historicamente construídos os quais consistirão condições para que as funções psicológicas superiores (pensamento abstrato, raciocínio lógico, consciência, etc) venham a se desenvolver, através disso Vygotsky afirma que toda função psicológica superior é composta por um fator intersíquico, representado pelas ações sociais e coletivas, e um fator intrapsíquico caracterizado pelas propriedades do pensamento do indivíduo. Neste sentido, todas as funções psicológicas superiores são desenvolvidas nas relações humanas, tem uma gênese social, advém da internalização de construções sociais abstraídas num contexto sócio-histórico-cultural específico. Percebe-se que o tipo de psicologia proposto por Vygotsky tem como foco de estudo a compreensão da singularidade mediada pela condição histórico-cultural. Assim, Vygotsky (1991) teoriza que a consciência enquanto função psicológica superior só pode ser estudada através de mediações com o meio sócio-cultural.

Na tentativa de explicar diferenças entre o social e o cultural em Vygotsky, Sirgado (2000) defende o social como algo mais amplo em detrimento ao cultural, ou seja, tudo que é cultural necessariamente é social, mas nem tudo que é social, é cultural. Dado a condição natural de sociabilidade biológica atribuída a algumas espécies, o social é visto como fenômeno mais antigo, anterior à cultura, contudo não mais importante. O social seria então inerente ao homem, naturalmente o homem é um ser social. Entretanto, a sociabilidade humana se diferencia da sociabilidade biológica tendo em vista que ao integrar determinada sociedade o homem cria sua existência social, transforma sua realidade social por meio de sua produção ativa no mundo, é neste momento que a ordem natural se transforma em ordem cultural, que as funções elementares ou biológicas são transformadas em funções superiores ou culturais, conforme mencionado outrora. Neste sentido, percebe-se que a sociabilidade humana é assumida pelo próprio homem o qual busca formas de torná-la concreta. É neste

panorama que se constrói o homem enquanto ser cultural. Nas palavras de Sirgado (2000, p. 53)

o social é, ao mesmo tempo, condição e resultado do aparecimento da cultura. É condição porque sem essa sociabilidade natural a sociabilidade humana seria historicamente impossível e a emergência da cultura seria impensável. É, porém resultado porque as formas humanas de sociabilidade são produções do homem, portanto obras culturais.

Nesta conjuntura, é perceptível a cultura enquanto produto da vida e atividade social do homem. De forma genérica, em Vygotsky, a cultura é compreendida como totalidade das ações humanas, no cultural pressupõe-se a atividade do homem transformando o que é dado naturalmente. O social e o cultural se complementam na composição da subjetividade humana, e encontram sentido na condição histórica (existência) a qual todo homem está envolto. Baseado nisso, torna-se pertinente entender o desenvolvimento humano como processo sócio-histórico e cultural, ou seja, não basta a condição natural social para compor a subjetividade humana, há que se considerar também a sua pertença no meio de uma cultura que fora criada pela própria humanidade. O homem se humaniza através da cultura, apropriando-se dos mediadores construídos culturalmente no transcurso do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade (Aita & Facci, 2011).

Considerando o desenvolvimento sócio-histórico sob o qual a construção da subjetividade humana é concebida em Vygotsky, destaca-se o caráter histórico e dinâmico dado a todo esse processo. Portanto, a subjetividade humana não é estática, mas sim dinâmica, mutável e construída a partir da mediação das interações sociais, dessa forma percebe-se também a sua relação com a construção de identidades. Sob a égide do pensamento vygotskiano, sendo componente da subjetividade humana, a identidade sofre influência de

condições sócio-históricas. Deve-se ao desenvolvimento sócio-histórico o estabelecimento de concepções que por vezes direcionam a vida das pessoas determinando comportamentos, portanto ressalta-se o quanto a modificação de concepções, atitudes e comportamentos humanos está atrelada a mudanças históricas decorrentes do âmbito social em que se vive. A partir da interação com os outros cada pessoa constrói uma percepção de si mesmo que serve de base para suas ações, principalmente, no que refere a funções desempenhadas na sociedade, tal percepção de si na história das ciências sociais nasceu a partir da noção de identidade.

Num ponto de vista sociológico, Bauman (2005) atenta para a importância de se estudar o processo de transformação contínua sob o qual as identidades estão submetidas no mundo globalizado cujas mudanças são radicais e irreversíveis. Acerca da globalização, o referido teórico a entende enquanto um grande processo de transformação caracterizado por mudanças nas estruturas estatais, nas condições de trabalho, na subjetividade, na produção cultural, na vida cotidiana e nas relações interpessoais. Tais características dão ao mundo globalizado a condição de “modernidade líquida” (Bauman, 2005, p. 11), onde nada está determinado, não existem modelos preestabelecidos, a globalização é processo de longa transformação, um colapso das instituições que constituíram a sociedade moderna. Consequentemente, falar de identidade nessa conjuntura consiste em abstrair um contexto de incertezas e transitoriedades. Para Bauman (2005), esta realidade denota que a identidade é, sobretudo, um processo contínuo do homem se redefinir e inventar/reinventar a sua história, assim reconhece-se a ambivalência da identidade, ou seja, na tentativa de se redefinir o homem se defronta com o instituído (passado) e com o transitório (“modernidade líquida”). Neste sentido,

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente (Bauman, 2005, p. 19).

Em consonância com este pensamento, Giddens (2002) advoga a existência de uma interconexão entre o “eu” e a “sociedade” num meio global, tal visão não concebe o homem enquanto ser passivo meramente determinado por influências externas, mas sim compreende que ao compor sua autoidentidade o homem também contribui para as influências sociais globais, independente dos seus contextos locais de ação. Dessa forma, Giddens observa a autoidentidade enquanto fenômeno construído a partir da dialética do local e do global.

O “mundo moderno tardio” ou a “alta modernidade” como Giddens (2002) intitula, é visto como uma cultura de risco, não porque se relacione à modernidade uma condição de calamidade, mas sim porque na modernidade o futuro é questionado no presente através da organização reflexiva dos ambientes de conhecimentos e é nestas condições que a auto-identidade é construída. Nas palavras de Giddens (2002, p. 12-13),

a auto-identidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.

É importante ressaltar o que significa modernidade no pensamento de Giddens (2002). Para ele, a modernidade corresponde ao conjunto de transformações, instituições e modos de comportamento ocorridos na Europa pós-feudalista o qual se disseminou mundialmente no século XX, ou seja, a modernidade se configuraria como as mudanças institucionais decorrentes do mundo industrializado capitalista, sobretudo nas relações sociais.

Com base nos diversos pontos de vista teóricos explicitados, verifica-se o quanto na determinação da identidade social está implicada a historicidade e os contextos culturais, a identidade social se constrói sob a perspectiva de um tempo e espaço que faz parte do todo existencial do ser humano, assim reconhece-se mais uma vez a dinamicidade peculiar atrelada a este constructo. Acerca desta peculiaridade, Ciampa (2001) apresenta um conceito de identidade fundado numa abordagem dialética onde os aspectos individuais se relacionam com aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, etc. Neste sentido, o homem é determinado por um conjunto de relações sociais que ocorrem num todo histórico. Assim, a identidade é vista como processo dialético, histórico, político e social, portanto uma construção, um constante processo de devir.

A identidade em Ciampa (2001) se configura a partir das relações sociais, não é concebível o indivíduo isolado, o homem se faz na atividade social, a identidade sem relação social é abstrata. A materialidade das relações sociais traz concretude à identidade social, bem como as mudanças e/ou aquisição de novas relações refletem também mudanças na identidade. Dessa forma, reconhece-se o caráter metamórfico da identidade, não existe uma identidade concisa ou estática, tendo em vista a multiplicidade e diversidade das relações sociais do ser humano. Não se compreende a identidade sem considerar a transformação histórica contínua sob a qual a mesma está submetida, a identidade é mudança, é transformação, portanto, nas palavras do autor, a identidade é “metamorfose: a gente ir se

transformando permanentemente!” (Ciampa, 2001, p. 111). Entende-se por metamorfose o processo da pessoa em ir se transformando continuamente por meio de suas relações sociais, “a metamorfose é expressão da vida. Como tal é um processo inexorável, tenhamos ou não consciência dele”. (Ciampa, 2001, p. 113).

Dentro da psicologia social, o pensamento de Ciampa acerca da identidade sugere modificações até então não enfatizadas por estudos clássicos da identidade social, nele observa-se elementos consonantes com a psicologia sócio-histórica de Vygotsky já citadas anteriormente, bem como com o materialismo histórico e dialético de Marx. Segundo Masson (2007), no conjunto da obra marxista o principal objetivo foi compreender o homem enquanto “ser social”, ou seja, sendo determinada pelos planos sociológico, econômico e político (vida material). A consciência do homem seria então determinada por este “ser social”, enxergando que todo esse processo demanda um movimento, faz parte de uma história, não há essências fixas, imutáveis e independentes (dialético). Com base nisso, a perspectiva adotada por Ciampa (2001) sugere como inovação uma aproximação da questão da identidade às questões sociais e políticas, a visão de identidade a partir de um homem visto à luz da história e do social é então fator chave para o estudo da identidade enquanto categoria social. De acordo com o referido autor,

uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela. A questão da identidade, assim, deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão de política (Ciampa, 2001, p.127)

Afirmar o homem enquanto ser histórico é admitir que o mesmo vive num mundo de possibilidades, é admitir que o homem vive um processo de devir, é um ser temporal. A

história do homem é imprevisível porque é influenciada pela totalidade das dimensões temporais (passado, presente, futuro) vividas. Vista por este ângulo, a identidade social é resultado do ser homem no mundo, além disso, é concreta porque resulta da articulação com a temporalidade e materialidade histórica do homem. No conhecimento da identidade social cabe reconhecer esta dimensão temporal. Nestes termos, justificando a concretude da identidade, Ciampa advoga que

A identidade é o movimento de concretização de si, que se dá, necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. O homem, como ser temporal, é ser-no-mundo, é formação material. É real porque é a unidade do necessário e do contingente (Ciampa, 2001, p. 199).

Um dado relevante a ser retratado no pensamento de Ciampa refere-se ao fato do mesmo conceber a existência concreta do homem como a unidade da multiplicidade. Em dados momentos de sua existência o homem se manifesta de acordo com as múltiplas determinações as quais está submetido, isto é, cada posição do homem no mundo vai determinar uma forma de ser, tal fato denota a existência de uma rede de representações que envolve todas as relações do homem. Dessa forma, tendo em vista esta rede de representações, não vai existir uma única identidade social que represente a pessoa, mas sim se abstrai a existência de identidades sociais. Acerca disso Ciampa (2004) adverte,

Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantida pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando-a (Ciampa, 2004, p. 67).

Conforme os pressupostos supracitados, torna-se relevante situar a paternidade como processo constituído sob a influência de identidades ligadas ao homem às quais foram se moldando com o processo sócio-histórico e que, pelo seu caráter dinâmico, permanece sendo constituído socialmente, portanto passa por transformações que encontram respaldos no modo de existir do homem. Diante desta perspectiva, o estudo em questão fundamenta-se nas construções teóricas acerca da Identidade Social, sob o pano de fundo da psicologia sócio-histórica, com o intuito de compreender a paternidade como construção social que se forma a partir de processos identitários da figura masculina.

Ante o exposto, considerando a importância do envolvimento afetivo e participação paterna no desenvolvimento dos filhos e nas relações familiares, a resistente valorização do feminino no cuidado com os filhos, e tendo em vista a paternidade enquanto construção social que é moldada conforme o tempo histórico em transição, torna-se relevante o interesse científico na compreensão das vivências da paternidade sob o prisma de homens que são pais. Como a paternidade é representada por pais de diferentes idades? De que forma a participação do pai foi e é efetivada nos processos da saúde reprodutiva? Qual o envolvimento do homem no cuidado com os filhos? Tais questões estiveram na base de interesse do presente estudo, o qual se pauta na paternidade enquanto conceito em construção. Procurou-se compreender os significados atribuídos a paternidade e suas manifestações em homens-pais, enfatizando-se em que medida estes significados se relacionam ou se estruturam nas concepções históricas de masculinidade/paternidade.

PARTE II

MARCO EMPÍRICO

3.1 – Delineamento

Tratou-se de um estudo na abordagem qualitativa, onde se buscou compreender os significados atribuídos ao fenômeno a partir das vivências dos sujeitos.

3.2 - Participantes

Participaram deste estudo 40 homens-pais, na faixa etária entre de 22 e 47 anos, com tempo de parentalidade mínimo de 1 ano. Foram excluídos pais adolescentes e avôs, uma vez que se acredita existir peculiaridades nestas situações as quais não se enquadram como foco do estudo em questão. Os participantes foram selecionados de forma aleatória, distribuídos de acordo com a classe socioeconômica (renda e nível de instrução), faixa etária e a condição de ter acompanhado ou não o pré-natal feminino.

Na escolha dos participantes optou-se pela técnica de “bola de neve” que consiste em pedir para que o primeiro sujeito indique um segundo sujeito para ser entrevistado e assim por diante. No que se refere ao lócus de pesquisa, todos os participantes residiam na região metropolitana da cidade de João Pessoa/PB, a maioria das entrevistas foram realizadas na residência dos participantes após contato prévio e agendamento de melhor horário. Algumas entrevistas também foram realizadas no trabalho dos participantes, neste sentido também foi feito contato prévio com o participante e instituição, agendamento em horário livre, e buscou-se um ambiente propício para que a entrevista fosse efetivada sem interrupções.

Logo abaixo, na Tabela 1, se discrimina o perfil sóciodemográfico da amostra.

Tabela 1 – Perfil sóciodemográfico da amostra

	N	Faixa etária		Classe socioeconômica			
				Renda		Nível de instrução	
		22-35 anos	36-47 anos	≤ 3 salários	> 3 salários	Educação básica	Ensino superior
Acompanhamento pré-natal	17	09	08	09	08	11	06
Sem acompanhamento pré-natal	23	17	06	16	07	16	07

Ressalta-se que o fato de ter acompanhado o pré-natal feminino, neste caso, não significa adesão ao pré-natal masculino, mas tão somente o acompanhamento às consultas voltadas exclusivamente para a mulher.

3.3. Instrumentos

De acordo com Minayo (1993) a “abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto” (p. 244), através dela busca-se os motivos, intenções e os projetos dos atores que dão significado as ações, estruturas e relações. Portanto, salientando o caráter qualitativo do estudo o qual busca o aprofundamento do fenômeno através da busca de significados atribuídos pelos sujeitos, para a coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos:

3.3.1- Entrevista semiestruturada:

A técnica de entrevista se destaca dentro dos estudos de abordagem qualitativa nas ciências sociais. Conforme Minayo (2000)

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de

sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (p.109-110).

Especificamente, a entrevista semi-estrutura caracteriza-se, principalmente, pela flexibilidade e ampliação dos questionamentos à medida que vão surgindo na interação com o entrevistado. Para tanto foi construído um roteiro de entrevista baseado nas seguintes variáveis de interesse, conforme a Tabela 2 visualizada abaixo:

Tabela 2 – Fatores e aspectos de interesse da entrevista semiestruturada

Fatores	Aspectos de interesse
Relacionamento afetivo familiar	Tipo de vínculo com família; tipo de vínculo com filhos; relação conjugal; importância dada a estes vínculos; dificuldades enfrentadas.
Masculinidades e Paternidades	Crenças acerca da masculinidade; crenças acerca da paternidade; papel social do homem-pai; origem das crenças; influências contextuais; sentimentos e conflitos inerentes a estas condições.
Saúde Reprodutiva	Tipo de participação no pré-natal, parto e puerpério; importância dada à participação; consciência de direitos reprodutivos masculinos.
Adesão às Normas de Gênero	Concordância com afirmações sobre normas tradicionais dos papéis masculinos e femininos em relação à sexualidade e à saúde.

3.3.2 *Questionário sóciodemográfico*

Foi utilizado também um questionário sócio-demográfico com o intuito de se traçar um perfil dos participantes a partir do levantamento de dados acerca da idade, tempo de relacionamento, tempo de parentalidade, status conjugal, número de filhos, escolaridade, trabalho e renda familiar.

3.4 – Procedimento de Coleta de Dados

Após aprovação do comitê de ética em pesquisa e a explicação dos objetivos do estudo aos participantes, seguido de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, deu-se início a aplicação dos instrumentos de pesquisa. As entrevistas foram realizadas de forma individual, audiogravadas mediante autorização do participante, em ambiente de privacidade e de acordo com a disponibilidade do participante, para tanto foram agendados previamente os encontros tendo em vista as atribuições e condições de trabalho de cada participante. As entrevistas foram divididas em duas fases. A primeira fase foi conduzida segundo o procedimento de Livre Enunciação (Figueiredo, 1998), compreendendo três etapas consecutivas:

1. Evocação: após o rapport, momento em que foram apresentadas as questões referentes à participação do entrevistado, foi solicitado que refletisse durante um tempo determinado (2 minutos) sobre o tema do estudo, a partir da seguinte instrução:

Começaremos agora a nossa entrevista. Antes, porém, vou pedir que você pense um pouco sobre o que iremos conversar. Procure pensar em tudo o que julgar importante quanto ao “ser pai”, o que implica e o que significa. Vou dar um tempo para você pensar sobre isso e, quando já tiver terminado, me avise. Certo?

2. Enunciação: Passados cerca de dois minutos, foram entregues uma caneta e uma folha de papel em branco, dando ao entrevistado a seguinte instrução:

Escreva agora, livremente, as coisas mais importantes que você pensou. Escreva da forma mais simples que puder.

Caso houvesse dificuldades de redação pela pessoa entrevistada, pedia-se que enunciasse verbalmente e o entrevistador fazia a transcrição literal do enunciado de respostas.

3. Averiguação: Uma vez coletados os enunciados, a entrevista propriamente dita era iniciada, verificando, discutindo e complementando os conteúdos evocados. Era então informado ao participante que ia se dar início à gravação, através da instrução seguinte:

Iremos, agora, conversar sobre o que você escreveu. Como já havíamos combinado, esta parte da conversa será gravada, de forma que fique mais fácil e eu não venha a esquecer alguns detalhes importantes do que você disser. Gostaria também que você escolhesse um nome fictício pelo qual será identificado no decorrer da entrevista. Caso haja alguma parte que você não queira que eu grave, me avise que eu interrompo a gravação até você me autorizar a continuar gravando. Podemos começar?

Finalizada esta primeira parte, a entrevista teve seguimento com base nos seguintes aspectos: atitudes de cuidado infantil; percepções e participação no pré-natal; situação familiar e características sócio-econômicas.

O primeiro tópico se referiu aos aspectos do acompanhamento pré-natal, percepções da importância e dificuldades. O segundo tópico referiu-se à situação familiar incluindo aspectos, tais como: estado civil, duração da união, número de pessoas que moram na residência, atividade econômica da mulher, existência de filhos, número de filhos, idade dos filhos e contribuição para a renda familiar. Além disso, buscaram-se informações sobre percepções acerca da divisão de tarefas na esfera doméstica e quais são as atividades que os pais exercem na esfera doméstica. As indagações aqui apresentadas também são relevantes para entender de que forma as famílias estão configuradas e qual o papel assumido pelos homens (pais) entrevistados neste contexto familiar. O tópico acerca das características sócio-

econômicas foi constituído pelos seguintes aspectos: local de moradia, idade, atividade econômica, tempo de permanência na atividade atual e a renda familiar. Estes aspectos foram importantes para caracterizar as condições de vida dos pais. A hipótese geral do estudo é a de que as condições socioeconômicas dos pais exercem influência sobre a sua concepção de paternidade.

3.5 - Análise Categorical Temática

Uma vez transcrito o material obtido pela gravação das entrevistas, a análise dos conteúdos foi processada com base em procedimentos de inclusão em Categorias Temáticas *ex post facto* (Figueiredo, 1998), conforme a Tabela 3 abaixo. É importante salientar que na transcrição das entrevistas foram escolhidos nomes fictícios para os participantes, neste sentido foi atribuído nomes de deuses da mitologia greco-romana. Tal fato se justifica pela necessidade de se resguardar o sigilo e integridade dos sujeitos.

Tabela 3 – Etapas do procedimento de Análise de Conteúdo do material transcrito nas entrevistas

Transcrição do material	
<i>Primeira Fase</i> (Sessões/Sujeitos)	A. Leitura inicial B. Marcação C. Corte D. Primeira Junção* E. Notação F. Organização e primeira síntese
Segunda Junção**	
<i>Segunda Fase</i> (Conteúdos)	G. Leitura inicial H. Organização I. Notação J. Redação Final

* Conteúdos relacionados a várias categorias, no mesmo sujeito ou mesmo grupo.

** Conteúdos de vários sujeitos ou vários grupos, em uma mesma categoria.

Primeira Fase

As entrevistas foram analisadas individualmente e a junção compreendeu significados comuns dentro de cada participante. Assim, cada discussão foi transcrita e estudada em função de cada entrevista realizada, devendo-se referir às questões particulares de cada indivíduo. Neste sentido, compreendeu as seguintes fases (Figueiredo, 1993):

- A. **Leitura Inicial:** Nessa primeira leitura, foram identificados os pontos preliminares, ligados às Categorias. Ademais, foi realizada anotações acerca de aspectos relacionados à situação da entrevista.
- B. **Marcação:** Foram selecionados alguns trechos da entrevista que corresponderam às Categorias pré-estabelecidas, além de outros conteúdos também considerados importantes.
- C. **Corte:** Os trechos selecionados foram retirados do texto.
- D. **Junção:** Os trechos selecionados foram agrupados, ou seja, todas as anotações de uma mesma entrevista foram dispostas em protocolos de análise.
- E. **Notação:** Foram feitas observações marginais sobre os trechos, com o objetivo de localizá-los na literatura e no contexto do grupo.
- F. **Discussão:** As observações foram discutidas para que se pudesse fazer a segunda junção, onde foram agrupados os trechos de todas as entrevistas em relação a uma mesma categoria.

Segunda Fase

Nesta etapa, as entrevistas não foram consideradas individualmente e a junção se referiu aos significados comuns a todas as entrevistas. Assim, as junções realizadas na etapa anterior foram agrupadas e estudadas em função da equivalência de significados, referindo-se às questões comuns, dentro de cada categoria. Seguiu-se as seguintes fases:

- G. **Leitura Inicial:** Foi realizada uma leitura para que fosse possível identificar os trechos cujos significados eram comuns, dentro de cada Categoria.
- H. **Organização:** Esses trechos foram, então, agrupados e classificados em subcategorias com base em protocolos especiais.
- I. **Notação:** Quando necessário, foram ampliadas as observações marginais relacionando-as às subcategorias.
- J. **Discussão Final e Redação:** Foi realizada a redação definitiva, baseada nos resultados obtidos através da análise das falas, relativo às categorias que surgiram durante as entrevistas.

3.6 - Aspectos éticos

Este estudo respeitou os aspectos éticos fundamentado na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS que regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – CEP/SES-PB.

Os participantes foram esclarecidos acerca dos objetivos da pesquisa e sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que isso implicasse qualquer tipo de prejuízo previsível a sua integridade e saúde. Também foi assegurado o sigilo de todas as informações fornecidas. Após seu assentimento, foi assinado o TCLE.

4.1- CLASSES TEMÁTICAS E CATEGORIAS ENUNCIADAS

Após o processo de categorização das entrevistas emergiram das falas dos participantes duas classes temáticas compostas por cinco e seis categorias, respectivamente. A Classe Temática I denominada Paternidade refere-se às concepções acerca da experiência paterna e aborda, principalmente, a forma como a paternidade foi construída nas vivências dos participantes, neste sentido integrando esta classe temática emergiram as categorias transformação, papéis, responsabilidade, realização e limitações.

Por sua vez, a Classe Temática II denominada Saúde Reprodutiva faz referência à participação do homem na saúde reprodutiva como um todo, abordando desde concepções acerca do pré-natal, a participação e limitações masculinas neste contexto, bem como a avaliação de serviços de saúde no que se refere ao suporte a esta participação. Dessa forma, emergiram nesta classe temática as categorias pré-natal, pré-natal masculino, participação masculina, serviços de saúde, obstáculos e desdobramentos. Vale ressaltar que a maioria das categorias também integraram subcategorias as quais podem ser visualizadas nas Figuras 2, 3 e 4, descritas e discutidas nos tópicos seguintes.

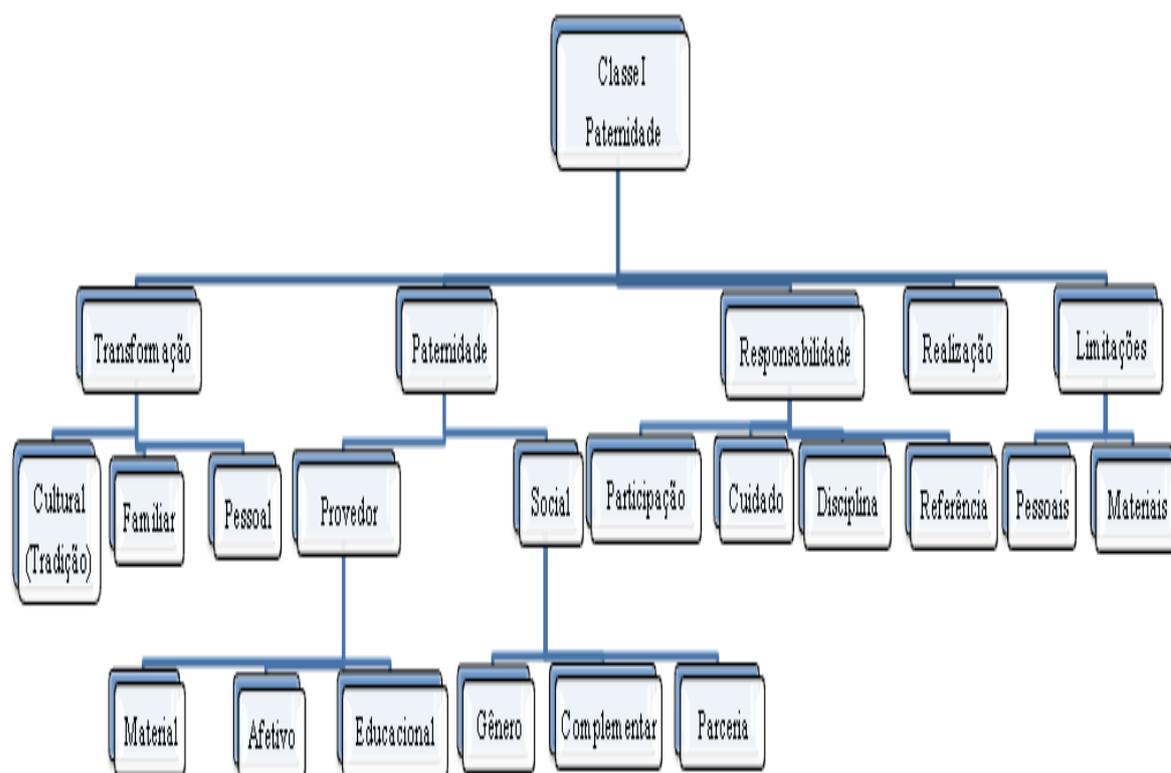


Figura 2 – Organograma da Classe Temática I

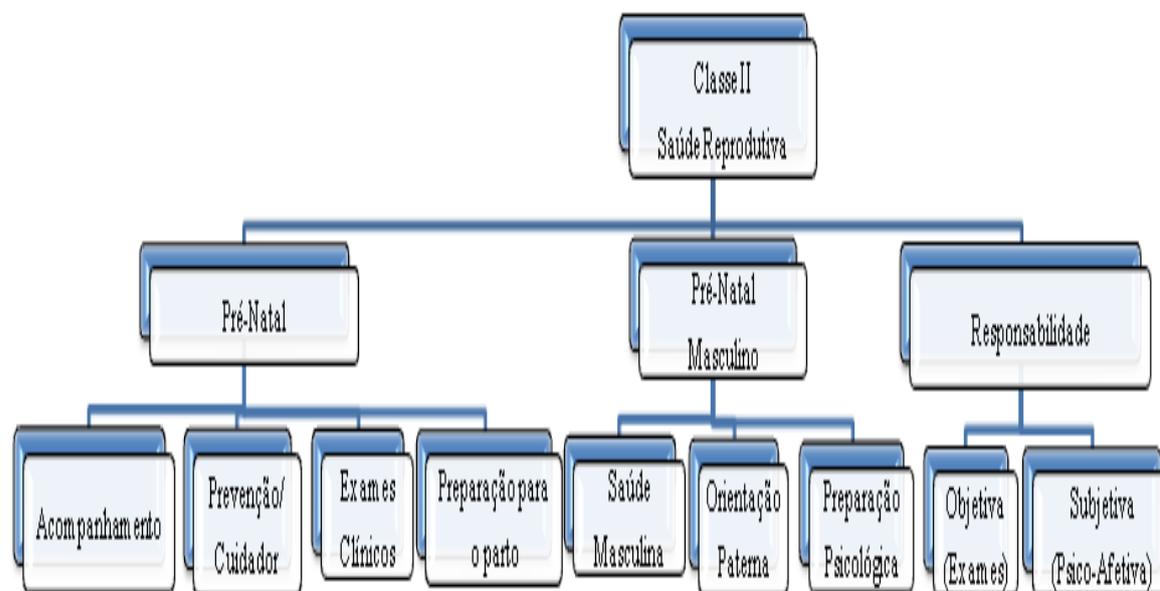


Figura 3 – Organograma da Classe Temática II

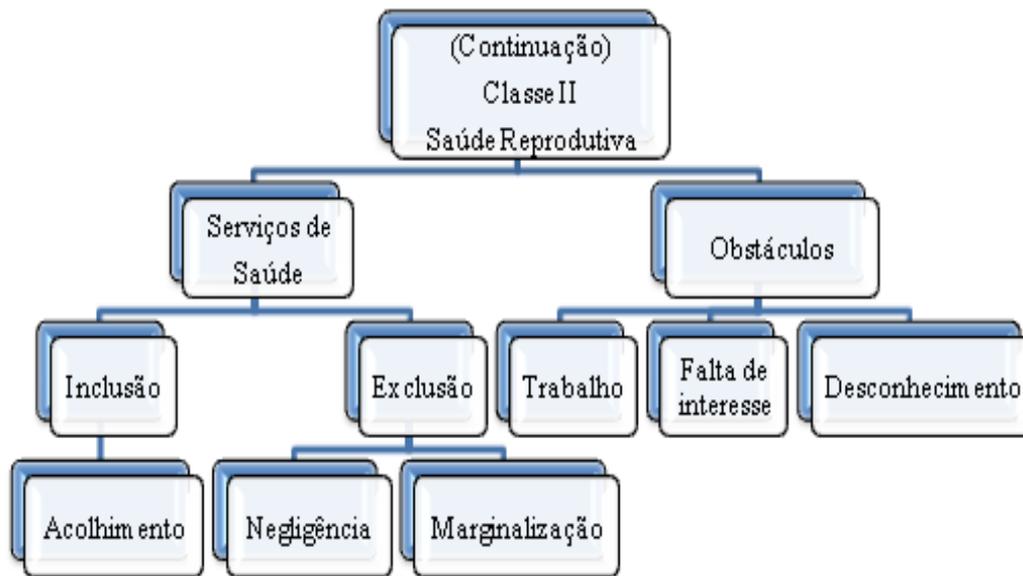


Figura 4 – Organograma da Classe Temática II (continuação)

4.1.1- PATERNIDADE

4.1.1.1- Categoria 1: Transformação

De forma geral, a paternidade foi concebida pelos participantes como um acontecimento que traz mudanças diversas para vida do homem. Dessa forma, a experiência de ser pai configurou-se como um momento de transformação caracterizado por mudanças que vão desde o campo cultural familiar, proporcionam mudanças na família e atingem o nível pessoal, conforme pode ser visto detalhadamente nas subcategorias seguintes.

A. Cultural (tradição)

Na vivência da paternidade a tradição cultural da família reflete-se de forma efetiva ajudando a determinar o comportamento masculino. A maneira como o homem compreende a função de pai parece ser respaldada por sua experiência com a família de origem, principalmente na relação pai-filho. Neste sentido, a paternidade passa a ser encarada a partir

da reprodução dos valores adquiridos na tradição cultural familiar, o pai da família de origem serve de referencial para os filhos que também são pais:

(...) eu acho que se eu não visse meu pai, que ele morreu cedo, eu tinha seis anos, mas eu me lembro de muita coisa, faz vinte anos que ele morreu, mas eu me lembro de muita coisa, de sair cedo pra trabalhar, ir pras feiras com eles, ver o que ele fazia na feira, do jeito que ele tratava as pessoas, entende, isso aí eu me lembro de muita coisa e é isso aí que quero passar pra ele (filho). (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

“Porque, a minha família ela frisa muito esse negócio de responsabilidade. (...) eu cresci com essa representação de pai responsável. Isso me trouxe mais ainda a responsabilidade, ou seja, só fez confirmar aquilo que eu já previa que fosse.”.
(Netuno, 37 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Para Szymanski (2004), a família deve ser objeto de atenção psicoeducacional, uma vez que a socialização principia no convívio familiar por meio de práticas educativas efetivadas para transmitir valores, costumes, crenças e conhecimentos que acredita-se ser importante na inserção social dos filhos. Portanto,

Trata-se de um agir que, em geral, é aprendido por imitação e tende a repetir padrões vividos pelos pais em suas famílias de origem, além de carregar a crença de conhecimentos e habilidades inatas para o desempenho da função de pai e mãe e de que família “sempre foi assim” (Szymanski, 2004, p. 6).

Não obstante, a tradição cultural da família pode não coincidir com o que a pessoa pensa da paternidade, ou mesmo pode conter limitações a serem superadas. Assim, a vivência da paternidade pode estar vinculada à superação de valores da família de origem no sentido de

buscar lapidar um perfil condizente com o que o homem pensa acerca da paternidade. A história atual é imprescindível nesse processo, uma vez que deve-se a ela a aquisição de novos valores e conhecimentos. Contudo, ressalta-se que o perfil originário é adquirido na convivência com a família, ou seja, mesmo buscando transcender limitações dos valores familiares, o parâmetro de paternidade foi adquirido na tradição cultural familiar. Conforme pode ser percebido nas falas adiante:

(...) se eu for me espelhar no meu pai eu não teria, meu pai mesmo, eu não teria essa educação, porque meu pai era rude, era grosso (...) hoje eu faço diferente, e eu espero que os meus filhos façam diferente do que eu estou fazendo, no sentido de mostrar que a vida, ela tem muito mais significado do que o que nós vivenciamos. (Ulisses, 47 anos, 4 filhos, 2 salários, ensino superior, não-participante do pré-natal)

(...) eu acho que a personalidade que eu tenho hoje eu devo a meu pai, claro né que nem tudo eu acho que foi positivo, mas que na maioria das coisas na totalidade eu creio que foi positivo. (...) hoje a gente já tem um negócio mais maleável, antigamente não, era mais rígido; por isso eu acho que é... a rigidez dele me deixou mais moldado vamos dizer assim. (Deméter, 36 anos, 1 filho, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Antes mesmo de experienciarem a paternidade em sua concretude, cada participante carrega consigo uma representação paterna que fora adquirida em experiências anteriores com seus pais e que ajuda a constituir o que se é enquanto pai. Dessa forma, percebe-se então a relevância da transmissão geracional na composição da identidade paterna.

A transmissão transgeracional consiste no repasse de regras, valores, crenças e papéis para as gerações da família. Para Penso, Costa e Ribeiro (2008), a família possui uma história

que extrapola os limites da família nuclear e engloba a família extensa, essa história constitui um conjunto de mitos familiares os quais devem ser compreendidos como “transmissores de padrões relacionais multigeracionais” (p. 11). Conforme esses autores, “os mitos e ritos familiares são fundamentais no desenvolvimento da família, pois fornecem um sentido de pertencimento, mas precisam ser suficientemente flexíveis para se transformarem, ao longo do tempo” (p. 14).

Outrossim, Teykal (2007) salienta que a transmissão geracional ocorre com a transmissão de valores, crenças e modos de agir de uma geração precedente para sua sucessora. Entretanto, ainda salienta que nessa transmissão ocorrem mudanças próprias das vivências de cada geração. Em estudo geracional com pais, Teykal (2007) constatou que a preocupação em transmitir os valores, integridade e educação formal adquiridos pelos pais na família de origem, inclusive na formação da personalidade, foi preponderante nos relatos dos participantes. Assim, Rocha-Coutinho (2006) adverte que os valores e comportamentos na transmissão geracional compõem as identidades sociais e pessoais dos sujeitos familiares, mas não são fixos, pois sofrem mudanças à medida que os sujeitos interagem com novos valores e padrões de comportamentos no transcorrer do tempo histórico. Numa visão vygotskyana, pode-se enxergar a transmissão geracional como elemento de grande importância para o processo de subjetivação, tendo em vista que, para Vygotsky (1991), a consciência humana é construída pelas mediações com o meio sócio-cultural. Portanto, o processo de mediação é condição básica para que se desenvolva a consciência, e dentro dela um senso de si, a exemplo da identidade paterna. Reconhece-se nisso que a subjetividade humana é condicionada à internalização de conhecimentos historicamente construídos (Aita & Facci, 2011).

Tais constatações apontam para o dinamismo histórico característico do processo de construção de identidade já mencionado pela literatura (Ciampa, 2001; Ciampa 2004). Diante disso, compreende-se o quanto os valores, crenças, mitos e papéis transmitidos pelas gerações da família foram determinantes para a identidade paterna dos participantes. Como foi percebido, para os participantes citados, na concepção de paternidade foi reconhecida a presença de elementos geracionais, porém em algumas falas também foi evidenciada as transformações decorrentes do momento presente repercutindo na identidade dos sujeitos.

B. Familiar

Sabe-se que a chegada de um filho representa para a família um novo momento, uma nova etapa, sobretudo porque trará consigo mudanças e adaptações necessárias na vida dos seus integrantes, seja homem ou mulher. De forma geral, em si a parentalidade oferece peculiaridades que demandará adaptações para ambos os sexos e mudará o curso familiar. Com base nisso, a experiência de ser pai foi relatada pelos participantes como um período de mudança familiar, um momento marcante onde toda a família é transformada. O nascimento do filho traz novas experiências para o casal, mudam as condições, as exigências são outras, o tempo muda, o pensamento individual é modificado por um pensamento coletivo, onde o foco é o filho:

(...) quando a gente nasce todo o tempo da vida é pra gente, toda dedicação da vida é pra gente. Quando a gente casa todo o tempo da vida e dedicação é pro casal. E quando o filho nasce toda vida, todo tempo de dedicação e tudo mais é pra o filho. Agora não é mais só um, é dois, dois que tem um tempo dedicado totalmente ao filho.

(...) ser pai é ter tempo pra ser pai. (Homero, 37 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A paternidade enquanto mudança familiar já é esperada pelo homem, é um fato que já se encontra implícito na conjugalidade. De acordo com os participantes ficou evidente que o casamento se plenifica com os filhos, o sentido da vida conjugal encontra-se na parentalidade, na continuidade geracional e este momento novo de mudança na família é expectativa masculina:

(...) ser pai, todo ser humano que casa quer ter filhos, (...) Já significa a progressão da vida, a dar continuidade, vamos dizer assim a genética que a gente tem, a continuidade da geração. (Hermes, 42 anos, 3 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Ser pai, acho que se eu não tivesse meu filho hoje o casamento pra mim não era nada. Eu acho que o filho faz parte da... Tem que ter pra fazer uma ligação mais interessante da família. (...) se não fosse pra eu não ter meu filho hoje eu não estaria nem casado (...) eu acho que ele pra mim hoje é a pessoa mais importante que eu tenho hoje. (Deméter, 36 anos, 1 filho, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Nisso, pode-se perceber implícito nas falas de Hermes e Deméter, a construção de um discurso pautado no conceito de masculinidade hegemônica e, conseqüentemente, numa visão tradicional de paternidade, onde se espera do homem o compromisso com a reprodução e a continuidade da descendência. Para Connel (1995), a masculinidade hegemônica é a configuração de gênero que reforça a ideia da dominação masculina e do patriarcado, nela o masculino é defendido enquanto viril, ativo e reprodutor. Dessa forma, é responsabilidade masculina a perpetuação de sua descendência, o homem precisa ter filhos para que a família tenha sentido, se concretize, não tê-los, significa não ter sentido algum a conjugalidade.

Outro importante aspecto enunciado pelos participantes refere-se às mudanças decorrentes no ciclo de vida familiar no desenvolvimento humano, questão debatida por teóricos da psicologia do desenvolvimento. Acerca disso, Carter e McGoldrick (1995) apontam a família com filhos como um dos estágios desse ciclo. Após a saída de casa e, conseqüente, formação do sistema marital, a aceitação de novos membros no sistema familiar configura-se como um novo estágio o qual é caracterizado, principalmente, por ajustes familiares no sentido de criar novos espaços para acomodar os filhos. A transição para este estágio requer dos adultos o avanço de uma geração e o cuidado com uma geração mais jovem.

Para Papalia, Olds e Feldman (2006), a paternidade e a maternidade proporcionam ao adulto uma experiência de desenvolvimento, ou seja, com a chegada dos filhos os pais necessariamente experimentam transformações de cunho psicológico e social em suas vidas. As atitudes frente à paternidade/ maternidade geram sentimentos confusos no adulto, uma vez que o cuidado com um filho exige responsabilidade, comprometimento de tempo e energia. Tais exigências podem surpreender os pais dentro dessa mudança familiar, tal qual afirmou Adônis em seu relato:

(...) com relação a ser pai, eu já sabia que teria que ter uma responsabilidade, mas eu não sabia que seria tão difícil, (...) a questão da educação, a questão de se dispor, a questão de se anular pelos filhos, (...) Eu continuo com o mesmo pensamento, só que uma coisa, vamos dizer assim, mais maduro. Amadureceu com o tempo, com a convivência (...) foi sendo moldado, não modificado, moldado. (Adônis, 34 anos, 3 filhos, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

C. Pessoal

Como reflexo das mudanças externas já mencionadas, segundo os participantes, a paternidade também atinge a dimensão pessoal masculina ajudando a moldar a personalidade e, conseqüentemente, a identidade paterna. Ao se tornar pai o homem experimenta um grau maior de maturidade. Parece que a adolescência de fato termina e a adultez é atingida de forma mais evidente, assim não se permite mais determinados comportamentos relacionados a lazer e aventuras, exige-se um comportamento mais sério e voltado para o privado, como afirmam Apolo e Hermes:

(...) então eu sai de uma adolescência, comecei um casamento e agora, passando pra condição de pai, então é você entrar na fase adulta de verdade. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Uma das grandes mudanças da minha vida, eu era muito de sair, ir a festas, então essa privacidade eu perdi, porque no meu ponto de vista não é certo, (...) no momento que você é pai você fica um pouco privado em relação a essas coisas. (Hermes, 42 anos, 3 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Concomitante à ideia de maturidade, a responsabilidade foi citada como principal mudança pessoal trazida pela paternidade. O homem torna-se mais responsável, ponderado, perspicaz e prudente em suas ações, haja vista que a função paterna lhe impulsiona para tanto. A existência dos filhos na família parece motivar ou mesmo reforçar no homem uma organização antes não observada em outros momentos de sua vida. Conforme Almeida (2007), a irresponsabilidade pode ser concedida até uma fase pré-pai onde o papel de filho ainda é prevalente, contudo ao ser pai o homem deixa definitivamente de ser adolescente e adquire um perfil de adulto, passa a exercer um novo papel social, a paternidade. Portanto,

segundo os participantes, a responsabilidade é uma marca da identidade paterna, uma característica inerente a todo homem-pai:

Mais responsável, mais adulto nas coisas que faz. Eu acho dessa forma, com certeza ele (o pai) muda totalmente. (Narciso, 28 anos, 1 filho, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Eu não era tão responsável a ponto que sou hoje. Detalhistas nas minhas coisas, eu mudei o meu comportamento, eu me empenhei mais nos estudos, na minha própria profissão. E aliado a isso eu, até como pessoa eu me transformei, eu comecei a planejar o futuro, a alinhar uma coisa com a outra, o que eu quero pro momento que eu tô vivendo (...). (Zeus, 31 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Estas representações trazem implícitas concepções tradicionais de gênero que se traduzem na compreensão do pai enquanto a figura responsável da família, aquele que carrega o peso de responsabilidades, que planeja e, portanto, providencia as demandas familiares. Historicamente, todas estas são atribuições delegadas ao gênero masculino e, conseqüentemente, ao homem-pai; e também se encontram sustentadas no conceito de masculinidade hegemônica (Connell, 1995). Pesquisando pais que vivenciaram pela primeira vez a paternidade, Jager e Bottoli (2011) observaram a reprodução de papéis de gênero no momento que os participantes se perceberam pais, ou seja, as responsabilidades masculinas predeterminadas socialmente (educação, provisão financeira, etc) foram preponderantes nas concepções dos homens estudados quando se referiram à paternidade emergente. Por sua vez, em estudo sobre o envolvimento paterno com pais de baixa renda, Amaro (2008) verificou

que “ser responsável” foi o principal atributo de um “bom pai” em detrimento a qualquer outro novo valor.

A função paterna faz a pessoa reorganizar a sua vida, modificando-a, mudando comportamentos e posturas, principalmente, no que se refere ao cuidado e relação com o outro. Há uma transformação a nível subjetivo e intersubjetivo:

(...) há uma descoberta de mim mesmo, que eu nem achava que podia ser, e sentir, e do outro também, (...) a gente vai se descobrindo encontrando afinidades e assim divergências, e aí a gente vai vivendo e aprendendo a administrar essas diferenças.

(Eros, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

(...) questões de mudanças também, da forma de ver o mundo. Mudança também na forma de lidar com outras pessoas. (...) Mudou até a forma de lidar com meus próprios alunos, que eu tento um pouco mais de proximidade, eu não sou aquele professor muito chegado a brincadeiras e tal, mas depois dela (a filha) eu comecei a relevar certas coisas e já chego mais um pouquinho, né. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

A subjetividade é transformada por uma descoberta de si e do outro. Portanto, o cuidado com os filhos, inerente ao papel paterno, favorece descobertas que ajudarão o pai na construção de sua subjetividade, bem como nas suas relações interpessoais. Fica perceptível nas falas citadas acima a relevância que a experiência paterna teve para a construção da identidade dos sujeitos e no contato com o mundo. Quando se torna pai às relações como um todo mudam como consequência da interação com o filho, a exemplo do que afirmou Hipólito sobre suas relações no trabalho “*Mudou até a forma de lidar com meus próprios alunos, que eu tento um pouco mais de proximidade (...)*”.

A relação pai-filho parece trazer ao homem certa sensibilidade relacional que permite enxergar as nuances da relação com o outro, assim são percebidas novas características masculinas não observadas antes, voltadas para uma dimensão afetiva no contato com o outro, conforme menciona Eros nesse fragmento de sua fala “(...) *há uma descoberta de mim mesmo, que eu nem achava que podia ser, e sentir, e do outro também, (...)*”. Tais aspectos são típicos de um novo modelo de homem e de pai, nele a paternidade se faz a partir do envolvimento afetivo do pai no cuidado com os filhos (Sutter & Bucher-Maluschke, 2008). Essa nova visão amplia as experiências masculinas, pois rompe com o modelo tradicional de pai provedor que tornava o pai distante das relações afetivas familiares (Cebotarev, 2003; Freitas, Coelho & Silva, 2007).

Não obstante, também foi mencionada por Hipólito a dinamicidade como pertinente no processo de paternidade, o que favorece compreender a paternidade enquanto construção. Segundo os participantes, as mudanças pessoais ocorrem sob influência da experiência que se tem.

(...) mudança assim, mudança de pensamento, coisas que você achava, ‘ah! eu vou ser um pai assim...’ mas quando chega, você ver que a construção é que vai levando. Com a chegada dele (filho) você vai percebendo como você vai reagir a cada situação.

(Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Mesmo que se tenha um pensamento organizado, a experiência é que vai ser determinante na estruturação de uma concepção, bem como na formação de um modo de ser ante o fato vivido. Assim, a paternidade é transformada no momento que se experiencia, sendo construída a cada demanda e vivência. Não há, portanto uma identidade paterna estática, como afirma Ciampa (2001), a identidade é metamórfica, um processo dialético, se transforma na continuidade das mudanças históricas do ser humano.

4.1.1.2- Categoria 2: Papéis

A categoria 2 aponta concepções que reportam a paternidade para o exercício de papéis os quais são internalizados pelo homem ajudando-o a compor sua conduta perante a família e a sociedade. Na medida em que se torna pai exige-se do homem o desempenho desses papéis. Dentro desta categoria foram salientadas pelos participantes duas subcategorias, a saber: provedor, papel mais voltado à provisão de necessidades intrafamiliares (material, afetiva e educacional); e social, mais voltado ao debate em torno das normas sociais e relações de gênero, bem como das transformações decorrentes dessas.

A. Provedor:

a) Material

Fundado em concepções tradicionais, os participantes mencionaram a paternidade limitada principalmente à provisão de bens necessários ao sustento da família. Nesta ótica, o pai é o membro familiar que trabalha, obrigatoriamente é o responsável pelas finanças, é o administrador financeiro do lar, sob o qual se relaciona todo o sustento da casa. Como pode ser observado nas falas que seguem:

Ele (o pai) que geralmente trabalha, (...) é ele que vai sustentar a casa e ele sabe que aquela criança vai depender dele, entendeu. Se ele não tivesse essa possibilidade de fazer essas coisas, ela não vai pra frente, (...) tem muitas das mulheres que não tem como trabalhar, entendeu, e a porcentagem é mais pra o homem. Eu creio assim que o homem é que tem por obrigação sustentar sua casa, independente da mulher. Eu creio assim. (Narciso, 28 anos, 1 filho, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

O pai é responsável a colocar comida dentro de casa, pagar aluguel, energia, gás.

(Aquiles, 29 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

A responsabilidade que eu tenho na família é dar de comer aos filhos, porque se não for aí complica né. (Perseu, 34 anos, 2 filhos, 1 salário, analfabeto, não participante do pré-natal)

No fragmento “*o homem é que tem por obrigação sustentar sua casa*”, relatado por Narciso, fica claro a crença internalizada amparada pelo modelo de pai provedor. Conforme visto, estas concepções remetem a padrões instituídos desde épocas remotas na história social da família os quais se perpetuaram até contemporaneidade, sendo influentes em discursos sobre paternidade. Historicamente, a família romana era guiada pelo poder paternal (*paterfamilias*), cabia ao *pater* administrar o patrimônio da família e exercer poder absoluto sobre a mulher, os filhos e escravos (Santos & Santos, 2009). Sob esses pressupostos foi estruturado o patriarcado e, posteriormente, a família nuclear burguesa que trouxe a divisão sexual do trabalho como marca (Áries, 1981), ou seja, a esfera pública ficou reservada aos homens, sendo caracterizada pelo trabalho remunerado e o atendimento as necessidades materiais; e a esfera privada coube à mulher e aos filhos, cujas características eram o trabalho doméstico e o atendimento de necessidades afetivas (Althoff, 1996).

Evidenciou-se nas falas dos participantes certa necessidade de transparecer a execução do papel de provedor material perante a família. O exercício da função de mantenedor do lar além de ser um forte fator a compor a identidade do homem-pai, também precisa ser exteriorizado com o intuito de reconhecimento intrafamiliar. Não basta apenas ser pai provedor, parece ser necessário que a família o enxergue enquanto tal:

(...) quando você tem um filho, você tem que se comprometer, tem que botar seriedade no trabalho, pra você manter, poder criar ele. Ele vê em você que você trabalha pra sustentar ele (...) paga uma escola boa, pra que ele no futuro assim, ter a educação que eu tive. (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Percebe-se que o reconhecimento pela função desempenhada é uma expectativa. Ao relatar “*Ele vê em você que você trabalha pra sustentar ele (...)*”, Helano deixa implícito em sua fala a necessidade de um reconhecimento possivelmente relacionado ao papel desempenhado no seio da família, no sentido de que está cumprindo de fato a função historicamente a ele designada. Além disso, em sua fala também se percebe o compromisso com a transmissão geracional no exercício dos papéis (Teykal, 2007; Rocha-Coutinho, 2006; Penso, Costa & Ribeiro, 2008). No fragmento “*(...) paga uma escola boa, pra que ele no futuro assim, ter a educação que eu tive*”, Helano explicita que sua função de provedor material limita-se com conhecimentos adquiridos na sua família de origem a qual lhe serve de referência. A oferta de educação dada ao seu filho tem como parâmetro o que lhe foi ofertado pelos pais outrora, nisso percebe-se a transmissão de valores familiares.

No exercício de provedor material a homem dispensa grande esforço, inclusive renunciando vontades e cuidados para consigo. Todo investimento financeiro é destinado a cuidados objetivos (comida, remédio, escola), principalmente, com os filhos. O filho é a principal razão do investimento financeiro. Esse investimento pode ser justificado como uma forma de superar limitações ocorridas durante a história de vida ou mesmo como motivação para eficiência no trabalho:

A comida pra o filho, remédio, escola. Eu não tive condições de estudar, mas o meu filho tá estudando, porque eu forço tudo por eles, pra que mais pra frente ser melhor que eu. (Perseu, 34 anos, 2 filhos, 1 salário, analfabeto, não participante do pré-natal)

(...) você vai ter que ralar muito, pra não dar bobeira no trabalho, não dar bobeira, por exemplo, pra não ser demitido, que enquanto você tá só casado tudo bem, você coloca na cabeça, você quer jogar tudo para o alto, e com filho não, você pensa duas vezes (...) mas quando você tem filho, você pensa na educação, na alimentação, no vestir, tá entendendo? (Hermes, 42 anos, 3 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

No caso de Perseu, a função de provedor material pareceu ser sustentada por uma necessidade de compensar perdas em sua vida. O empenho no trabalho é reforçado não apenas pela questão da provisão de bens, existe uma razão que aí é acrescida. Por razões não especificadas, ao afirmar “*mas o meu filho tá estudando, porque eu forço tudo por eles, pra que mais pra frente ser melhor que eu*”, Perseu demonstra que seu esforço encontra sentido na chance de oferecer uma educação formal e, por sua vez, uma vida melhor para seu filho. Já para Hermes, a função de provedor material o impulsiona a manter-se no trabalho buscando aprimorar cada vez mais seu desempenho profissional.

b) Afetivo

A dimensão afetiva na relação familiar foi ressaltada pelos participantes como algo importante dentro do papel de provedor. Este aspecto salientado dá um novo sentido ao papel de provedor, tradicionalmente conhecido. Quando se fala de provedor, relaciona-se logo a questão material na função paterna, porém os pais estudados pontuaram o “ser amoroso”

também como uma questão de provisão. Portanto, ao pai cabe a função de transmitir carinho, zelo, cuidado, afeto e amor aos filhos:

(...) você se esquecer de você pra se afetuar com o outro, mais com o outro. (...) ser pai pra mim é ser basicamente amoroso com os filhos, (...). (Adônis, 34 anos, 3 filhos, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

É amar, amar mesmo, zelar, é cuidar, é aquele amor individual, você foca aquele olhar, entende aquele filho, busca ele pra você ser além de pai, amigo. (...) Porque há necessidade do amor, o amor é o pilar de toda família. (Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

O amor pelo filho foi enfocado como fator imprescindível na família. Um amor que encontra sentido no ato de renúncia de si e cuidado pelo outro, e que se sobrepõe a qualquer outra coisa passando a ser o “pilar de toda a família”, como bem afirmou Ajax.

Apesar disso, foi percebida uma separação entre ser pai e ser amigo, denotando um suposto distanciamento nessas duas funções ocorrido ao longo do tempo o qual é preciso remediar. Na fala “*ser além de pai, amigo. (...) Porque há necessidade do amor, (...)*”, Ajax deixa claro que a função paterna carece do amor típico das relações de amizade e que isso representa uma conquista, ser um pai-amigo, cuja afetividade se demonstre pelo zelo e cuidado. Fica implícito, que é preciso, busca-se “ser além de pai”, ou seja, almeja-se ultrapassar a paternidade tradicional para se atingir o afeto típico das relações de amizade. Em outras palavras, o pai enquanto provedor de afeto ainda não é pleno, é algo a ser conquistado, encontra-se em formação.

Pesquisando a paternidade participativa, Sutter e Bucher-Maluschke (2008) verificaram que os pais que são cuidadores demonstram viver a paternidade com mais

intensidade emotiva, tendo em vista o contato maior com os filhos. A paternidade participativa caracteriza-se pelo cuidado e envolvimento afetivo na relação, tais fatores contrariam o estereótipo masculino de autocontrole das emoções e a paternidade tradicional. Com base nisso, Sutter e Bucher-Maluschke (2008) defendem a paternidade participativa com uma questão de retomada de afetos no homem, uma recuperação da capacidade de amar, cuidar e acolher, que fora sufocada pelo patriarcado. No mesmo sentido, em estudo sobre a paternidade, Gabriel e Dias (2011) observaram que o amor ao filho compôs a descrição pessoal de homens-pais. Os pais estudados afirmaram buscar sempre estar ao lado do filho para oferecer carinho e atenção, tal fato reflete o quanto os homens consideram o aspecto afetivo que envolve as tarefas parentais que exercem. Contudo, ainda enxergam tal aspecto como algo a ser construído ou mesmo melhorado.

A relação de afeto no exercício da paternidade faz menção ao modelo de “novo homem” que concebe o homem enquanto participante da vida privada da família (Staudt e Wagner, 2008); e o modelo de “nova paternidade” o qual reconfigura o papel do pai na família, associando-o à participação, cuidado e transmissão de afeto (Montesinos, 2004; Cebatorev, 2003; Sutter & Bucher-Maluschke, 2008). A literatura indica interesse por esta nova faceta da função paterna que faz parte da paternidade contemporânea. Na nova paternidade abstrai-se uma ampliação no envolvimento pai-filho, abstrai-se a abertura do pai a uma dimensão sensível e participativa da relação os quais indicam caminhos de reinvenção do papel paterno (Oliveira & Silva, 2011).

Com os filhos há uma descoberta de sentimentos os quais não eram perceptíveis antes. Conforme visto anteriormente, na categoria 1, ocorre uma transformação a nível pessoal caracterizada por uma descoberta de si e do outro. O casamento e os filhos funcionam como um campo de descobertas experienciais para o homem-pai, tornando-o mais sensível,

fazendo-o compreender a importância de ir além do material, e proporcionar afeto nas relações familiares. Neste sentido, Helano e Héracles afirmaram:

(...) a gente já se sente mais amor, criando mais amor pelo bebê, cria mais amor pela mulher, pra mim né, o que aconteceu comigo foi nesse sentido, eu criei muito amor com eles. (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

“(...) então a gente se sente mais carinhoso a ele, a gente se apega mais o nosso filho do que o próprio o mundo né e muda totalmente a família. (Héracles, 37 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Conforme foi visto, o carinho e o amor foram relatados como componentes de uma paternidade mais afetiva, fundada pela demonstração de envolvimento afetivo com os filhos. Esta realidade, de acordo com as falas dos participantes citados, não está concretizada totalmente. Observa-se que a oferta de carinho é concebida como atribuição relevante no papel paterno, entretanto ainda é um comportamento a ser aprendido:

Dar educação, passar boas informações, carinho principalmente, porque apesar de tudo é filho da gente, é sangue do nosso sangue, e agente tem que aprender a dar carinho, (...). (Menelau, 39 anos, 1 filho, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

Quando Menelau afirma “*a gente tem que aprender a dar carinho*”, é perceptível nas entrelinhas elementos de um discurso hegemônico de gênero, considerando que o “*dar carinho*” não é comum ao masculino, portanto demanda um processo de aprendizagem. Teorizando acerca da nova paternidade como expressão de transformação masculina, Montesinos (2004) salienta que o papel social introjetado durante a socialização é responsável por reproduzir traços tradicionais da masculinidade proporcionando uma percepção idealizada

de relação pai-filho pautada numa paternidade autoritária. Assim, a projeção da figura paterna como a entidade que representa um poder inquestionável emana da família para o ambiente social, fato este que ajudou a construir uma representação de poder que se contrapõe a afetividade. Portanto, Montesinos (2004) delega ao processo de socialização o mérito pela construção da identidade paterna, nisso o ambiente cultural é determinante, compreende-se então ser natural que a afetividade seja vista como um aspecto a ser aprendido na relação pai-filho.

Ante o exposto, corrobora-se a identidade como transformação determinada pelo tempo histórico. É a dinâmica das relações sociais que vai estabelecer a identidade social. Dessa forma, as mudanças nas relações sociais constituirão também mudanças identitárias (Ciampa, 2001). Na contemporaneidade, a paternidade vive à sombra de um processo transicional, não se observa um modelo representativo ideal, vive-se o impasse entre a paternidade tradicional e a nova paternidade. Nisso, Bauman (2005) chama atenção para as transitoriedades em que a identidade é submetida. Ao se redefinir o homem depara-se com o instituído e o transitório de sua história, o que dá ao processo de construção da identidade um caráter contínuo e ambivalente. Dado esta conjuntura, percebe-se que tal processo proporciona ao sujeito a experiência de um contexto constituído por indeterminações as quais podem proporcionar à construção da identidade social uma atmosfera de conflitos.

c) Educacional

Foi evidenciada nas falas dos participantes a relação da paternidade com a educação e formação dos filhos. Neste sentido, observou-se que o pai deve ser provedor educacional, deve ter compromisso com a educação dos filhos, no sentido de instruí-los para o bem, para a vida e para a convivência em sociedade, a saber:

“A questão da educação, sabe, você se preocupar muito com o que você acha ser certo, isso eticamente, você se basear pra educar seus filhos. Isso também aí pra mim é ser pai, você se preocupar com o que se pode fazer de correto na sociedade, é isso”.

(Adônis, 34 anos, 3 filhos, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

“Educá-lo para vida (...) a pessoa quanto mais educada ela for, mas ideias construtivas ela terá, né. (...) A educação ela é bem mais abrangente, educar em todos os aspectos. (...) Então, eu tento fazer isso (...)”. (Ulisses, 47 anos, 4 filhos, 2 salários, ensino superior, não participante do pré-natal feminino)

Naturalmente, o papel de educadora esteve relacionado à mulher. O “instinto materno”, mencionado por Badinter (1985), impulsiona a mulher para a função de educadora por excelência, a mulher seria então dotada desse instinto que se encontra na base de seu papel de educadora moral. Também a divisão sexual do trabalho vigorada a partir da estruturação da família burguesa do século XVIII ajudou a representar o espaço privado do lar à mulher, e nele estão contidas atividades que demandam necessidades afetivas as quais não cabiam ao homem (Althoff, 1996), como é o caso da educação. Diante disso, parece ser contraditório a educação estar vinculada ao papel masculino, como aqui se apresenta.

Não obstante, a educação a qual os pais se referem diz respeito a uma educação voltada para a estruturação da moralidade dos filhos. De acordo com os participantes, no papel paterno existe certa preocupação em formar os filhos para o bem, direcionar os filhos para o caminho correto dentro da sociedade, tal qual afirma Ulisses nesse fragmento *“você se preocupar com o que se pode fazer de correto na sociedade”*. Em estudo acerca das concepções de casais sobre o comportamento paterno ideal e real, foi verificado que o domínio de interação parental *disciplina* foi visto como o de maior participação paterna. Os

casais estudados apresentaram semelhanças perceptivas sobre o comportamento paterno real e ideal no domínio de interação disciplinar. Segundo os autores, tal achado pode ser valorizado por pessoas com filhos devido a crença de que a forma de educação dos pais com os filhos seja fundamental para a promover comportamentos socialmente adequados (Prado, Piovanotti & Vieira, 2007).

Esta visão estrutura-se sob um discurso patriarcal onde o pai funciona como figura de autoridade moral na preparação para a inserção social, ou seja, é uma educação comprometida com o social, voltada para a vida em sociedade:

“(...) porque está nas tuas mãos, a educação de um individuo, a educação de um ser, onde você vai ter que preparar socialmente, preparar para uma sociedade. A responsabilidade tanto no sentido educacional, de preparar a criança pra isso, pra o mundo externo, não somente pra o mundo interno dentro de casa (...). (Teseu, 30 anos, 1 filho, 10 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Ressalta-se que tal constatação não descarta a mudança ocorrida no perfil dos pais. É evidente o interesse e atitude voltados para uma participação na formação educativa dos filhos dentro do lar, existe uma disposição para tanto, mas este papel parece ser compreendido como diferenciado da educação fornecida pela mulher. Nisso observa-se a influência dos papéis tradicionais de gênero, e pode ser verificado na fala abaixo:

Atividade do homem (pai) é ensinar os caminhos do bem e da mulher é mais criação, de estudo, de respeitar um ao outro. Mas o do homem é ensinar o caminho do bem, ensinar o que é certo, o que é errado, com quem tu andas, essas coisas ai (...). (Proteu, 28 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Para Proteu a função educativa do pai consiste apenas em “*ensinar os caminhos do bem*”, tudo o que restar e que também compõem a educação dos filhos são responsabilidades

femininas. Nesta direção, o tipo de educação ofertado pelo pai diverge por conta de sua natureza moral, própria do patriarca (*pater*) o qual detém o poder paternal (*paterfamilias*), tais ideias são remanescentes da família patriarcal (Vianna, 2005; Santos & Santos, 2009).

Outro elemento presente foi o compromisso com a transmissão geracional, já salientada em outras categorias. A família foi ressaltada como a instituição-base na educação moral, espera-se que a criança seja formada na família, adquira conhecimentos que sejam relevantes para o seu desenvolvimento social. Dentro dessa lógica, a transmissão de valores familiares é protagonizada pelo pai. Conforme Velásquez (2006), tradicionalmente, ao pai cabe o exercício de autoridade moral, bem como transmissão de valores e conhecimentos de pais para filhos e filhas. Dessa forma, a educação relacionada ao papel paterno é voltada para a formação de bases que irão perpetuar a família, isso torna o papel educacional do pai mais abrangente, pois se vincula a responsabilidade de contribuir com gerações futuras:

Orientação é a base, orientação, discernimento, conhecimento é a base para uma vida saudável. (...) Você tem que dar possibilidades. (...) a família tem uma orientação, se a família formar um discernimento, se a família passar conhecimento. (Alcioneu, 35 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) é um compromisso muito grande, uma responsabilidade enorme de a gente chegar numa certa idade, num certo momento, olhar pra traz e dizer assim, o que fiz valeu a pena, o que eu fiz foi bacana. Eu ajudei alguém a construir uma vida bacana e ser respeitado e ter dignidade, então... Um compromisso muito grande. (Hélio, 34 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

De forma geral, foi percebido que no papel de provedor educacional há uma disposição masculina em mudar comportamentos familiares arraigados, entretanto salvaguardam-se concepções tradicionais na realização de tais mudanças. Neste sentido,

percebe-se que a coexistência de modelos familiares proporciona certa instabilidade a identidade paterna. Verificando a divisão de tarefas na criação dos filhos, Wagner e cols (2004) perceberam, no que se refere a atividades educativas, que os progenitores concordam em grande parte de atividades, contudo as atividades de nutrição e acompanhamento do cotidiano dos filhos nas tarefas escolares ainda foram relacionadas como funções femininas. Com isso, corrobora-se que o papel provedor educacional dado ao homem-pai caracteriza-se como uma função em descompasso, uma vez que se encontra envolvida pela influência de mudanças e reavaliações de papéis.

B. Social

a) Gênero

O debate em torno das normas sociais de gênero foi recorrente no estudo em questão, grande parte dos participantes resgataram em suas falas as diferenças sociais entre os sexos como princípios que fundamentam seu comportamento social na família. Essas diferenças se baseiam nos estudos de gênero que surgiram com intuito de compreender a organização social entre os sexos em detrimento ao determinismo biológico, daí entende-se que falar de gênero é tratar de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, portanto são construções socioculturais (Scott, 1986; Olinto, 1998). Em outras palavras, enquanto categoria científica, o gênero surgiu com intuito de compreender a desigualdade entre os sexos e como isso repercute nas relações sociais (Carloto, 2001), a partir disso deu-se origem as relações de gênero as quais se fazem/refazem no transcorrer da história.

Na família os papéis sociais masculino e feminino se reproduzem, são fortemente representados no que refere à divisão de tarefas dentro do lar e ajudam a definir identidades:

(...) banho, alimentação, colocar pra dormir. Aqui em casa a gente tem muito isso bem definido, sabe. Por mais que quando a gente precisa, eu dou banho, troco de roupa, mas é muito definido. Quando minha menina está danada, dá trabalho ela vem a mim e eu corrijo, converso com ela, mas assim no caso da mulher dar banho, alimentação, vestir. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Quem toma conta da criança é ela. Que fica responsável em ir pra escola, de buscar (...). A mãe levar a escola, dar banho, dar de comer, botar pra dormir, né. (Aquiles, 29 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

A mulher tem que tá dentro de casa né, cuidando do comer, pra quando o marido chegar ter comer, pra comer... Fazer as coisas de casa, limpar a bagunça. (Diomedes, 22 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

As falas de Apolo, Aquiles e Diomedes, refletem perfeitamente crenças tradicionais de gênero, típicas de modelos familiares tradicionais, a exemplo a família patriarcal e a família burguesa. Existe bem definido o que é destinado ao homem e a mulher. Os comportamentos são estruturados a partir dessas crenças e parecem ser bastante delimitados. Pode até existir certa participação do homem em outros espaços que não o público, mas é vista como uma eventualidade, tal qual afirma Apolo “*Por mais que quando a gente precisa, eu dou banho, troco de roupa, mas é muito definido*”. O pai não adentra no espaço privado do lar, “*a mulher tem que tá dentro de casa*” (Diomedes), as tarefas parentais de cuidado com os filhos são executadas exclusivamente pela mulher (banho, alimentação, vestir, colocar pra dormir, tarefas escolares, levar à escola). Semelhantemente, em estudo quantitativo sobre o

envolvimento parental em atividades de cuidados com os filhos, foi verificado que *quase sempre a mãe* ($M=2.18$, $DP=0.39$) realiza atividades de organização/cuidados, consideradas atividades práticas; e tanto a mãe como o pai ($M=2.70$, $DP=0.32$) participam nas atividades de brincadeira/lazer (Monteiro, Veríssimo, Santos & Vaughn, 2008).

A participação do pai com os filhos consiste em pôr ordem quando esta é desestabilizada, assim expressa Apolo “*Quando minha menina está danada, dá trabalho, ela (a mãe) vem a mim e eu corrijo, converso com ela*”. Este fator coincide com a concepção de pai enquanto autoridade moral, já retratada na subcategoria provedor educacional.

Não obstante, foi percebido que as concepções de gênero subjazem a história vivida dos participantes, de forma que ao homem é impelido este papel social, mesmo que se tente fazer diferente. Socialmente, o homem é aquele trabalha, normalmente está externo, uma vez exercendo este papel fica impossibilitado de estar no dia a dia com os filhos, portanto é marginalizado do processo de cuidado:

(...) durante o dia ela cuida do nosso filho é basicamente ela quem cuida. (...) a gente sempre faz questão de estarem os dois presentes e tudo relacionado a ele, a rotina dele, quem cuida basicamente é a mãe por conta do trabalho, com meu trabalho externo, não tem como ver, mas toda decisão é tomada em conjunto. (Teseu, 30 anos, 1 filho, 10 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A forma como os pais se veem no que se refere ao gênero parece ter sido determinante para o exercício de tarefas no lar. Por sua natureza social, as concepções de gênero são internalizadas por homens e mulheres e dão origem a identidade de gênero. Nesta perspectiva, Carloto (2001) afirma

O “quem somos” vai se constituindo através das relações com os outros, com o mundo dado, objetivo. Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma

identidade pessoal, uma história de vida e um projeto de vida. Neste processo, o fato de se pertencer a um gênero ou outro, ser menino ou menina, também conformam as referências iniciais no mundo. A identidade é consequência e condição das relações (p. 204).

Para Vygotsky (1991), é através das relações sócio culturais que se estrutura a consciência humana. A cultura onde se está inserido traz em si elementos que ajudam a compor a consciência, portanto ela é resultado da mediação das significações sociais num dado tempo histórico (Lordelo & Tenório, 2010; Leontiev, 1978). Assim tal qual a consciência a identidade é considerada na materialidade das relações sociais estabelecidas, neste caso, as relações de gênero.

b) Complementar

Amparada pelos papéis sociais de sexo, foi percebida discreta abertura do pai ao espaço do lar, contudo prevalecem os limites da divisão sexual do trabalho. Os participantes conceberam a participação paterna como complementar as tarefas femininas. No que se refere ao cuidado com os filhos, a mulher sempre faz mais, tendo em vista que, por excelência, é uma tarefa a ela direcionada. Consequentemente, o pai é um auxiliar, é coadjuvante, ou seja, participa discretamente, não extrapolando os limites do papel social feminino:

A mulher que faz mais. A minha vez é somente quando ela está fazendo uns servicinhos aqui em casa aí eu pego pra não perturbar ela, pego o mais velho, fico com ele por aí, dou uma voltinha pra ela terminar e... pronto. (Pílades, 27 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

As atividades paternas no que concernem os cuidados com os filhos foram relacionadas ao lazer, ludicidade e entretenimento, bem como à tarefas suplementares as quais

dão suporte as atividades femininas consideradas mais elementares, como por exemplo, levar/buscar o filho na escola ou mesmo resolver problemas escolares:

Eu acho que mais só brincar mesmo, porque no meu caso, eu falo assim, eu brinco mais com ele, porque ela (a mãe) tem dever de casa, tem as preocupações do colégio, a tarefa de casa quando vem, ela que faz com ele e quando chega a hora de brincar ela se ausenta e quem vai brincar com ele sou eu (...). (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Bom, pelo pai né como eu falei, a questão de levar no... Pra igreja, por exemplo, nos ensaios do conjunto dela, sou eu que levo, nas escolas sou eu também, quando precisa sair pra algum lugar, sou eu que levo, quando a gente vai, bom sair. Acho mais a questão do levar pra algum lugar assim, tal. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Responsabilidade do pai é... qualquer coisa que ele faz errado no colégio, o diretor chama os pais né, o pai resolver, quando o pai não tem tempo a mãe vai, no lugar do pai. (Aquiles, 29 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

De forma semelhante, a participação do pai nos cuidados e nas atividades escolares, culturais e de lazer do filho foi comprovada, por Cia e Barham (2009), em estudo com casais. Verificou-se que as atividades nas quais os pais participavam com maior frequência foram brincar com o filho, acompanhar o progresso escolar e auxiliar nas lições de casa. Também foi observado por Teykal (2007) que a ideia do pai coadjuvante nos cuidados com os filhos foi recorrente nas falas de pais de diferentes gerações, mesmo quando a mulher trabalha esta

função permanece sendo do feminino, nesta situação as avós é que passam a desempenhá-la. Por sua vez, acerca da concepção de mães sobre o envolvimento paterno no cuidados com os filhos, foi percebido que as mães apontaram as atividades de sair, brincar, conversar e cantar, como relacionadas à participação paterna (Crepaldi, Andreani, Hammes, Ristof & Abreu, 2006). Todos esses estudos demonstram o quanto à participação do pai complementa o papel social feminino. Apesar da reprodução de normas tradicionais, pode-se referir este contexto como um momento de transformação em que as relações de gênero intensificam as mudanças na identidade paterna, vê-se que o pai transita entre papéis sociais instituídos, contudo ainda vive a mercê dos mesmos.

c) Parceria

Nas relações de gênero não se reproduzem apenas papéis sociais arraigados nas diferenças sociais de sexo, portanto a transcendência a esses papéis pode ser percebida na família quando se abstrai uma parceria no que se refere aos cuidados domésticos e com os filhos:

(...) Eu adoro cozinhar, faço almoço pra todo mundo, lavar os pratos, eu lavo, lavar roupa, eu lavo roupa, detesto passar pano, tenho pavor, então ela faz, então não há regras, o homem faz, a mulher faz isso. Você é pai tem uma responsabilidade social sobre isso, eu sou mãe e tenho responsabilidade, não, não tem isso. É compartilhado mediante a necessidade. (Alcioneu, 35 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) não tem atividade específica pra o pai ou pra a mãe, né, eu acho que no mundo de hoje não tem mais isso de a mãe faz a comida e o pai vai trabalhar. Não, todas a

funções dentro de casa devem ser compartilhadas. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Nas falas de Hermes e Hércules concebe-se uma paternidade mais participativa que foge aos padrões tradicionais fundados no patriarcado, existe uma parceria, uma divisão de atividades que se fundamenta na reciprocidade. Não há regras, tudo “*é compartilhado mediante a necessidade*”, segundo Alcioneu. Nesse contexto, o homem é mais envolvido diretamente com a família, sobretudo no cuidado com os filhos. Ambos os participantes evidenciaram o compartilhamento de atividades em detrimento aos papéis sociais masculino e feminino. Esse caráter de parceria e participação paterna evidenciado nas falas supracitadas são atributos da nova paternidade que advoga a participação ativa do homem na família como ampliação da experiência masculinidade e rompimento com o modelo tradicional de paternidade (Cebotarev, 2003; Freitas, Coelho & Silva, 2007). Todas essas mudanças são relacionadas ao tempo histórico, o que denota as transitoriedades as quais os papéis sociais estão passíveis considerando as relações de gênero estabelecidas, tal qual relata Hércules neste fragmento “*eu acho que no mundo de hoje não tem mais isso de a mãe faz a comida e o pai vai trabalhar*”.

Um aspecto importante, relatado nas falas dos participantes, e que parece ter influenciado a dinâmica de parceria masculina nos cuidados intrafamiliares refere-se a ocupação da mulher, ou seja, o fato da mulher trabalhar foi visto como reforço para que o homem se mostre mais envolvido com os assuntos relacionados ao lar e aos filhos:

(...) a minha esposa tem o trabalho dela, eu tenho meu trabalho, mas sempre a gente faz tudo junto, num caminho só, na minha família não existe isso aqui é meu, e isso aqui é seu. (Orestes, 43 anos, 1 filho, 5 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) o que está no tempo dela, um exemplo, ela faz e está no meu tempo, eu faço.

Porque ela trabalha de manhã e pela manhã eu fico com ele. (Dionísio, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Observa-se que o trabalho feminino proporcionou ao homem um motivo concreto de estar mais inserido na família, sendo contribuinte e participativo com as demandas domésticas, isso fica implícito na fala de Dionísio *“Porque ela trabalha de manhã e pela manhã eu fico com ele”*.

Numa análise histórica, a literatura indica que as mudanças no papel masculino decorreram naturalmente de mudanças no papel feminino, principalmente, por conta da saída feminina para o mercado trabalhista (Therborn, 2011; Zanetti & Gomes, 2009), foi a partir dessa ótica que se instalaram os estudos de gênero, por meio de mudanças que repercutiram as relações sociais. De acordo com Machado (2000), o conceito de gênero refere-se a uma “não fixidez”, uma não universalidade das relações entre homens e mulheres, ou seja, “remete à ideia de que as relações sócio-simbólicas são construídas e transformáveis” (p. 3). Neste sentido, ampliando a questão, Machado (2000) defende a utilização do conceito de “relações de gênero” para designar “a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade” (p. 4).

Portanto, não há como pensar o ser pai hoje sem aspirar ao contexto de mudanças nas relações de gênero, a identidade paterna se estabelece e se transforma dentro dessas relações, e neste sentido torna-se metamorfose tal qual defende Ciampa (2001). Com base nisso, Staudt (2007) salienta que a paternidade deve ser concebida sob uma visão ecossistêmica onde se considera a integração do todo e suas partes num constante processo de trocas mútuas, assim para esta autora

as diversas formas de vivenciarmos os papéis que desempenhamos em nosso contexto influenciam e são influenciadas pelas partes que os constituem, caracterizando um *dinamismo relacional* não só entre os indivíduos, mas entre os indivíduos e a cultura, entre os indivíduos e suas crenças, seus modos de pensar, ser e agir no mundo (Staudt, 2007, p. 12).

4.1.1.3- Categoria 3: Responsabilidade

Na categoria 3, a concepção de paternidade esteve agregada a uma grande responsabilidade. Como parte das mudanças advindas do ser pai, foi enfaticamente salientado pelos participantes a gama de responsabilidades que a paternidade trouxe a suas vidas. Compondo esta categoria, foi elencada a participação, o cuidado, a disciplina e a referência, como subcategorias representantes.

A- Participação

Indubitavelmente, quando se torna pai a responsabilidade aumenta marcando a vida masculina, dentro dela a participação familiar é um comportamento exigido ao homem. A presença no cotidiano, o acompanhamento das fases do desenvolvimento infantil, o atendimento às necessidades e demandas dos filhos, foram fatores vistos como inerentes à referida participação:

Ser pai, eu acho que ser pai é isso, é participar. Participar desde o início, não é só fazer não, e a minha participação está aí. (...) é estar presente em qualquer fase da vida, desde a gestação, acompanhamento no pré-natal e eu queria muito saber como estava o desenvolvimento da criança e sempre estava presente que era pra saber todas as fases da vida dele. Eu quero estar presente em todas as fases da vida dele, eu

acho que ser pai é isso, é estar presente. (Homero, 37 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Estar presente é estar sempre assim, ao lado da criança. (...) é que a criança necessita de ter uma pessoa presente nas suas necessidades. Nem sempre ela pode dizer a você, assim abrir a boca, mas você como um pai observador e um pai presente, aí você sabe as atitudes de seu filho. (Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

O tipo de participação mencionado pelos participantes parece estar comprometido com uma necessidade de reforçar o envolvimento afetivo do pai com os filhos e na família, contrapondo-se com a função reprodutor/ provedor tão disseminada e considerada estereótipo da figura paterna. Esta constatação é presente na fala de Homero “*Participar desde o início, não é só fazer não, e a minha participação está aí*”. Além disso, a participação também exige do homem-pai certo grau de sensibilidade e atenção no atendimento das demandas, como se percebe na fala de Ajax “*mas você como um pai observador e um pai presente, aí você sabe as atitudes de seu filho*”.

Foi bastante recorrente nas falas supracitadas, bem como em grande parte das falas dos participantes em geral, a expressão “estar presente” como representação dessa participação paterna. Em estudo realizado com pais, Vieira e Souza (2008) verificaram que a paternidade foi associada à responsabilidade e acompanhamento, uma vez que a experiência paterna só pode ser sentida através de uma presença maior no cotidiano, nos cuidados diários e acompanhamento do desenvolvimento do filho, para os pais estudados o “estar presente” é imprescindível.

Ao que parece o “ser presente” é usado pelos participantes como forma de reconfigurar o papel de pai dando um novo sentido cuja demonstração de cuidado prevalece legitimando a paternidade. Participar implica necessariamente estar presente proporcionando cuidados de naturezas diversas:

Eu acho que a questão de ter mais cuidado com as coisas, de ser mais presente, de ser realmente pai. (...) cuidar é exercer realmente o papel de pai. (Zeus, 31 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Neste sentido, a participação tem o propósito de suprimir estereótipos e preconceitos derivados de modelos tradicionais de família e paternidade, conforme foi resgatado nas falas dos participantes adiante:

Participar tudo que ele faça no dia a dia. (...) sempre ser amigo dele, não ser a parte agressiva. Porque o filho só se abre com o pai quando ele é amigo, e com o pai agressivo ele se sente medroso de contar pra o pai e o pai levar a geração pra ele de violência, só vai gerar mais violência pra ele ainda. (Hércules, 37 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

É porque, a pessoa responsável, é uma pessoa que está sempre presente com a mulher, seja um homem de casa, (...). (Enéias, 22 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Eu não diria o pai estar na frente da família, mas o pai estar inserido na família, com responsabilidade, porque o pai ele é pai e mãe ao mesmo tempo, a mãe é mãe e pai ao mesmo tempo, então é um trabalho coletivo, de família. (Orestes, 43 anos, 1 filho, 5 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

A paternidade autoritária foi vista como contraditória à participação por apresentar um perfil de pai agressivo, fechado, distante, que não é amigo do filho. A concepção deste papel pode reforçar a violência e favorecer a reprodução do mesmo em gerações futuras da família. Portanto, no exercício da paternidade participativa há evidência de compromisso com a transmissão geracional e a mudança de valores na família, assim se expressou Hércules em sua fala acima. Além do compromisso com os filhos, a participação também foi referida ao estar presente com a mulher dentro do lar, ser um “homem de casa” como afirmou Enéias, fazer parte da esfera privada, o que contrapõe os limites da família burguesa do século XVIII que delimitava o privado apenas à mulher (Althoff, 1996). Outrossim, ao afirmar “*Eu não diria o pai estar na frente da família, mas o pai estar inserido na família*”, Orestes desconstrói a figura do pai provedor e reforça a figura do novo pai já referida pela literatura (Montesinos, 2004; Gomes & Resende, 2004; Cebotarev, 2003).

B- Cuidado

Foi enfatizada pelos participantes a paternidade associada ao cuidado com o filho, entretanto um cuidado integral, que contempla várias dimensões que não apenas a financeira. O pai precisa abarcar todas as dimensões de cuidado com o filho, a responsabilidade do pai se faz por uma integralidade, é uma função multifatorial:

(...) é em ter cuidado com a criança, ter zelo por ela. Não é ter, como muitos pais aí, que tem muitos filhos que tanto faz, quem quiser que cuide. (...) responsabilidade é nesse sentido de ter cuidado, com a educação, com a saúde, com tudo da criança, (...).

(Agamemnon, 45 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Pra mim hoje, está muito forte, a palavra forte é cuidar. (...) Ter zelo, está atento a todas as necessidades, os detalhes daquela criança. (Eros, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

A palavra “cuidar/cuidado” nas falas dos participantes parece estar imbuída por um sentimento ambíguo, onde se misturam a responsabilidade de provisão das necessidades materiais, bem como a importância de se observar as necessidades afetivas e educativas perante a família. Ante essa aparente ambiguidade, compreende-se que o homem busque entender sua função como multifatorial. O pai tanto é responsável pelos bens materiais como é responsável por ser presente na dimensão afetiva, então ser pai é ser responsável por tudo, as dimensões se misturam de forma a não se dissociarem, é uma responsabilidade geral.

(...) eu acho que filho requer isso, filho quer atenção, filho quer carinho, é uma coisa muito frágil filho, até um certo tempo você tem que estar por perto pra dar esta proteção e mostrar os caminhos da vida. E aí eu acho que dar a atenção, dar o carinho, que na verdade é presença do início, e esse carinho, atenção e responsabilidade às vezes se misturam numa coisa só. (Homero, 37 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A experiência da nova paternidade foi relacionada com esta visão de cuidado total. Na fala seguinte de Pares, o cuidar pleno foi visto como vivência da nova paternidade tal qual salienta Montesinos (2004). O novo pai foi intitulado por Pares como um “alimento”, ou seja, é essencial. O uso da metáfora reflete o sentimento de Pares quanto à nova paternidade, essa paternidade no hoje é essencial ao filho, uma vez que o pai é aquele que proporciona tudo, é responsável por tudo.

O que é ser pai, ele envolve tudo isso, a responsabilidade é saber que uma vida, saiu da barriga, do seu amor e que essa vida precisa de alimento. E nós pais, nós novos

pais, como experiência nova, pai, nos somos basicamente o alimento, psicologicamente falando, filosoficamente falando, nós somos os alimentos, (...).

(Pares, 45 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Na tarefa de cuidado integral, o pai não se encontra sozinho, ele conta com o cuidado da mãe, existe uma parceria a qual já foi salientada na categoria 2.

(...) ser pai é você, ser um homem suficiente pra assumir todas as responsabilidades, eu não falo das responsabilidades financeiras, isso é de menos, assumir todas as responsabilidades e mostrar pra o meu filho tudo que ele deve aprender ou quase tudo, porque você tem sua esposa que também é dedicada e faz a mesma coisa e segue a mesma lida, a gente montar e criar uma criatura um ser humano tão belo e tão divino. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Neste sentido, também se corrobora o conceito de nova paternidade na fala de Hércules, no sentido de que no exercício de ser pai há compromissos além da responsabilidade financeira (Montesinos, 2004; Gomes & Resende, 2004; Cebotarev, 2003). Além de que se reconhece a cumplicidade da esposa nessa prática. Não obstante, dentro dessa concepção, é perceptível também a discreta existência de elementos da família patriarcal onde o pai era o chefe, aquele responsável por tudo, que antes de tudo assume todas as coisas. A fala de Agamemnon, traz implícito estes elementos:

(...) é participar, educar, estar ali perto, para o que der e vier, eu estar aqui e o que der e vier pra ela (a filha), mas primeiro eu que assumo tudo. Então é isso que eu digo, responsabilidade é no geral. (Agamemnon, 45 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

C- Disciplina

Ser pai é ter responsabilidade com a disciplina, é manter a ordem e um senso de moralidade dentro do lar. Assim, foi reconhecido também pelos participantes. Apesar do cuidado e a participação serem fatores em transformação na identidade paterna o quais são peculiares a um novo jeito de ser pai, a disciplina sempre esteve associada a essa identidade, neste sentido aqui a disciplina foi ressaltada como necessária:

É o cabeça da família da casa. É o cabeça ele que dá iniciativa em tudo, ta entendendo, ele quem é o cabeça, ele geralmente se ele não colocar ordem na casa, ela não tem virtude e ela não cresce, (...) ele é o cara. Ele é o cabeça da casa. Então se ele não agir, ninguém age. (...) Ele tem que tomar atitude. Ele toma a frente de tudo, ele tem que ter iniciativa em tudo. (Enéias, 22 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

“(...) também tem que ter a hora de disciplinar, porque nem tudo a gente pode ficar passando a mão, (...) Pode sim impor disciplina, sem ser extrapolado, porque tem algumas pessoas que quer logo matar, esfolar, eu acho isso errado. Tem que primeiro saber os pontos, não vai se julgar logo de primeira, não vai logo atirar a pedra, vamos olhar primeiro”. (Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

Em sua fala, Enéias reflete a herança de um passado patriarcal. Para Enéias, o pai é o “cabeça da família”, dentro desse perfil o homem é que estabelece a ordem, impõe a disciplina, toma toda iniciativa, porque “*se ele não agir, ninguém age*”, assim se expressou. Neste sentido, a identidade paterna é alicerçada pelo conceito de masculinidade hegemônica e

pelo modelo patriarcal de família cuja ordem e disciplina são instituídas pelo pai o qual detém todo o poder sobre a família (Connel, 1995; Xavier, 1998).

A representação do pai como responsável por controlar e vigiar a conduta do filho foi encontrada em estudo com famílias de camadas médias realizado por Romanelli (2003). No referido estudo, o pai foi concebido como aquele que delimita a fronteira entre o privado e o público, o permitido e o proibido, contudo sem utilizar de autoritarismo. No mesmo sentido, na fala supracitada, Ajax salienta que a disciplina é necessária para estabelecer limites, pelo visto, na criação dos filhos. Percebe-se uma preocupação em desfazer o estigma do “pai autoritário” que dita disciplina através do uso/abuso do poder, isso é evidente quando Ajax expressa *“pode sim impor disciplina, sem ser extrapolado, porque têm algumas pessoas que quer logo matar, esfolar, eu acho isso errado”*. Em resistência ao “pai autoritário”, este participante sugere um perfil de pai mais democrático o qual se utiliza da comunicação e diálogo para assim impor a disciplina, dessa forma afirmou *“tem que primeiro saber os pontos, não vai se julgar logo de primeira”*. Este perfil de pai se aproxima do modelo de novo pai uma vez que sugere capacidade de compreensão e diálogo na relação pai-filho (Monteiro, Veríssimo, Santos & Vaughn, 2008).

Apesar dos elementos influentes do patriarcado, percebe-se que a forma como a disciplina foi referida pelos participantes foi construída sob a resistência e superação da representação de “pai autoritário”. Esta representação por muito tempo esteve vinculada a concepção de paternidade, onde o pai é visto como o membro da família que detém a ordem e o poder, assim a disciplina é estabelecida com tom imperativo. No entanto, aqui o estabelecimento da disciplina foi mencionado com certa flexibilidade na relação pai-filho, sendo o diálogo o principal meio de se atingir sucesso no processo educativo. Também Vieira e Souza (2008) observaram que a orientação e correção foram representações de paternidade

mencionadas por homens-pais os quais também referiram o diálogo como primeira estratégia de correção dos erros dos filhos.

Por fim, foi verificada certa dificuldade no exercício de ser pai e ao mesmo tempo ser responsável pela disciplina. O envolvimento afetivo com a criança, o laço afetivo entre o pai e a criança, foi apontado por Adônis como um entrave no estabelecimento da disciplina na família. É difícil para o pai envolver-se afetivamente e ao mesmo tempo ser responsável pela disciplina, são áreas de natureza diferentes, pelo visto abrangem identidades paternas diferentes e por isso pode gerar conflitos:

Não imaginava que ser duro seria tão duro. (...) Só que depois que você é pai, você entende pelo laço que une você ao relacionamento e tal, você gostar muito da criança, você vai perceber que não é tão fácil ser duro. (Adônis, 34 anos, 3 filhos, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

O impasse vivido por Adônis na instituição da disciplina torna claro o processo de transformação por que passa a identidade paterna. A coexistência dos valores de uma paternidade tradicional e da nova paternidade torna a identidade paterna inconstante, fluida, o que favorece a geração de conflitos no homem. Neste caso, a identidade esta sendo moldada por uma rede de representações que fora construída e encontra-se em construção pelas vivências que são dadas ao sujeito. De acordo com Ciampa (2004), as identidades são construídas sob a influência de um jogo de reflexões o qual estrutura as relações sociais, para este autor as identidades refletem a estrutura social, ora conservando-a, ora transformando-a. Nisso compreende-se o caráter dinâmico da identidade, e dentro dele as adequações e inadequações pertinentes a todo processo de transformação.

D- Referência

Compondo a função paterna existe a responsabilidade em ser uma referência para o filho, nisso enxerga-se o compromisso paterno na formação do caráter dos filhos. Esta responsabilidade foi citada pelos participantes como parte integrante da identidade paterna, ser referência na formação dos filhos:

(...) eu acho, que eu tenho um caráter bom, eu sou um homem bom, eu me acho um homem bom, ser um homem bom pra meu filho, como eu acho que sou. É um referencial sem dúvida, sem dúvida. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) ser um pai exemplar é uma pessoa que procura evitar não está muito no erro, ouvir antes de questionar e ser uma pessoa atenta. (...) quando me refiro ao pai exemplar é porque o meu filho, ele vai se espelhar no pai, e se o pai não tem um bom exemplo? Aí pronto, por isso que eu digo que o pai tem que ser exemplar (...). (Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

Na formação do caráter, a transmissão de valores íntegros esteve atrelada a figura do pai, portanto cabe ao pai ser “referencial”, ser “exemplar”, ser um “espelho” para o seu filho, sobretudo trazendo bons valores. O pai deve cuidar para que seu comportamento traga atitudes de um “homem bom”, “*uma pessoa que procura evitar não está muito no erro*”, como salientou Ajax; espera-se que o filho siga o exemplo do pai e seu caráter seja formado a partir disso.

De acordo com os participantes, a ausência do pai na família pode direcionar a busca de referência em outros segmentos da família, ou mesmo fora da família. Tal crença reforça

ainda mais a responsabilidade paterna na formação do caráter do filho enquanto pessoa e, conseqüentemente, a presença do pai na família é imprescindível.

(...) Porque queira ou que não queira ele vai ter uma referência nos pais. Se ele não procura essa referência nos pais, quando o pai é ausente, ele procura em alguém, ou da família, ou fora da família. (Hefesto, 38 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Para que se efetue esta referência é necessário que o homem-pai se resguarde quanto as suas atitudes e comportamentos, nesse sentido a paternidade traz mudanças à personalidade masculina. Esta constatação já foi verificada na categoria 1 quando os participantes referiram a paternidade enquanto um fenômeno de transformação pessoal masculina. As mudanças na vida masculina se justificam em função da referência que os pais devem ser para seus filhos. A partir do momento em que se é pai suas ações implicarão em princípios-guia para as ações dos filhos, deste modo o homem há que se policiar para que seu comportamento transpareça uma boa conduta perante o mundo.

(...) meus defeitos eu procuro é, perto deles, (...) Resguardar ao máximo pra não deixar eles ver meus erros, entendeu? Pra que eu seja realmente um exemplo de vida até porque eu estou sendo. (...) eu tenho que fazer o possível pra ser o máximo de correto porque é um exemplo que eu estou dando, ele então futuramente eles vão ser o espelho do que eu estou deixando hoje. (Mercúrio, 28 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

A relação de amizade entre pai e filho foi vista como uma condição para se atingir o perfil de pai-referência. A cumplicidade e afeto característicos de uma relação de amizade torna a relação pai-filho mais amena, flexível e confortável. Conseqüentemente, estes aspectos são favoráveis no processo educativo do filho e poderão também influir nas relações

pai-filho futuras no histórico familiar, nisso enxerga-se mais uma vez a ligação da atuação atual do pai com a transmissão geracional.

(...) educar é isso aí, é ter amizades com eles, ter amizades. Não é só ser pai, né, ser amigo também, pra que ele cresça vendo que o pai foi pra ele, pra que no dia que ele for pai também ele possa fazer igual ao que o pai fez com ele né. Ser pai é isso aí, exemplar, (...). (Pílades, 27 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

4.1.1.4- Categoria 4: Realização

A vivência da paternidade pode trazer grande felicidade e satisfação subjetiva que faz o homem-pai concebê-la como uma realização. Na categoria 4, emergiram nas falas dos participantes concepções da paternidade vinculadas a esta representação, a saber:

Eu me sinto feliz, me sinto realizado, me sinto é que realmente, é a completude do ser humano mesmo. (...) E o fato de chegar em casa e botar ele pra brincar, pra dormir, pra conversar com ele, pra educar, pra conversar tudo isso aí, me traz uma felicidade imensa. (Hélio, 34 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) quando era solteiro não tinha nada, ta entendendo, e graças a Deus, depois que eu casei sou feliz da vida, tenho alguma coisa que eu não tinha, botei minha casa, sou feliz com minha mulher, (...). (Perseu, 34 anos, 2 filhos, 1 salário, analfabeto, não participante do pré-natal)

Nesta perspectiva, a paternidade foi retratada como um acontecimento único e transformador que complementa a vivência masculina, que faz o homem ascender a um

estágio maior tornando-o mais inteiro, mais completo, desta maneira relatou Hélio “*é a completude do ser humano mesmo*”. Por sua vez, Perseu viu que a paternidade proporcionou-lhe momento feliz o qual não experimentara antes, a concretização da família foi então vista como motivo de sua felicidade perante a vida. Aliado a esse momento de felicidade, a paternidade foi representada como a realização de um sonho. Para alguns participantes, a paternidade já era expectativa, logo a experiência paterna atual se transformou na realização deste sonho:

(...) quando fui jovem eu sempre sonhei em constituir família, sempre pensava em ter filhos e no momento que eu pensava nisso, tinha, ao mesmo tempo, tinha medo de não conseguir ser, de não ter esse presente de Deus que é de ser pai, (...) Pra mim sempre foi um sonho e graças a Deus eu realizei esse sonho, ele me deu essa condição de ser, de ter uma criatura que me chamasse de pai. (Dionísio, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

A realização do sonho pode estar envolta por uma necessidade do homem em perpetuar sua descendência ou mesmo uma forma de se autopromover enquanto pessoa. O fenômeno da paternidade pode trazer ao pai certa satisfação a qual se caracteriza pelo fato de poder contribuir para a descendência de sua família, o filho passa a ser de fato a realização desta empreitada, sendo inclusive visto como uma extensão do pai no processo histórico familiar. Essa constatação pode ser verificada na fala de Helano logo abaixo.

Eu me senti muito realizado. Pronto, hoje eu posso morrer tranquilo, já deixei um fruto é uma representação minha, (...) ‘Oh o filho do Helano, como ele ta, estudioso, trabalhando ta entendendo’. Eu me sinto realizado (...). (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Já Netuno resgata em sua fala que a paternidade foi realização de um sonho, contudo o participante traz em suas palavras resquícios de um discurso que se pauta no patriarcado. O desejo do pai em ter um menino é uma representação forte no imaginário popular, logo esta crença é influente na concepção masculina acerca da paternidade.

(...) a realização é porque era um sonho que eu tinha né, era um sonho que tinha de ter filhos (...) Mas no meu coração, o meu desejo mesmo era de ter um filho homem, né, meu filho homem, esse era o desejo de ficar, de colocar meu nome nele, tá entendendo, de poder ver ele crescer e me imaginar a minha figura nele, a minha personalidade nele. (...) me fez ser realizado nesse termo, esse termo de poder conhecer, de poder abraçar e de sentir e isso foi uma realização realmente, foi uma coisa gostosa, que isso aconteceu, eu me senti realizado. (Netuno, 37 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A história social da família abarca a grande influência do patriarcado nas representações de descendência. Na família patriarcal, o pai (*pater*) além de responsável absoluto pela família, era também responsável pela autoridade de sacerdote (*potifex*) e de juiz (*domesticus magistratus*). Perante estas atribuições, a descendência acontecia de varão a varão, deste modo à mulher era vista como mera partícipe. Então, a descendência era estabelecida por uma linhagem masculina, e os parentes eram determinados de acordo com o tronco ancestral dentro dessa linhagem (Cachapuz 2004). Contida dentro dos valores patriarcais, esta representação tornou-se influente na construção da masculinidade, podendo fundamentar falas como a de Netuno.

Um ponto de relevância verificado nesse estudo refere-se à diferença na experiência da parentalidade no homem e na mulher. A realização da paternidade no homem está ligada a concretude do filho, ao passo que na mulher ocorre muito antes dado à experiência

gestacional. Para os homens o nascimento do filho “realiza o amor de pai”, vê-se com isso a relação da paternidade com a materialidade. Pode-se então inferir que a função de pai principia, objetivamente, com o nascimento do filho, antes disso o pai é um mero participante.

As evidências de tais achados estão implícitas na fala de Hércules que segue:

(...) quando você ver que aquilo ali é verdade, que aquela criatura é sua cara inclusive, é sua cópia miniaturizada, aquilo ali transforma, realiza o amor do pai. Não é que não ame, ou que ame menos, mas a realização pra mulher é antes da realização pra o homem. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

4.1.1.5- Categoria 5: Limitações

Concluindo a Classe Temática I, na categoria 5 as concepções de paternidade estiveram relacionadas às dificuldades enfrentadas no exercício da função. Estas dificuldades foram consideradas entraves que complicam a experiência paterna, tornando-a um momento de difícil adaptação. Compondo esta categoria, emergiram duas subcategorias: pessoais, que corresponde a dificuldades enfrentadas a nível subjetivo; e materiais, que concerne a dificuldades de cunho mais objetivo.

A- Pessoais

Nem sempre a paternidade é vivenciada de forma eficaz, existem limitações pessoais que impedem o homem de atingir a paternidade ideal, ou seja, a paternidade que esteja de acordo com o que eles acreditam. As limitações pessoais dizem respeito a peculiaridades da vida masculina as quais impossibilitam o transcorrer satisfatório da experiência paterna. A

própria discrepância entre o real e o ideal se configurou como uma limitação pessoal a ser superada.

Eu já fui mais ou menos encaixando como eu estou longe de ser um pai assim exemplar como diz o ditado, né, porque tem muita coisa aí que eu poderia fazer, isso só quem faz mais é ela (a mulher), é ela, é ela. (Urano, 32 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Agora o que eu penso, não quer dizer que isso está acontecendo, eu procuro caminhar pra que isso aconteça. (Adônis, 34 anos, 3 filhos, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Inerente às falas de Urano e Adônis existe um sentimento de que seu papel poderia ser melhor desempenhado caso suas crenças fossem condizentes com o comportamento atual. Nesta perspectiva, o comportamento paterno real e ideal no que se refere ao domínio da interação social foi avaliado como discrepantes, em estudo realizado com casais. Os casais avaliaram que o ideal de interação social é significativamente superior ao real, e os homens relataram que deveriam ter um maior envolvimento com os filhos (Prado, Piovanotti & Vieira, 2007).

Particularmente, na fala de Urano, sua limitação em realizar atividades de cuidado com os filhos encontra-se sob a influência de normas de gênero. Ao afirmar que está longe de ser um pai exemplar, Urano reconhece que poderia fazer mais, contudo, imediatamente retrucou que quem faz é sua mulher. Como consequência disso, pode-se inferir que a limitação pessoal de Urano encontra-se em transpor as normas estabelecidas nas quais a própria mulher encontra-se submetida, passando também a dificultar a apropriação da

paternidade pelo pai, como deixa claro Urano em sua fala “*porque tem muita coisa aí que eu poderia fazer, isso só quem faz mais é ela, é ela, é ela*”.

Tendo em vista a transformação da vida masculina dado a vivência da paternidade, aspecto este já salientado na categoria 1, existem dificuldades concernentes a adaptação neste contexto. Na interação com os filhos exigem-se determinadas atitudes as quais o homem pode não dispor. O diálogo com a criança foi apontado pelos participantes como um fator de dificuldade na criação dos filhos:

(...) a dificuldade de se adequar a esse novo modo de vida que vai requerer uma dedicação de você, logo no início, e você talvez ache isso ruim. (...) dificuldade de criação, de conversar, dialogar, a conversa do filho é diferente da conversa do pai, eles tem um novo modo de pensar, e é difícil a gente explicar as coisas para o filho, conviver, educar nessa idade de cinco anos. (Homero, 37 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Homero expressa em sua fala a inadaptação com a interação pai-filho na primeira infância. Segundo este participante, nesta etapa do desenvolvimento infantil “*a conversa do filho é diferente da conversa do pai*”, ou seja, o adulto deve adequar-se às peculiaridades da infância, nisso evidencia-se o despreparo paterno no que se refere à educação infantil. Sobre a participação paterna no desenvolvimento infantil na primeira infância, Serôdio (2009) refere que o prazer sentido pelo pai no exercício paterno (gratificação parental) tem estreita relação com o desenvolvimento infantil, especificamente na forma como a criança se autoconceitua nas dimensões de aceitação dos pares, competência física e cognitiva. Deste modo, segundo esta autora, é importante a inserção do pai nos estágios iniciais da vida psíquica da criança, uma vez que a gratificação parental do pai no ato de cuidar favorece na construção de um autoconceito infantil mais seguro e positivo.

Ressalta-se que este suposto despreparo paterno pode estar relacionado com uma insegurança perante a função, haja vista que há expectativas quanto aos cuidados parentais nessa etapa. Neste sentido, a mulher acaba por se sobressair nesta função, sobretudo pelas crenças de divisão sexual do trabalho que dão à mulher a primazia em tal função.

A falta de conscientização masculina foi salientada como uma limitação do pai. O envolvimento paterno na família pode estar condicionado à conformidade do homem e da mulher ante ao estabelecido. Existe certa acomodação do homem no que se refere a mudanças de atitudes a qual é reforçada pela ausência de diálogo entre os cônjuges, como afirma Urano:

Por falta de diálogo, acredito. Não que eu corra, assim, ela não cobra de mim, ela faz e tal, (...) Aí quer dizer quando ela fala, quando ela fala, chega eu fico meio assim, mas eu relevo ali e pronto, continuo do mesmo jeito, eu não me conscientizei ainda (...) Só acomodação mesmo, sou acomodado mesmo, falta de interesse não sei porque mas é tipo uma falta de interesse. Eu não procuro buscar força de vontade pra, como eu tava falando cigarro agora pouco, a pessoa deixar um vício, largar um vício é só a força de vontade, não é remédio, não é nada, tudo está na mente da pessoa. A pessoa querendo a pessoa consegue, agora se a pessoa não der o primeiro passo, jamais nada vai acontecer. (Urano, 32 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

No seu dizer, Urano remeteu a questão das limitações ao campo cognitivo e comportamental. Segundo ele, não existe força de vontade para mudar, o comportamento pró-participação não é atingido por conta de acomodação. A analogia com o vício de fumar demonstrou que a adaptação a uma paternidade participativa representa um desafio na vida de Urano, uma vez que o mesmo é fumante e tentou algumas vezes deixar de fumar e não obteve tantos sucessos. Ao afirmar “*largar um vício é só a força de vontade, não é remédio, não é*

nada, tudo está na mente da pessoa”, Urano coloca a questão da paternidade participativa como algo a ser conquistado, possivelmente pela superação de valores que se encontram enraizados em sua história de vida. Existe um pensamento, um conhecimento, “*tudo está na mente da pessoa*”, existe um pai ideal que não condiz com o real. Para se atingir esse pai real tem que haver mudanças de comportamentos os quais o próprio pai ainda não alcançou.

B- Materiais

Foram apontadas questões objetivas no processo paterno as quais designam também limitações. Desta maneira, o trabalho foi indicado como o grande fator limitador de uma boa atuação do papel paterno. Na visão dos pais entrevistados, o pai trabalhador é impossibilitado de se envolver mais afetivamente com os filhos, dado a sua condição de estar grande parte do seu tempo externo à família. Esta condição foi apontada por Atreu como motivo para o filho preferir o cuidado materno em detrimento ao cuidado paterno.

(...) devido ao meu trabalho, eu tô falando por mim, eu acho que fico devendo a meu filho, tá entendendo. Atividade acompanhada até mesmo quando meu filho vai sair só comigo, quer levar a mãe. E quando vai sair só com a mãe, nem pergunta se eu quero ir, entendesse, devido o convívio que tem mais com a mãe. (Atreu, 34 anos, 1 filho, 6 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Ainda me vejo na necessidade de avançar. Vejo a mãe com muito mais carinho e atenção, dedicação do que da minha parte. Talvez seja por conta do trabalho, do corre-corre, do dia-a-dia e ela está mais em casa. Talvez já tenha passado uma fase que eu tivesse mais presente quando ela trabalhava e eu ficava em casa cuidando dele. (Homero, 37 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A dificuldade de não dispor de tempo útil para os filhos acaba por afastar o pai das atividades de cuidado e, ainda, reforça o convívio da mãe com o filho. Como consequência deste fato o pai acaba por se sentir marginalizado do processo. Corroborando este achado, em pesquisa com famílias, Romanelli (2003) observou que os relatos dos filhos associaram a intimidade, a expressão de afeto, emoções, temores e dúvidas, à figura materna; enquanto o pai foi visto como alguém distante cuja intimidade é difícil. Foi apontada a quantidade de tempo fora de casa, vivido pelo pai, como justificativa para essas representações.

Implicitamente, foi perceptível nas falas anteriores que ao pai é imposto a condição de estar externo e isso consiste também uma necessidade, inclusive para o filho. Portanto, o pai vive a paternidade sob o viés de um impasse, trabalhar e estar presente em casa. O trabalho então representa uma limitação material que afasta o pai de sua atuação ideal.

Acerca disso, Viera e Souza (2010) apontam que o equilíbrio foi representado como característica importante na concepção de paternidade. Para os pais estudados por essas autoras, na atuação da paternidade deve existir um equilíbrio que envolva responsabilidade, cuidado, carinho, compreensão, orientação e educação, todos estes elementos estão vinculados, foram vistos como condições para ser um “bom pai”.

Não obstante, foi percebido avanços que apontam perspectivas de transformação no que se refere especificamente em ser um pai participativo, envolvido com a família e com os filhos, tido como “novo pai” na ótica de estudos atuais (Silva & Piccinini, 2007; Monteiro, Veríssimo, Sanos & Vaughn, 2008; Cia & Barham; 2009; Serôdio, 2009). No fragmento da fala de Homero, ele relata “*Talvez já tenha passado uma fase que eu tivesse mais presente quando ela trabalhava e eu ficava em casa cuidando dele*”, esta afirmação expõe que nem sempre Homero esteve apartado da família, na atualidade ele assim se encontra devido às demandas materiais que lhe impulsionam para tanto. Novamente verifica-se o trabalho como

uma limitação material, porém não mais imposta apenas ao homem, é uma necessidade material da família, uma demanda necessária. O que não quer dizer, necessariamente, que o homem não esteja cumprindo um papel de participação intrafamiliar.

As limitações podem estar envolvidas com habilidades práticas de cuidados domésticos infantis as quais os pais não dispõem normalmente. Acerca disso Hefesto delimitou sua fala logo abaixo. Mesmo sob uma perspectiva de participação, o homem-pai ainda experimenta na sua vivência complicações que encontram base no que fora instituído enquanto sendo atividade de homem ou de mulher na divisão sexual do trabalho dentro da família. Mesmo havendo um esforço por parte do homem em se mostrar atuante e participativo, o estigma da diferença sexual parece prevalecer tornando o processo mais complicado.

Aí coloco a fralda, coloco ele pra dormir, porque assim ela (a mãe) gosta bastante de dividir. Dar banho nele eu não dou banho, porque ela que sabe dar banho, pegar e certas coisas. (...) tem coisa que eu não faço, que eu não tenho jeito, quando ele faz 'cocô' pra limpar. (Hefesto, 38 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Quando relata “*eu não tenho jeito*”, Hefesto ainda transparece valores de uma masculinidade hegemônica que reforça a dominação masculina restringindo o homem ao externo. Entretanto, o comportamento de dividir as tarefas com a esposa o coloca num perfil de transformação da identidade paterna.

4.1.2- SAÚDE REPRODUTIVA

4.1.2.1- Categoria 1: Pré-natal

Sabe-se que a gravidez é tida como um momento significativo na vida do casal o qual requer determinados cuidados e que trará mudanças importantes para a organização familiar. A assistência pré-natal é um dos cuidados imprescindíveis no que refere à saúde reprodutiva, trata-se de cuidados de saúde despendidos à mulher na gestação e no parto cujo intuito maior é a redução da morbimortalidade materno-fetal. Os exames clínicos e laboratoriais antes do parto, e a adequada assistência no parto podem evitar situações de risco que dão margem a morbimortalidade. Estes seriam alguns dos fundamentos por onde sustenta a assistência pré-natal (Cesar, Mendoza-Sassi, Gonzalez-Chica, Mano & Goulart-Filha, 2011).

Naturalmente, os cuidados do pré-natal são ofertados a mulher, esta representação subjaz o imaginário social no que se refere ao pré-natal. Entretanto, o homem enquanto pai faz parte do processo reprodutivo. No campo da saúde reprodutiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que toda pessoa têm direitos reprodutivos próprios que devem ser resguardados (Ventura, 2009; Siqueira, 2000), nisso convém referir a importância do pai no processo de saúde reprodutiva como sujeito atuante, sobretudo no pré-natal. Dessa forma buscou-se entender as concepções que os participantes tinham acerca do pré-natal. Nesta perspectiva, a categoria 1 aqui apresentada traz explícitas estas concepções, sendo subdividida em quatro subcategorias, a saber: acompanhamento, prevenção/ cuidado, exames clínicos e preparação parto.

A- Acompanhamento

Para os pais participantes, o pré-natal esteve associado ao acompanhamento médico destinado exclusivamente à mulher durante a gestação cujo objetivo maior é a saúde e desenvolvimento do bebê. A maioria dos participantes assim se referiu:

É um acompanhamento médico que as mulheres têm quando estão gestantes pra ver como é que está o desenvolvimento da criança e o acompanhamento todinho, (...).

(Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

Um acompanhamento da gestante, pra ver como está a criança, se está bem, se está precisando de alguma coisa, se está com algum problema. (...) Ver o batimento do menino, do coração, saber como está o peso, se está desenvolvendo bem, crescendo.

(Pílades, 27 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

Como se vê, o pré-natal foi concebido exclusivamente como um processo de acompanhamento médico na gestação. O foco do pré-natal é a mulher e o bebê, esses são os protagonistas. Percebe-se, com isso, uma representação natural baseada nas diferenças de sexo instituídas. A mulher enquanto responsável pela reprodução, naturalmente, está associada em qualquer processo a que se refira à gravidez. Implícito nas falas observa-se um discurso voltado para a centralização feminina no que se refere à saúde reprodutiva, conseqüentemente, um afastamento do homem nessa dimensão.

O pré-natal enquanto fase inicial de processo reprodutivo já é concebida com a figura paterna apartada da reprodução. A fala de Hefesto resgata fielmente esta crença pré-estabelecida.

O pré-natal é a fase inicial, a fase mais importante da mulher, (...) o acompanhamento que tem que haver para a mulher, (...) Então você tem que ter o cuidado de procurar

um médico que acompanhe ela (...). (Hefesto, 38 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Segundo a fala de Hefesto, o homem deve dar suporte ao processo, providenciando um bom acompanhamento médico, por exemplo. Não existe na fala evidências de uma relação do pré-natal com o homem a não ser no que se refere a providências mais objetivas. Neste sentido, o que se espera da presença masculina na assistência pré-natal é a disponibilidade em oferecer recursos que favoreçam a eficácia no acompanhamento.

A concepção de pré-natal formulada por alguns participantes foi construída a partir de conjecturas, o que leva a corroborar mais uma vez o quão o pré-natal não corresponde a um momento de participação masculina. Enfocando as percepções e experiências masculinas acerca do pré-natal e parto, Oliva, Nascimento e Espírito Santo (2010) perceberam que o conhecimento masculino acerca do pré-natal decorria da experiência da parceira e não de uma vivência própria, nesse sentido é um conhecimento genérico, sem evidência das especificidades do processo. As falas de Atreu e Urano tornam concreta a existência dessa realidade:

(...) é um acompanhamento da gravidez, a mãe ter que ir com frequência no médico, acho que todo mês né. Mas o que faz lá no Pré-Natal eu não tenho conhecimento. (...).
(Atreu, 34 anos, 1 filho, 6 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Pré-Natal é um acompanhamento que a mulher tem, eu penso assim, um acompanhamento que quando a mulher, ela está grávida vai periodicamente acompanhando (...) pra ver se a criança está se formando direitinho, faz a ultrassonografia, tudo eu penso assim, deve ser isso. (Urano, 32 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Foi contemplada ainda pelos pais participantes uma visão de pré-natal não apenas voltada para o acompanhamento médico de cuidados com o físico, mas também o atendimento a demandas psicológicas. Portanto, em sua fala, Hefesto reconhece o pré-natal como um “acompanhamento médico mais rigoroso”, ou seja, seria um acompanhamento que contempla várias dimensões do processo gestacional, desde o físico até o emocional. Entretanto, esta forma de enxergar não foi comum na maioria dos participantes.

Por isso o pré-natal é importante porque você tem que trabalhar o emocional pra preparar porque as vezes quando você tem criança, você tem até como se fosse um estresse, você fica chorando, com raiva, a gente foi trabalhar bastante isso na segunda gravidez., o emocional, o acompanhamento médico mais rigoroso. (Hefesto, 38 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Este aspecto salientado por Hefesto representa uma concepção mais atual de pré-natal, uma vez que a assistência pré-natal, tendo sido originada no século XIX com a interferência do Estado nas questões pré-natais, tinha o objetivo de favorecer o desenvolvimento de bebês saudáveis com vias de redução dos índices de mortalidade infantil (Piccinini, Carvalho, Ourique & Lopes, 2012). Atualmente, estes objetivos permanecem, porém com o acréscimo dos atendimentos a questões emocionais durante o pré-natal, parto e puerpério, sugere-se então uma atenção pré-natal e puerperal qualificada e humanizada, assim preconiza o Ministério da Saúde (Brasil, 2005).

Apesar da preocupação em se focar questões emocionais no acompanhamento pré-natal, ainda não existe uma prevalência destas questões quando os sujeitos se referem ao pré-natal. Em estudos da literatura sobre concepções e percepções do pré-natal formuladas por mulheres gestantes e puérperas (Piccinini, Carvalho, Ourique & Lopes, 2012; Duarte & Andrade, 2008; Landerdahl, Ressel, Martins, Cabral & Gonçalves, 2007), observam-se a

concepção do pré-natal envolve a ideia de acompanhamento médico do processo gravídico-puerperal, bem como de prevenção de possíveis problemas para a mãe e o bebê. Segundo Duarte e Andrade (2008), esta ótica denota que as concepções sobre o pré-natal foram construídas sob uma abordagem estritamente biologicista e médica, onde existe uma centralização nas mãos dos profissionais que são responsáveis pela assistência. Além disso, é importante ressaltar a ausência de estudos científicos que enfoquem as concepções de homens-pais acerca do pré-natal o que demonstra a centralização dessa temática ao feminino e corrobora a existência de estereótipos de gênero na questão do cuidado em saúde reprodutiva.

B- Prevenção/ Cuidado

Inerente ao processo de pré-natal existe o compromisso com a prevenção de doenças ou complicações que venham atrapalhar o transcorrer da gestação e, conseqüentemente, o parto. O Ministério da Saúde (MS) orienta que a assistência pré-natal tenha um caráter preventivo tendo em vista que objetiva identificar, tratar ou controlar patologias; prevenir dificuldades na gestação e parto; garantir a saúde materna e o desenvolvimento fetal; reduzir a morbimortalidade materno-fetal e preparar o casal para o exercício da parentalidade (Rodrigues, Nascimento & Araújo, 2011).

Com base nesses pressupostos, os participantes conceberam o pré-natal encoberto pela ideia de prevenção e cuidado tal qual é ressaltado pelo protocolo do Ministério da Saúde, nestes termos se expressaram:

O Pré-Natal é importante pra mulher. (...) Porque você vai prevenir qualquer doença que venha pra uma criança, até mesmo pra o pai, porque inclusive se vier algum defeito, pode até ser corrigido dentro da barriga da mãe. (...) Isso é muito importante

pra mulher. (Héracles, 37 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

O cuidado necessário e obrigatório que a mãe gestante deve ter com o bebê. Saber de antemão se tem algum problema, se ela tá precisando de alguma vitamina, fazer algum exame clínico ou fazer algum tratamento para que isso não venha afetar o bebê. Ter a noção de como o bebê tá, se ele vai nascer perfeito se não vai, o pré-natal adianta muita coisa para a mãe. Ela tem uma noção geral (...). (Mercúrio, 28 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Nas falas supracitadas existe uma forte preocupação com o desenvolvimento saudável do bebê, uma preocupação que se manifesta inclusive pelo medo de que o feto venha a desenvolver alguma deficiência ou distúrbio. O pré-natal então parece funcionar de fato como um mecanismo de prevenção cujo intuito maior é a detecção de prováveis problemas de saúde fetal e o tratamento precoce dos mesmos no sentido de reverter a situação, isso se manifesta mais fortemente quando Héracles diz *“Porque você vai prevenir qualquer doença (...) inclusive se vier algum defeito, pode até ser corrigido dentro da barriga da mãe”*. E se confirma quando Mercúrio relata *“Saber de antemão se tem algum problema, (...) fazer algum tratamento para que isso não venha afetar o bebê”*.

Conforme visto, no pré-natal há grandes expectativas no que se refere à saúde do futuro filho, todo processo pré-natal é realizado em vias de uma boa saúde do bebê.

Pré-Natal é bom, pra ver se o menino está se sentindo bem, lá dentro. Saber se ele tem algum risco nascer com alguma doença. (Proteu, 28 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

(...) pré-natal eu digo que é um cuidado prévio de repercussões futuras da saúde dele (filho), (...) Mas eu acho que isso é muito importante e precisa ser feito. (Deméter, 36 anos, 1 filho, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Cuidar pra não nascer com deficiência, (...) pra saber se a criança vai nascer saudável essas coisas. (Alfeu, 31 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Neste ponto, reconhece-se o pré-natal enquanto uma intervenção em saúde fundada numa perspectiva biomédica onde se privilegia a saúde em detrimento a doença, não havendo espaço, portanto, para os fatores emocionais que estão implicados (Duarte & Andrade, 2008). A relação saúde-doença parece permear as falas dos participantes, há um favorecimento da saúde como a ausência de doenças, deste modo no pré-natal busca-se a saúde da criança a partir da prevenção de doenças. Estas concepções se estruturam no modelo biomédico de saúde e no fenômeno da medicalização, considerados hegemônicos na área de saúde.

O modelo biomédico ou mecanicista teve influência do cientificismo do século XVII cuja principal característica era a visão mecanicista e reducionista do homem e da natureza, desta forma o corpo humano passou a ser compreendido como uma máquina que funcionava ordenadamente sob um processo racional. Nesta perspectiva, a doença era vista como desordenamento temporário, e em contrapartida a saúde consistia no reordenamento do funcionamento da “máquina” (Albuquerque & Oliveira, 2002). Daí a saúde ser conceituada como ausência de doenças, conceito este que ainda prevalece em meio ao campo da saúde.

Como consequência do modelo biomédico ocorreu o fenômeno de medicalização o qual consistiu na “crescente e elevada dependência dos indivíduos e da sociedade para com a oferta de serviços e bens de ordem médico-assistencial e seu consumo cada vez mais

intensivo” (Barros, 2002, p. 77). Estes fatos acabaram por deturpar os conceitos de saúde e doença, e supervalorizar os cuidados médicos como forma de se obter saúde. No que se refere ao campo da saúde reprodutiva, dado esta realidade histórica, Barros (2002, p. 77) afirma que “o manejo da gravidez e do parto como se fosse uma ‘doença’ e, por isto mesmo, requerendo atenção permanente do aparato médico, é um bom exemplo de algo fisiológico que é ‘medicalizado’”. O tratamento medicamentoso e cirúrgico dado na assistência hospitalar no momento do parto transformou o parto de um evento fisiológico para um evento patológico, tal realidade acabou por institucionalizar este momento (Crizóstomo, Nery & Luz, 2007) dando reforço a uma abordagem intervencionista em saúde reprodutiva.

C- Exames clínicos

Compondo essa visão biomédica e medicalizada que centraliza o saber médico e a prevenção em saúde (Albuquerque & Oliveira, 2002; Barros, 2002), na presente pesquisa o pré-natal também foi mencionado como realização de exames clínicos, um momento caracterizado por uma intensa avaliação clínica e laboratorial que se faz necessária por conta da gravidez e da futura saúde do bebê. Neste sentido, nas falas dos participantes abaixo, ao pré-natal relacionam-se exames clínicos e laboratoriais:

Pré-Natal é ir pra o médico, fazer exames, fazer ultrassom, tirar pressão, essas coisas, entendeu. (Heitor, 34 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

(...) exames de sangue, vários exames de sangue, inclusive de HIV, teve outros vários tipos de exames, na segunda gestação ela teve (...) Questão de fazer exames, indicar

algum remédio, nessa área assim. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) era o acompanhamento, eram os exames que faziam, entendesse, nesse sentido...

Para que ela tivesse sempre uma relação saudável, ter esse acompanhamento.

(Orestes, 43 anos, 1 filho, 5 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Numa dimensão preventiva, além das consultas presenciais que já dispõem de exames físicos gerais (peso, altura, pressão arterial, frequência cardíaca, etc) e de exames gineco-obstétricos (exame de mamas, palpação obstétrica, medida da altura uterina, ausculta dos batimentos cardíacos fetais, toque vaginal, etc), o ministério da saúde orienta que o pré-natal contemple exames complementares os quais devem ser solicitados na primeira consulta, assim encontra-se disposto no manual técnico de pré-natal e puerpério, a saber: dosagem de hemoglobina e hematócrito (Hb/Ht); grupo sanguíneo e fator Rh; sorologia para sífilis (VDRL): repetir próximo à 30ª semana; glicemia em jejum: repetir próximo à 30ª semana; exame sumário de urina (Tipo I): repetir próxima à 30ª semana; sorologia anti-HIV, com o consentimento da mulher após o “aconselhamento pré-teste”; sorologia para hepatite B (HBsAg, de preferência próximo à 30ª semana de gestação); sorologia para toxoplasmose (IgM para todas as gestantes e IgG, quando houver disponibilidade para realização) (Brasil, 2005).

Além dos exames citados, rotineiramente, o exame de ultrassonografia pode ser solicitado com o intuito maior de determinar a idade gestacional e detectar gestações múltiplas e malformações fetais (Brasil, 2005). Diante disso, a gama de exames realizados ao longo do pré-natal parece ser um fator influente na representação do pré-natal, justificando,

portanto o pré-natal ser concebido como um período de intensa avaliação clínica e laboratorial.

Mesmo não participando efetivamente da assistência pré-natal, os participantes supracitados salientaram de forma recorrente os exames realizados por suas parceiras como expressão do pré-natal. Quando esta representação é acrescida às de acompanhamento médico e prevenção/ cuidado já abordadas nas subcategorias anteriores, tem-se uma concepção tradicional de pré-natal fundada numa visão intervencionista de saúde. Percebe-se então a influência dos modelos de saúde desenvolvidos ao longo da história os quais fundamentam as atitudes e comportamentos das pessoas frente aos cuidados de saúde.

D- Preparação parto

A iminência do parto pode trazer expectativas para o casal. Tais expectativas podem ser suavizadas caso ocorra uma preparação adequada para a vivência da parentalidade. Deste modo, além dos cuidados preventivos no que se refere à saúde materno-infantil na gestação, o pré-natal foi citado como uma preparação para o parto. Faz-se necessário o pré-natal para que se tenha eficácia no parto, e para que ocorra uma boa adaptação familiar com o nascimento da criança:

(...) eu acho e acredito que pré-natal tem alguma coisa assim, com nascimento. Então é uma preparação, toda uma preparação, envolvendo mulher e homem, ou seja, marido e esposa (...) Pra o parto, né. Para a vinda de uma criança, né. Tudo isso aí.

(Netuno, 37 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Tirando as atividades médicas, ambos (homem e mulher) se preparam para esse momento. (...) é o pré-nascimento da criança. (...) é a preparação para o nascimento

da criança. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

As falas de Netuno e Hércules resgataram um fator que complementa os cuidados preventivos, nelas o pré-natal foi visto além desses cuidados. Foi apresentada uma preocupação com aspectos que necessariamente não se referem apenas aos cuidados preventivos e, por isso, representam uma visão mais integrada e humana do pré-natal onde há participação feminina e masculina. Ao afirmarem que o pré-natal consiste na preparação para o parto ambos os participantes incluem no processo tanto o homem quanto a mulher, ou seja, inerente ao processo de pré-natal encontra-se a participação da mãe e do pai. Ademais foram referidas outras demandas que compõem a referida preparação as quais demonstram o compromisso com aspectos emocionais que subjaz a assistência pré-natal. Jasão assim se expressou:

(...) é a preparação pra chegada do meu filho, do filho. Tanto na preparação da parte da saúde, quanto na parte amorosa. A pessoa já vai preparando o quartinho, preparando o berço, preparando roupinha, preparando tudo pra chegada de um bebê.

(Jasão, 27 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Instituído com o objetivo de reorganizar a assistência obstétrica de forma a oferecer um atendimento comprometido com a totalidade do ser humano, o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) defende que no processo de pré-natal deve-se fornecer esta preparação total a qual se referiram os participantes citados. Dentre os princípios fundamentais da atenção perinatal a Organização Mundial de Saúde (OMS) orienta que: não dever ser “medicalizada”, ou seja, as intervenções médicas devem se fazer quando necessárias; deve ser integral e levar em conta necessidades intelectuais, emocionais, sociais e culturais das mulheres, seus filhos e famílias, e não somente um cuidado biológico; deve estar

centrado nas famílias e ser dirigido para as necessidades não só da mulher e seu filho, mas do casal; ser apropriado, tendo em conta as diferentes pautas culturais para permitir lograr seus objetivos (Brasil, 2005).

Estas orientações se sustentam num novo conceito de saúde que contraria o modelo biomédico, nele a saúde não se restringe a inexistência de doenças, mas sim se relaciona a garantia de uma vida plena sem privações. A relação saúde-doença contempla dimensões subjetivas, portanto são determinadas historicamente. A saúde então tem implicações multidimensionais que extrapolam o campo biológico e adentram questões ambientais e políticas, estilos de vida, relações sociais e culturais, serviços de saúde, dentre outras; as quais são vistas como determinantes de saúde (Scliar, 2007; Minayo, Hartz & Buss, 2000). Alguns conceitos são derivados desta nova forma de enxergar a saúde, a saber: a promoção de saúde e a qualidade de vida, bem o próprio a própria humanização. Acerca da promoção de saúde, afirma-se que está relacionada “à potencialização da capacidade individual e coletiva das pessoas para conduzirem suas vidas frente aos múltiplos condicionantes da saúde” (Backes, Rosa, Fernandes, Becker, Meirelles & Santos, 2009, p. 113). Já no que refere à qualidade de vida entende-se que como uma “noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial” (Minayo, Hartz & Buss, 2000, p. 8).

Diante disso, no que se refere à subcategoria preparação parto, diferente das demais subcategorias, foi perceptível uma concepção de pré-natal voltada para uma visão mais integral de saúde a qual se aproxima de novos modelos de saúde, bem como da proposta de assistência pré-natal humanizada preconizada pelo Ministério da Saúde. Contudo, ressalta-se que esta perspectiva ainda é minoria nas concepções masculinas sobre o pré-natal, tendo em

vista que a maioria dos pais participantes compreende o pré-natal sob o viés do modelo biomédico.

4.1.2.2- Categoria 2: Pré-natal Masculino

Uma vez compreendida as concepções masculinas acerca do pré-natal, buscou-se investigar os significados frente a uma nova proposta de intervenção em saúde, o pré-natal masculino. Implantada em 2008 pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNASH tem como objetivo geral promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade masculina, através do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde. No que se refere, especificamente, a saúde reprodutiva essa política pública objetiva estimular a implantação e implementação da assistência em saúde sexual e reprodutiva, no âmbito da atenção integral à saúde (Brasil, 2008).

Em conformidade com esse objetivo específico, o pré-natal masculino caracteriza-se como uma estratégia de intervenção em saúde junto à população masculina cujo intuito maior é o acompanhamento médico do homem concomitante a realização do pré-natal feminino, principalmente no que se refere a exames preventivos. Atualmente, o Ministério da Saúde reforça o incentivo por parte dos profissionais de saúde na adesão masculina ao pré-natal masculino. Algumas ações têm sido realizadas no sentido de promover esta estratégia, a exemplo de Várzea Paulista e Campinas/SP, que realiza o pré-natal masculino e oficinas educativas com pais para estimular o cuidado masculino com os bebês; em São José do Rio Preto/SP onde o pré-natal masculino está prescrito em lei municipal; e no Rio de Janeiro onde

são promovidas ações junto aos profissionais de saúde com o intuito de estimular pais no autocuidado em saúde e no cuidado com a saúde da família (Benazzi, Lima & Sousa, 2011).

No que se refere ao pré-natal masculino, os participantes da presente pesquisa não o conheciam, inclusive estranharam a expressão o que denota a relação do pré-natal com o âmbito feminino, confirmando o discurso implícito das relações de gênero. Apesar do suposto desconhecimento acerca do pré-natal masculino, os participantes expressaram representações, neste sentido como subcategorias emergiram: orientação paterna, saúde masculina e preparação psicológica. É importante salientar que alguns participantes se recusaram expressar alguma representação justificando total desconhecimento do assunto, portanto tinham medo de errar no significado.

A- Orientação paterna

Para os participantes o pré-natal masculino esteve relacionado com o repasse de informações referentes ao desenvolvimento da gestação e do parto, bem como aos cuidados com o bebê. A orientação paterna se faz necessária no contexto da saúde reprodutiva como forma de inserir mais o homem, no sentido de ajuda-lo a proceder diante de situações novas que advém da reprodução as quais o homem não sabe lidar. Isso foi evidente na opinião dos participantes abaixo:

O pré-natal masculino assim é pra orientar o procedimento, como é que vai ser esse futuro bebê, né? Pra preparar o pai, como é que é trocar fralda, como é que é a gravidez da mulher, como você deve acompanhar, qual o procedimento que você deve tomar quando essa criança nascer. Acho que isso é mais como uma orientação para o homem porque como a maior parte dos homens ou foi criado, ou a sociedade criou

como algo machista (...) Acho mais uma orientação. (Hefesto, 38 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

(...) seria também, cumprir essas orientações que o médico passa diretamente a mulher e o marido teria também vamos dizer assim, seguir as orientações né, então ele fazendo esse pré-natal em conjunto com ela, não somente ela indo no médico, não somente ela tendo que fazer as atividades relacionadas ao pré-natal, eu acho que o pré-natal também, caia nesse sentido de que ele acompanhe ela durante todo esse processo. (Teseu, 30 anos, 1 filho, 10 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

As concepções de pré-natal masculino formuladas por Hefesto e Teseu demonstraram o quanto à participação do homem ainda é algo pensado. O homem ainda se percebe fora da esfera reprodutiva. O fato de pensar o pré-natal masculino como orientação paterna confirma esta realidade. O pai não se vê atuante no se vê conhecedor das informações pertinentes ao pré-natal da mulher, necessitando de orientações de como proceder. Isso fica claro na fala de Teseu quando relata “*cumprir essas orientações que o médico passa diretamente a mulher e o marido teria também vamos dizer assim, seguir as orientações*”, para Teseu as orientações relacionadas ao pré-natal e parto são repassadas para a mãe, contudo o pai também deve seguir essas orientações. Por sua vez, Hefesto relembra a influência dos papéis sociais de gênero como justificativa dessa necessidade de orientação paterna no processo de reprodução, assim ele relata “*Acho que isso é mais como uma orientação para o homem porque como a maior parte dos homens ou foi criado, ou a sociedade criou como algo machista*”.

Ainda acerca dos papéis de gênero, a fala de Eros transparece a ideia que os cuidados com o bebe, naturalmente, são típicos da maternidade; em contrapartida o homem teria que

aprender esses cuidados. Eros reconhece que a participação do homem na reprodução precisa ser aprendida e depende da vivência de cada pessoa, por isso a necessidade de uma preparação. No entanto, Eros ressalta uma preparação mais objetiva, uma “*preparação técnica*”, como se percebe logo abaixo.

Talvez fosse um período de preparação, (...) Aquilo que diz respeito às tarefas, às atividades que o pai pode aprender né, mulher de certa maneira já tem, coisa mais natural, o homem ainda tem... Eu tive que aprender a dar banho, trocar fralda, se bem que trocar fralda não foi muito um desafio tão grande porque já tinha passado por isso, até com primos, isso tudo. Mas eu acho que seria isso, fazer também uma preparação técnica assim, pras atividades que vão chegar dos dois. (Eros, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Essa percepção do cuidar enquanto natural à mulher é apontado por Badinter (1985) como “instinto materno” e consiste na crença que a mãe por excelência domina o papel de educadora e cuidadora, por existir em sua essência um instinto que lhe impulsiona para tanto. Nessa perspectiva, o mito da mãe perfeita, ou seja, aquela mãe que devota amor e sacrifício natural pelos filhos, e que se vê realizada nas tarefas da maternidade é citado por Azevedo e Arrais (2006) como uma crença tradicional ligada a figura materna. Dessa forma, culturalmente, compreende-se que as representações da maternidade sejam fieis as ideias de “instinto materno” e “mãe perfeita”, conforme emergiu nas falas de alguns participantes.

B- Saúde masculina

Ao pré-natal masculino foi atribuída a ideia de cuidados com a saúde masculina. Embora não tenha sido tão recorrente, alguns participantes resgataram em suas falas a falta de

cuidado do homem no que se refere a sua saúde e com base nesse pressuposto atribuíram ao pré-natal masculino o papel de cuidados integrais em saúde:

Eu nunca tive um cuidado em pensar, por exemplo, meu pré-natal masculino, (...) Eu tenho cuidado, tenho certos cuidados, não tenho todos. Tem hora que você não consegue se controlar. (...) Cuidados com o homem, cuidados com a saúde, cuidados físicos, biológicos, cuidados com a saúde sim. (Alcioneu, 35 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Um ponto de relevância que fundamenta a PNAISH (2008) e que corrobora estudos da literatura, foi relatado na fala de Alcioneu “*Eu tenho cuidado, tenho certos cuidados, não tenho todos. Tem hora que você não consegue se controlar*”. Este participante admite sua limitação em não cuidar da própria saúde afirmando não dispor de todos os cuidados, deste modo abstrai o pré-natal masculino como uma forma de se obter a integralidade dos cuidados de saúde. A literatura indica que a falta de procura do homem pelos serviços de saúde se concentra num sentimento de invulnerabilidade que se pautam em questões de gênero construídas no decorrer da socialização (Gomes, Nascimento & Araújo, 2007). Faz parte do masculino o sentimento de invulnerabilidade, força e virilidade, características estas que se aproximam da masculinidade hegemônica (Connell, 1995) e por isso são incompatíveis com a fraqueza e insegurança comuns à feminilidade. Dentro dessa lógica, procurar assistência de saúde é mostrar-se vulnerável, fraco e inseguro, é não admitir a masculinidade. Como consequência dessa conjuntura, os cuidados do homem com a saúde são limitados, é comum ao homem a procura por serviços de saúde em situações extremas quando a saúde já se encontra comprometida, por essa razão estudos atuais indicam a ausência do homem em serviços de atenção primária onde se realizam cuidados preventivos (Couto, Pinheiro,

Valença, Machin, Silva, Gomes, Schraiber & Figueiredo, 2010; Gomes, Moreira, Nascimento, Rebello, Couto & Schraiber, 2011).

Particularmente, nas falas de Ajax, Apolo e Alfeu descritas a seguir, o pré-natal masculino esteve envolto pela ideia de cuidados em saúde sexual e reprodutiva masculina, principalmente no que concerne a prevenção.

Eu acho que deve ser quase a mesma coisa, eu acho que deve ser um termo diferente, deve ser no caso de... Sobre óvulos, os óvulos não, se os espermatozoides masculinos são fecundos ou se não são, é mais ou menos isso? (Ajax, 42 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, participante do pré-natal)

Creio que é o acompanhamento pra o homem, como diz, exame de doenças pra que não venha ter uma contaminação pra uma criança, evitar prevenir qualquer tipo de coisas desagradáveis, vamos dizer assim, né. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Não tenho a mínima ideia. (...) Se cuidar em ter relação (sexual) essas coisas? (Alfeu, 31 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Parece não existir uma compreensão clara, mas os participantes tentam dimensionar o pré-natal masculino na assistência à saúde do homem. Mesmo sem entender direito, Ajax tenta assimilar o pré-natal masculino através do pré-natal feminino, deste modo situa sua representação no campo da saúde reprodutiva, e assim se expressa “*Eu acho que deve ser quase a mesma coisa, eu acho que deve ser um termo diferente*”. Ajax abstrai o pré-natal a partir dos cuidados com a reprodução, para ele o pré-natal masculino tem haver com a avaliação da fertilidade masculina, “*se os espermatozoides masculinos são fecundos ou se*

não são, é mais ou menos isso?”. Por fim, Alfeu complementa concebendo a ideia de pré-natal masculino aliada a cuidados com a saúde sexual.

C- Preparação psicológica

Enquanto acompanhante natural da assistência pré-natal o homem-pai necessita de atenção psicológica para que possa estar junto à mulher, bem como se capacitar para a paternidade presente. Dessa forma, o pré-natal masculino foi associado a preparação psicológica para o exercício da paternidade, como afirmam Jasão e Helano:

Preparação do pai pra ajudar a mulher, ela está indo no médico e vai (...) É uma preparação do psicológico pra ser pai. Não consigo definir como seria, mas seria mais ou menos. (Jasão, 27 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Pode ser um acompanhamento pro homem, de um psicólogo pro pai, pra poder ajudar a lhe dar com o filho, ou até ou... Sei lá alguma coisa dessa área assim? (Helano, 26 anos, 1 filho, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

A representação dos participantes acerca do pré-natal masculino foi construída em função do pré-natal feminino, o homem precisa se preparar psicologicamente para “ajudar” a mulher e, por sua vez, o filho. A paternidade na visão masculina é concebida naturalmente como apoio, auxílio, suporte ou ajuda à maternidade. Este achado corrobora o caráter relacional existente nas questões de gênero tal qual afirma a literatura (Hennigen & Guareschi, 2002; Teixeira, 2005), ou seja, não há como pensar o mundo das mulheres apartado do mundo dos homens, ambos coexistem numa dinâmica social, a experiência de um sexo demanda mudanças no outro. Esta forma de compreensão é o cerne do estudo das

relações de gênero que busca compreender as transformações nas relações sociais entre o masculino e o feminino (Arihla, Unbehaum & Medrado, 1998).

Os participantes a todo o momento procuram justificar a presença do homem junto à assistência pré-natal, dessa forma sempre buscaram firmar sentido do pré-natal masculino observando a vivência materna feminina. A fala de Hipólito confirma esse dado:

(...) eu nunca ouvi essa história não. Assim, bom com a mulher avalia ter um cuidado de ver suas medidas, saber de como está o bebê é um acompanhamento da mãe durante a gestação, acredito que seria a mesma coisa com pai, só que de outra forma. Um acompanhamento mesmo, mais psicológico, já que ele não tem a questão física, com ela, apesar de ter por ai maridos que sentem enjoos isso aí e outras coisas mais, muda-se a rotina também, mas acho mais no sentido psicológico da coisa, de você... De pensamento dessa questão assim. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Por último, na fala de Urano, percebe-se expressões que dão indícios das transformações da identidade paterna no mundo contemporâneo, sobretudo no que se refere a saúde reprodutiva. Urano reconhece a participação do pai no contexto de pré-natal como de “extrema importância”, defende que o pai deve ser fazer presente para “receber conselhos”, supostamente, para se integrar melhor ao processo. Essas afirmações confirmam um perfil de pai mais participativo, característica comum ao “novo pai” já referenciada pela literatura. Abaixo segue a fala de Urano.

Assim quando a mulher for pra o Pré-Natal o homem é quase que assim, obrigatório a presença dele, é de extrema importância a presença dele pra ele escutar também e receber conselhos, pode ser isso, eu penso que pode ser isso, não sei se é, mas eu

penso que pode ser. (Urano, 32 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

4.1.2.3- Categoria 3: Participação masculina

A categoria 3 agrupou falas concernentes a participação masculina no contexto da saúde reprodutiva, em específico o pré-natal, uma vez que buscou-se investigar em que medida os homens se fazem presentes e como se enxergam nesse contexto. Dessa forma, emergiram duas subcategorias a partir das falas dos participantes: objetiva (exames), que se refere a uma participação mais objetiva voltada para o acompanhamento à mulher em procedimentos específicos do pré-natal, como por exemplo exames clínicos e laboratoriais; e subjetiva (psico-afetiva), que se caracteriza numa participação mais subjetiva direcionada para o atendimento de demandas psicológicas e afetivas emergentes no contexto do pré-natal da mulher.

A- Objetiva (Exames)

Para muitos participantes a participação masculina no pré-natal consistiu no fato de acompanhamento a procedimentos o que se configura numa forma objetiva de atuação.

Eu participei assim de levar ela no médico, levei ela muito pra ultrassom, bater ultrassom, pra como é que se diz, pra médica, fazer exame de sangue dela, foi tudo comigo. (Proteu, 28 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Dos exames, pra ver se era masculino, feminino (...) das ultrassons (...) só em algumas consultas nos blocos que era com a médica dela, aí ia marcava e a gente ia ver alguns

exames. (Atreu, 34 anos, 1 filho, 6 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

De acordo com as falas de Proteu e Atreu verifica-se que a participação masculina a qual se referiram diz respeito à prestação de cuidados mais ligados ao campo prático do processo gestacional. O acompanhamento ao exame diagnóstico de ultrassonografia (“ultrasson”), por exemplo, foi apontado pelos pais como fator indicativo dessa participação, a maioria dos pais justificaram sua participação por meio desse tipo de exame. Uma característica peculiar do exame de ultrassonografia que pode está relacionada à maior presença paterna nesse contexto refere-se à concretude de informações sobre o feto que a ultrassonografia proporciona. Através da ultrassonografia obstétrica o pai pode escutar os batimentos cardíacos e, dependendo do período gestacional, visualizar o feto. Já na ultrassonografia morfológica que objetiva o rastreamento de possíveis problemas congênitos, os pais podem visualizar mais precisamente a anatomia do bebê (Bruns, Araujo Júnior, Nardoza & Moron, 2012). Para os pais vivenciar o momento da ultrassonografia é experimentar uma emoção que se sobrepõe ao simples repasse de informações feito pela mulher, “*ouvir o coração do bebê*” torna a paternidade mais forte, mais presente, mais concreta, mais objetiva, assim deixa transparecer a fala de Hipólito.

(...) pra mim não bastava apenas ouvir o que ela ia me contar, eu queria também escutar o que o médico ia dizer, ver também ali nas ultrassons é emoção muito grande ver a ultasson ali, ouvir o coração do bebê. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Mesmo que não se participe efetivamente das consultas, mas o acompanhamento aos exames de ultrassonografia é considerado primordial, é reconhecido como o aspecto principal de participação, conforme afirma Jasão logo adiante. Esta representação também se confirma

quando não se participa desse tipo de procedimento. Na fala de Hércules existe implícito um sentimento de decepção por não ter estado presente na ultrassonografia:

Não dava pra ir a todas, mas os principais do início eu ia, no começo da gravidez eu consegui acompanhar. As duas ou três primeiras, aí depois que a gravidez transcorreu tranquila, eu ia às ultrassons e estava tudo bem, a médica dizia que estava tudo bem. (Jasão, 27 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

(...) eu nunca vi nenhuma ultrassonografia do meu filho. (...) Assim, participei de todas as decisões, de todos os momentos, mas eu não estive lá de mãos dadas, na hora de ver a criança. Eu via as fotos depois, achava a coisa mais linda. A fotinha do rosto dele, igualzinha a que ele tem até hoje. Mas realmente eu não participei, como eu deveria participar. (...) é muito tenso esse período da mulher, então assim, são vários momentos, médicos, ginecologistas, ultrassonografia, três ou quatro, e eu não vi a ultrassonografia. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

É importante ressaltar que os pais supracitados não tiveram uma participação integral nas consultas pré-natais. Entretanto, eles restringiram a participação ao acompanhamento objetivo a exames ou procedimentos que tornem mais concreta a sua condição de pai, e nisso deram significado a participação. Este achado demonstra que para esses homens a participação se efetiva a partir de ações que tornem mais real a paternidade, a exemplo da ultrassonografia que torna possível a visualização do bebê, diferente das consultas com o médico obstetra que muitas vezes limita-se a orientações para a mãe em gestação. A esse respeito, Oliva, Nascimento e Espírito Santo (2010) advogam que “a paternidade não é

sentida durante o processo da gestação” (p. 438), dado as mudanças e sensações gestacionais ocorrerem fisicamente na mulher, tal fato acaba por distanciar o pai do processo reprodutivo.

B- Subjetiva (psico-afetiva)

Sabe-se que a maternidade em si traz mudanças na vida da mulher que gera sentimentos diversos os quais podem tanto ajudar como prejudicar o processo gestacional. O apoio das pessoas no convívio familiar, sobretudo o cônjuge, torna-se importante na vivência desses sentimentos. Com base nessa premissa, a participação paterna na saúde reprodutiva também foi definida como um suporte psico-afetivo dado à mulher no transcorrer da gravidez, uma participação com enfoque subjetivo cujo intuito maior é fortalecer o laço de afeto entre os cônjuges no período da gestação, assim foi expresso pelos participantes:

“Isso é um dever que todo mundo, todo homem deve fazer, está ali, acompanhando, dando força né, porque a mulher quando está no período de gestação ela se sente muito mais frágil, muito mais desprotegida. (...) você está sempre dando uma palavra positiva, então é muito importante o homem está sempre acompanhando”. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

É importante para a mulher principalmente. É importante para criança. (...) E eu acho que é importante por causa disso, pelo apoio a mulher, ela não está doente, mas ela está precisando emocionalmente de um apoio, de um suporte e o homem é peça importante. Se há amor, há acompanhamento, há partilha disso aí também. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Eu acho de extrema importância (participar), até porque eu acho que fortalece além do relacionamento a autoconfiança no casal sabe. (Zeus, 31 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Apesar de não terem participado efetivamente das consultas do pré-natal de suas parceiras, de não terem atingido uma participação ideal, houve um reconhecimento de que na gestação a mulher necessita de suporte emocional e que o pai enquanto participante está implicado nessa função. Existe uma consciência de participação que coloca esses pais num patamar de paternidade que se distancia do tradicional. Foi percebido que na gestação a mulher se encontra mais frágil, mais vulnerável emocionalmente, nesse sentido é dever do homem ser fonte de segurança, oferecer apoio, dar conselhos e estímulos. Na opinião de Zeus, essa atitude do homem traz confiança para a relação e, conseqüentemente, facilitará o desenvolvimento do processo de reprodução. Em estudo com gestantes acerca da percepção da ausência do parceiro no pré-natal, Silva e Brito (2010) constataram que o interesse do parceiro em participar do pré-natal se fundamenta num relacionamento onde há interação dos cônjuges na gestação e que estes comportamentos predisõem o bem-estar familiar repercutindo de forma positiva na díade mãe-filho.

Neste sentido, a participação paterna também foi pensada em função do filho, o homem pensa no suporte emocional não apenas por conta da mulher, mas também para ajudar no desenvolvimento de laços afetivos com o filho. Existe um investimento paterno na participação que consiste em criar uma relação de afeto com filho durante a gestação, baseado nisso Hércules e Eros se expressaram.

Porque no período da gravidez quando está gerando a criança... Quando ela está grávida, ela precisa de apoio, tanto ela como o filho, vamos dizer que você deixe ela

ir só e ela passe mal. (...). (Héracles, 37 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental incompleto, não participante do pré-natal)

Acho que ela (a mãe) fica mais segura, é comprovado cientificamente que a criança sente essa presença do pai nesse processo todo, se sente mais amada, mais desejada, (...). (Eros, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Percebe-se que o envolvimento do homem-pai no contexto da saúde reprodutiva extrapola a sua presença em consultas do pré-natal. O suporte dado nas atividades diárias da mãe gestante, o apoio emocional, a ajuda no enfrentamento de dificuldades e o estabelecimento de vínculo com o bebê são indicadores de participação paterna. Com isso, vislumbram-se caminhos de transformação não vistos antes e que dão margem a uma identidade paterna em construção no âmbito da saúde reprodutiva.

Nota-se que o homem como companheiro, transmite amor e segurança à mulher, compartilhando as alegrias do nascimento e as tarefas diárias outrora reservadas culturalmente e exclusivamente às mulheres, colaborando com as atividades da vida diária, apoio bio-psico-social para que esta tenha uma gestação humanizada. E ainda com esta maior proximidade pode ocorrer uma intensificação no relacionamento do casal, promoção e o fortalecimento do vínculo entre pai e bebê durante a gestação e a elaboração dos papéis materno e paterno, como preconizado no PHPN (Silva, Cardoso, Calheiros, Rodrigues, Leite & Rocha, 2013, p. 1379).

Confirmando o caráter dinâmico da identidade paterna na saúde reprodutiva, foi perceptível na fala de Apolo a reprodução de papéis de gênero. O masculino foi referido como a figura forte da relação, aquela pessoa inquebrantável, que tudo suporta, e que por conta disso é responsável por dar suporte familiar. Ainda fica evidente o compromisso em

demonstrar isso como indicativo de poder. Ao relatar “então isso tem que se transparecer em todos os momentos”, Apolo emerge um discurso patriarcal que centra o pai no papel de poder como que numa necessidade de delimitar espaço dentro da família. Abaixo segue a referida fala.

Ela fica muito sensível, você tem que ta perto dela pra andar junto, pra dar força, você é a figura mais forte do seu casamento, então isso tem que se transparecer em todos os momentos. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

4.1.2.4- Categoria 4: Serviços de saúde

O atendimento nos serviços de saúde foi citado pelos participantes como fator influente na assistência pré-natal, tanto no que se refere aos aspectos positivos que promovem a participação do homem no pré-natal, como aos aspectos negativos que desfavorecem esta participação. Deste modo, dentro desta categoria, emergiram as subcategorias inclusão, que se refere ao tipo de acolhimento oferecido pelos profissionais de saúde; e exclusão que contém falas acerca da negligência e marginalização durante a assistência pré-natal e no parto.

A- Inclusão

a. Acolhimento

É sabido que a inclusão da família no âmbito da saúde reprodutiva favorece o estabelecimento de vínculos que serão importantes para o desenvolvimento saudável da gestação e, conseqüentemente, criança (Brasil, 2005). É inquestionável a participação do pai nesse contexto, contudo o seu acolhimento ainda se faz de forma adaptável tendo em vista os estereótipos sociais que indicam a afastamento masculino e ainda interferem a inserção do pai

na saúde reprodutiva. Embora esta participação seja garantida como um direito reprodutivo e como tal é considerado um direito subjetivo extenso a toda pessoa.

A OMS estabelece que os direitos reprodutivos garantam o exercício individual, livre e responsável, no que tange a vivência da sexualidade e reprodução humana (Siqueira, 2000; Ventura, 2009). Portanto, na participação paterna deve-se ser salvaguardada a liberdade e autonomia do indivíduo, neste sentido os serviços de saúde que atendem no campo da saúde reprodutiva necessitam nortear seus atendimentos nesses princípios e estar preparados para o acolhimento dessa demanda.

O acolhimento feito pela equipe de saúde responsável pela assistência pré-natal foi avaliado positivamente pelos participantes, dessa forma foi um fator contribuinte na inclusão do pai.

Os médicos falaram como a situação da criança que se encontrava, a situação da mãe o que era preciso mudar algumas coisas, (...) Foi cem por cento, sempre foi uma relação boa entre os médicos. (Agamemnon, 45 anos, 2 filhos, 4 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Tentaram passar a máxima tranquilidade pra gente, segurança, dizendo que não era coisas de outro mundo, bichos de sete cabeças. E no decorrer do Pré-Natal, a gente foi vendo que era isso mesmo, que não era coisa de outro mundo e que não era bichos-de-sete-cabeças não. (Dionísio, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

O acolhimento da equipe de saúde é orientação contida no manual técnico de pré-natal e puerpério o qual, baseado no Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, sugere uma atenção qualificada e humanizada em saúde reprodutiva (Brasil, 2002; Brasil, 2005). O

referido manual defende que o acolhimento consiste na recepção da mulher com atenção resolutiva e escuta de preocupações, queixas e angústias. Este acolhimento deve ser iniciado desde a unidade de saúde e deve garantir a articulação com outros serviços de saúde, caso seja necessário para dar continuidade à assistência (Brasil, 2005).

Especificamente, no que se refere ao pai a política de humanização reconhece a sua participação mais frequente no pré-natal, assim o ministério da saúde estimula a presença do pai nas atividades pré-natais e na internalização para o parto. Os significados da história de vida da mulher devem ser acolhidos integralmente seja através da mulher ou do seu parceiro, espera-se com isso o fornecimento de ajuda profissional através das experiências dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, “a assistência pré-natal torna-se um momento privilegiado para discutir e esclarecer questões que são únicas para cada mulher e seu parceiro, aparecendo de forma individualizada, até mesmo para quem já teve outros filhos” (Brasil, 2005, p. 13), preconiza o ministério da saúde na política de humanização.

O bom relacionamento com o médico favorece a assistência proporcionando uma atmosfera de confiança e diálogo. Foi percebido na fala de Narciso mais adiante certo receio por haver profissionais não comprometidos com a relação profissional-paciente com os quais não se pode discutir, ou seja, na opinião desse participante, existe um distanciamento natural entre o profissional e o paciente que só pode ser eliminado através do estabelecimento de uma boa relação. Há uma relação de hierarquia entre o profissional de saúde e o paciente que impede o propósito da humanização. Dessa forma, lembrando atividades de aconselhamentos no pré-natal, Mercúrio demonstrou que a boa relação com os profissionais lhe trouxe mais conhecimento, portanto mais participação paterna. Seguem as falas:

Porque a gente sabe, temos profissionais aí, então, profissionais são profissionais não tem como discutir. E foi muito bom o médico, muito bom, entendeu super profissional,

então não teve estresses não. (...) falou coisas que haveriam de acontecer ou não, pelas coisas do dia a dia que acontece, ele nos impôs tudo que poderia ou não acontecer, pra ficar mais conformado se acontecesse no caso. . (Narciso, 28 anos, 1 filho, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Foi bem legal. (...) palestra e alguns aconselhamentos já que ela não teve nenhum problema de saúde, nem nada, então foram alguns aconselhamentos. (...) Daí a importância do pré-natal porque quando você faz um acompanhamento você tem uma noção do que pode ou não acontecer e que pode evitar alguns acontecimentos. (Mercúrio, 28 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Na fala de Apolo emergiu um discurso a favor do acolhimento feito nos serviços de saúde da rede pública em detrimento aos da rede privada.

(...) mesmo a gente com plano de saúde a gente frequentava a rede pública, atenção era fora do comum, muitas vezes a gente era melhor atendido na rede pública do que na privada. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Implícito na fala de Jasão há a evidência que a política de humanização ocorre de forma mais satisfatória nos serviços públicos de saúde. O acolhimento sugerido na assistência pré-natal funciona melhor nesses serviços. Ter um plano de saúde nem sempre garante um atendimento eficaz de assistência pré-natal, assim se expressou Apolo. Tal fato aponta para a necessidade de se discutir a eficácia e funcionamento das políticas públicas de saúde no âmbito dos serviços privados.

B- Exclusão

a. Negligência

Quando não ocorre um acolhimento satisfatório tal qual preconiza o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento tem-se como consequência a vivência de exclusão no processo de saúde reprodutiva. Diante disso, um caso específico de negligência profissional foi citado por Teseu o qual ajudou a exemplificar como o descompromisso dos profissionais no acolhimento e atendimento pode gerar exclusão.

Olha primeiramente de início nós não tivemos uma relação tão boa, (...) porque quem estava acompanhando ela, não era uma médica, era apenas uma enfermeira que a gente foi no PSF, e era apenas uma enfermeira, daí eu não achei muito interessante esse acompanhamento, (...) Então a gente resolveu procurar o serviço privado. No serviço privado a gente enfrentou uma situação rápida, mas um tanto quanto, vamos dizer um pouquinho constrangedora porque a médica não nos deu a atenção devida. O Pré-Natal iniciou-se sem exames. Nem mesmo a pressão dela foi medida nas primeiras consultas de pré-natal. Aí a gente pulou pra um outro médico, e aí sim nesse terceiro acompanhamento é que teve realmente 100% de acompanhamento. A partir daí a gente não tem nada a reclamar. Foi muito legal. (Teseu)

(Teseu, 30 anos, 1 filho, 10 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

Em sua fala Teseu resgata uma sequência de atendimentos ineficientes realizados por profissionais de serviços de saúde público e privado a qual trouxe mal-estar pra ele e sua parceira por conta da falta de atenção e acolhimento devidos. O protocolo de atendimento pré-natal prevê na primeira consulta do pré-natal a realização de anamnese e exame físico geral (altura, peso, pressão arterial, etc) e específico (gineco-obstétrico), bem como a solicitação de exames complementares (Brasil, 2005). Estes procedimentos quando sustentados pelo

acolhimento das demandas emocionais do casal, certamente fará que o progresso do pré-natal ocorra de forma salutar. Dessa forma, observa-se que a primeira consulta deve se pautar num clima de receptividade, liberdade e respeito, condições facilitadoras para o entendimento e aceitação das consultas como um todo (Landerdahl, Ressel, Martins, Cabral & Gonçalves, 2007), realidade esta que não foi percebida por Teseu no início da assistência pré-natal.

O caso explicitado denota certa inadequação dos serviços de saúde ao Programa de Humanização, essa situação indica desafios a serem superados. Conforme Serruya, Cecatti e Lago (2004), a assistência pré-natal ainda encontra desafios em se adequar ao novo modelo de atenção integral a saúde da mulher que compreende a condição feminina como determinante do processo saúde-doença e abstrai a humanização como estratégia de atendimento nesse contexto, portanto tudo que se contrapõe a estes pressupostos caracterizam uma má assistência. Deste modo, os profissionais de saúde estão implicados cabendo-lhes serem capacitados para atuar com estas demandas.

b. Marginalização

No que se refere exclusivamente ao pai, a marginalização masculina no momento do parto ajuda a compor este referido quadro de exclusão. Grande parcela dos participantes alegou a ausência masculina no momento do parto como um empecilho na sua atuação enquanto pai. Esta ausência foi justificada por conta de regras dos serviços de saúde ou mesmo atitudes dos profissionais de saúde contrárias ao acompanhamento no parto, principalmente o acompanhamento masculino.

Só que lá ninguém me explicou que eu tinha direito de participar do parto, eu vim ficar sabendo que o pai tinha esse direito de participar do parto depois, mas só que não assisti, ai fiquei do lado de fora. (...) Eu infelizmente eu não pude ter essa

oportunidade não. Por falta de conhecimento mesmo ou foi falta de diálogo, falta de comunicação. A palavra é essa. (Dionísio, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

Porque eu acho que era a hora que ela mais precisava de alguém perto dela e as pessoas que ela confiava, como eu ou a mãe dela, que ela sempre pedia pra um de nós dois não deixar ela sozinha ali nesse momento, mas infelizmente a médica, as enfermeiras não permitiram, no hospital quando ela foi ganhar disse que não era permitido, principalmente o homem, (...) na hora que ela mais precisou foi a hora que eu tive, fiquei ausente mesmo nesse momento, porque eu acho que era a hora de mais necessidade. (Menelau, 39 anos, 1 filho, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

O direito de acompanhamento no parto é garantido pela legislação brasileira através da Lei Federal nº. 11.108, de 07/04/2005, que reza que toda parturiente pode dispor de um acompanhante no trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato, o referido acompanhante deve ser escolhido pela mulher. Percebe-se que o cerne desta lei se fundamenta na política de humanização do parto, uma vez que busca garantir a qualidade de assistência humanizada no momento do parto. O suporte emocional no trabalho de parto e parto quando realizado por alguém familiar repercute positivamente na assistência da parturiente e do neonatal. De acordo com Galastro e Fonseca (2005), o parto enquanto evento fisiológico que oferece riscos à saúde naturalmente gera ansiedade e emoção, cabe aos profissionais de saúde o compromisso de proporcionar experiências positivas às parturientes neste momento marcante da vida, daí o sentido de se discutir mudanças nas práticas de assistência no parto tão em voga na atualidade.

Conforme relatado por Dionísio, muitos pais não conhecem este direito o que torna ainda mais difícil sua inclusão na saúde reprodutiva. Além disso, não existe reforço por parte dos profissionais em fazer acontecer o direito. Estes achados são corroborados por estudos na área. Em pesquisa com pais participantes do parto, Carvalho (2003) verificou que a participação paterna no nascimento esteve relacionada com dificuldades institucionais, motivações das mães e dos pais, representações sociais sobre parto e paternidade, e exclusão dos pais nos serviços de saúde reprodutiva e pediátrica. A presença dos pais no momento do parto não foi valorizada pelos profissionais de saúde nem como suporte emocional à gestante nem como um evento peculiar da paternidade. Acerca disso Martins (2009) aponta para o fato que o pai ainda é visto pelos serviços de saúde como um acompanhante, não há uma visão de participação da família e do pai sendo implicado por conta de um direito reprodutivo. Portanto, há dificuldades de incluí-lo por razões que vão desde normas institucionais até estereótipos de gênero os quais influenciam a forma de atuação dos profissionais, como por exemplo, a representação do âmbito hospitalar como sendo feminino. As falas de Narciso e Enéias referentes a participação no pré-natal comprovam essa influência dos estereótipos de gênero que acabam por intervir no acolhimento e contribuem com a exclusão:

Apesar de que o médico ele praticamente só queria escutar ela, porque era ela que tava sentindo as coisas, entendeu. (Narciso, 28 anos, 1 filho, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

(...) o médico perguntava o que ela sentia, verificava lá como tava a criança, como é a posição que a criança tava, como é que ela sentia, o que é ela ta sentindo, ai ficava aquela coisa né (...). (Enéias, 22 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Já as falas de Heitor e Pílates explicitam as normas institucionais dos serviços de saúde os quais acabam também por excluir o pai da presença no parto. No caso Heitor havia uma motivação em assistir o parto a qual foi barrada pela exigência em se frequentar um curso de preparação para acompanhantes do parto. Ressalta-se que não foi informada ao pai a existência do curso durante o pré-natal. Já no caso de Pílates houve uma participação parcial até o pré-parto, no momento exato do parto ele foi excluído do processo e substituído por uma mulher, tendo em vista inadequações do serviço.

Da menina lá não deixaram não. (...) Porque tinha que fazer um cursinho... Mas isso aí tem nada haver não. Se fosse em outro canto dava pra eu ir assistir o parto.

(Heitor, 34 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

(...) Entrei com ela lá pra dentro, mas na hora de ter mesmo o menino mesmo, mas não pude ficar com ela lá. (...) A menina lá, a enfermeira disse que não podia, aí deixou uma mulher. Acho que porque estava tendo outro parto na mesma sala lá entendeu. Acho que por isso que eu não pude. (Pílates, 27 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

De forma geral, mesmo com a existência de uma lei que regulamenta o direito da participação no parto, o homem continua marginalizado do processo de reprodução. Um dado relevante aponta que a lei ainda não é realidade na maioria dos serviços públicos de saúde, entretanto nos serviços privados já acontece (Martins, 2009; Oliva, Nascimento & Espírito Santo, 2010). De forma geral, percebe-se que o envolvimento paternal no parto tem fatores que extrapolam a mera motivação do pai e encontram-se fundamentados nas práticas de saúde. Conclui-se então que

a presença do pai nos centros obstétricos ainda é vista pelos profissionais como perturbadora das atividades rotineiras. Isso implica também a passividade do pai no processo de nascimento. Portanto, sem o devido acolhimento e o reconhecimento da importância da presença paterna no alívio das tensões do trabalho de parto, sejam as ocasionadas pela fisiologia do parto ou aquelas relacionadas ao ambiente não familiar, a humanização não poderá se concretizar (Tarnowski¹, Próspero & Elsen, 2005, p. 106).

4.1.2.5- Categoria 5: Obstáculos

A participação paterna na esfera reprodutiva é envolta por vários desafios a serem superados os quais são compostos por fatores sociais e subjetivos. Deste modo, a categoria 5 traz a tona os obstáculos enfrentados pelos pais no que concerne a participação na saúde reprodutiva. Foram apresentadas como subcategorias o trabalho, a falta de interesse e o desconhecimento.

A- Trabalho

O maior motivo para a não participação do pai no processo de saúde reprodutiva, principalmente no pré-natal, é o trabalho. A maioria dos participantes apontou a dimensão trabalhista como um empecilho em se fazer presente ou mais presente no pré-natal.

(...) Eu não fui pra essas consultas, pelo fato de estar trabalhando, eu não participava, só quando eu podia (...). (Pares, 45 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Atrapalhava porque às vezes não caia na mesma data, às vezes eu tinha viagens pra serem feitas, o trabalho exigia mais, aí não tinha... Isso eu ficava preocupado, porque eu queria está lá, está perto, lógico né, mas aí não dava. (Netuno, 37 anos, 3 filhos, 4 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A motivação em se fazer presente nas consultas pré-natais é suprimida pela obrigação em não poder se ausentar no trabalho. Nesse contexto, parece haver a vivência de um dilema que não se resolve facilmente, existe um sentimento em querer estar presente e acompanhar o pré-natal, contudo também existe a culpa por ter que faltar o trabalho e com isso o risco de vir a ser demitido. Como consequência, o homem-pai não participa ou então participa parcialmente, estando esporadicamente presente na assistência pré-natal. Muitos estudos que contemplam o envolvimento do pai na saúde reprodutiva apontam o trabalho como o principal fator contrário a esse tipo de atuação (Carvalho, 2003; Tarnowski, Próspero & Elsen, 2005; Silva & Piccinini, 2007; Oliva, Nascimento & Espírito Santo, 2009;) Segundo Carvalho (2003), um dos maiores impedimentos da presença do pai no contexto reprodutivo é a dificuldade de afastamento do trabalho, pois não há leis trabalhistas que amparem o acompanhamento do nascimento da criança. Por sua vez, Martins (2009) aponta o mundo do trabalho como elemento explicativo do tipo de exercício paterno na família. O excessivo cansaço decorrente da intensa jornada de trabalho predispõe o pai a não dedicar-se aos filhos após o expediente, quando se alia a isso a conciliação com horários de atendimentos de saúde complica-se ainda mais a atuação do pai.

As demandas do trabalho atrapalham a participação paterna. As exigências e dias de folgas são contrários e vistos como obstáculos reais que tornam impossível a presença do pai em qualquer acompanhamento que se refira ao pré-natal. Existem condições de trabalho que exigem a ausência total do pai durante do dia ou mesmo exigem o afastamento do pai por

longos dias, estas exigências se opõem a participação paterna. Tal realidade é verificada nas falas de Aquiles, Anquises e Mercúrio, logo abaixo:

Particpei não, eu estava trabalhando na usina. (...) Trabalhava na usina, e na usina a gente trabalha de domingo a domingo. Só tem um dia de folga na semana e no dia de folga não era o dia que ela ia ao médico. (Aquiles, 29 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Porque eu estava trabalhando fora e não tinha como eu ir. (Anquises, 38 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Só com relação ao tempo, no caso você conseguir conciliar o tempo do trabalho e as obrigações com as consultas que geralmente são diurnas, então você tem que se adequar ao trabalho pra ir, mas não é nada complicado porque você vai com sua mulher numa tarde não vai perder um dia de trabalho. (Mercúrio, 28 anos, 2 filhos, 3 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

A fala de Mercúrio resgata um fator importante, inclusive que justifica a não participação masculina nos serviços de saúde como um todo. As consultas em saúde geralmente são efetuadas durante o dia, a maioria dos pais trabalham neste horário e, portanto não podem estar presentes. Existem iniciativas ligadas a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem que consiste em criar horários alternativos de atendimento para que os homens possam estar inclusos no campo da saúde. Esta estratégia foi observada num estudo multicêntrico acerca da participação do homem na atenção primária. Foi verificado que alguns serviços de saúde expandem o funcionamento para além do horário habitual (7 às 17hs), disponibilizando atendimento em turnos de 24 horas, aos sábados, num terceiro turno à noite

ou mesmo no horário do almoço. Com isso, foi percebida uma maior presença de homens nas unidades de saúde (Couto, Pinheiro, Valença, Machin, Silva, Gomes, Schraiber & Figueiredo, 2010).

Conforme ressaltado em categorias anteriores, o peso em ser o provedor da família predispõe o pai a se ver distante da família. Novamente, este aspecto foi evidenciado nas falas como justificativa da não participação do pai na esfera reprodutiva. Na fala de Perseu, observou-se que a participação foi vista como algo bom. Porém, implicitamente, foi percebido que a não participação foi justificada pela tarefa de “dar comida”, providenciar bens para os filhos e para a mulher.

(...) se o cara tiver a chance de acompanhar a mulher no médico é bom, mas como eu disse a você, eu não tive chance de acompanhar porque eu só vivia trabalhando pra dar de comida a meus filhos né não. Dar de comer a ela também, pra fazer minha casinha. (Perseu, 34 anos, 2 filhos, 1 salário, analfabeto, não participante do pré-natal)

Particularmente, quem trabalha em empresa privada experimenta um medo pela possibilidade de ser demitido caso venha a faltar ao trabalho. O caráter instável dos empregos privados é um fator a mais de preocupação para os pais, uma vez que o próprio contexto de espera do filho impulsiona o pai a estar empregado pois ele é visto como principal responsável pela manutenção do lar. Segundo alguns participantes, no emprego privado há dificuldades de negociação para se ausentar, não existe uma abertura para a participação do pai na família, não existe uma consciência familiar, não se aceita a saída pra acompanhamento pré-natal. Para que o pai se ausente do emprego tem que repor horas de trabalho o que demanda mais organização de seu tempo e esforço físico.

Porque como a gente trabalha numa empresa privada, (...) sempre tem aquele debate de (...) ‘ó, aquele funcionário, tá metendo muito atestado, porque tá acompanhando a

mulher dele que está grávida', sempre vem essa piada. (...) ainda paguei umas três, quatro horas, pra acompanhar ela, (...) Nenhuma aceita não. Empresa particular, nenhuma (...). (Hércules, 37 anos, 2 filhos, 2 salários, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

Porque imagina a gente trabalha em empresa particular, vai perder o emprego e o filho vai nascer e a gente vai ficar desempregado, né. (Atreu, 34 anos, 1 filho, 6 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Foi enfatizado ainda uma maior participação paterna com o usufruto da licença-paternidade. O direito a licença-paternidade de cinco dias corridos assegurados ao homem-pai trabalhador é previsto na Constituição Federal, Art. 7º, inciso XIX (Brasil, 1988). Esse aspecto foi observado como algo presente no cotidiano de trabalho dos pais entrevistados, assim se referiram Aquiles e Perseu:

Fiquei em casa cinco dias. (...) Fiquei lá acompanhando, fui fazer o registro dele, resolver os problemas de casa, só. (Aquiles, 29 anos, 1 filho, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

(...) eu vivia trabalhando antes dela ganhar meu pirralho mais velho, eu estava trabalhando em Campina, aí não dava pra eu levar no hospital, aí depois que ela ganhou eu fui, com no mínimo dois dias, três dias, que liberaram pra eu ir em casa. Eu fui e passei cinco dias. (Perseu, 34 anos, 2 filhos, 1 salário, analfabeto, não participante do pré-natal)

Embora a licença-paternidade objetive o acompanhamento masculino junto aos primeiros dias de vida do filho e no puerpério da mulher, foi percebido que este tempo é

considerado pequeno ante a gama de responsabilidades que se tem nos cuidados neonatais e puerperais. Dessa forma, também esta limitação de tempo característica da licença-paternidade reforça o distanciamento do pai com relação à saúde reprodutiva. Em estudo com pais acerca da vivência paterna no puerpério, Oliveira e Brito (2009) verificaram que os pais participavam no puerpério com cuidados referentes à prevenção e às atitudes de dedicação e preocupação com a saúde do filho, contudo foi salientado que a licença-paternidade não atende às suas necessidades tendo em vista que a mulher e o recém-nascido necessitam de mais dedicação. Portanto, vive-se um impasse no puerpério que consiste em acompanhar esse momento efetivamente e ter que desempenhar o papel de provedor no intuito de garantir o sustento familiar.

B- Falta de interesse

Além da questão do trabalho que se configura um obstáculo de cunho social e trabalhista, foi apontado pelos participantes a falta de interesse em participar do pré-natal. Dentro dessa ótica, ao que parece a não participação se funda numa desmotivação, uma indisposição inerente ao sujeito, falta de vontade ou imaturidade, uma questão de querer, algo subjetivo que coloca o pai fora da participação em assuntos de saúde reprodutiva.

(...) a educação que a pessoa já teve. Porque às vezes o homem tem que ser, tem que entender que pode fazer parte da vida da mulher em tudo, basta ele querer, né, e lá também permitir esse espaço, porque depende muito dos dois, porque também não adianta o homem querer acompanhar tudo, tá presente em tudo se a mulher também não aceita, se ela não se sente bem, então eu creio que o único jeito de ele não participar, só se fosse questão da parte dela não se sentir bem pela companhia dele, sentir vergonha, mesmo sendo casada existe uma vergonha, existir qualquer tipo de

preconceito. (Menelau, 39 anos, 1 filho, 1 salário, ensino médio, participante do pré-natal)

Imaturidade. A imaturidade. E eu sempre confiei muito nela. Ela sempre foi muito capaz de resolver as coisas sozinhas. Ela sempre foi muito autônoma e me passava tranquilidade, (...) Imaturidade mesmo, hoje se ela engravidar, a gente resolver ter outro filho, eu vou estar presente, estarei presente em todos os momentos que diz respeito a gestação. Porque hoje eu tenho uma cabeça completamente distinta do que eu tinha há dez anos. (Hércules, 32 anos, 1 filho, 7 salários, ensino superior, não participante do pré-natal)

Essa suposta falta de interesse masculina em não participar parece estar envolta por fatores de cunho psicossocial. Na opinião de Menelau trata-se de uma questão de educação e de socialização, ao relatar “*a educação que a pessoa já teve. Porque às vezes o homem tem que ser, tem que entender que pode fazer parte da vida da mulher em tudo, basta ele querer,*” esse participante esclarece que a forma de participação masculina está condicionada ao modo em que foi socializado e que a responsabilidade pela mudança encontra-se em parte nas mãos do sujeito, portanto é uma questão de conscientização.

Baseado nisso, pode-se relacionar o quanto a socialização é determinante na construção da consciência humana e, conseqüentemente, na identidade social. Numa perspectiva vygostskyana o homem é visto enquanto ser histórico, é produtor e produto de sua história, é determinado pela historicidade, para compreender o homem é necessário mergulhar nos vínculos de sua história (Aguiar, 2000). Dessa forma, a consciência humana em Vygotsky, é fruto da socialização e da internalização da cultura em que se experimenta. A consciência deriva então da mediação das significações sociais construídas no transcurso da história (Lordelo & Tenório, 2010; Leontiev, 1978). Deste modo, a forma como Menelau

define sua falta de interesse na participação na saúde reprodutiva tem relação com a consciência formada a partir de construções sociais de gênero já comentadas aqui. É impossível para o participante se desvencilhar das crenças internalizadas a partir de suas vivências, seu comportamento é guiado por essa consciência, é baseado na educação que teve, conforme relatou. Não obstante, implícito na fala, existe uma vontade de querer mudar que interage com o meio vivido, há internalizado uma perspectiva de transformação que denota o caráter dinâmico dado a identidade já salientado por Ciampa (2001). Menelau expõe que sua participação também está implicada pelo comportamento da mulher, encontra-se determinada pelas relações sociais que tem com a mulher, assim afirma “*porque também não adianta o homem querer acompanhar tudo, tá presente em tudo se a mulher também não aceita,*”. A esse respeito Ciampa (2001) aborda que a identidade se estrutura a partir das relações sociais, a identidade se concretiza com materialidade das relações sociais. Portanto, reconhece-se a identidade enquanto transformação contínua determinada pelas relações sociais.

Como se vê, a falta de interesse pode estar relacionada com o tipo de relação estabelecida entre os cônjuges. Alguns participantes relataram não ter interesse em participar dada uma atitude contra da parceira que aliada a estereótipos de gênero reforçam ainda mais a exclusão do pai dos contextos reprodutivos. Assim se expressaram Urano e Dionísio:

Ela chegava e dizia que estava tudo bem com a criança e a criança estava com tantos quilos e tal e estava com tantas semanas de gravidez, aí estava tudo correndo bem, graças a Deus, (...). Talvez por isso eu não me interessei de ir. (Urano, 32 anos, 2 filhos, 1 salário, ensino fundamental, não participante do pré-natal)

No primeiro momento da ultrassonografia ela entrou sozinha. Ela disse 'eu quero entrar só', eu falei 'está certo', respeitei né. (Dionísio, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, participante do pré-natal)

C- Desconhecimento

Um último obstáculo apresentado pelos participantes refere-se ao desconhecimento de que sua participação seria relevante. Por conta do preconceito formado que atesta o entorno reprodutivo como comum a mulher, existe certo desinteresse do homem por causas dessa natureza e até mesmo desconhecimento.

Eu acho que mesmo falta de noção de que isso é importante e tal, que isso me trouxesse coisas boas pra mulher, pra o filho, (...) Eu acho que é a falta de noção disso, eu não tinha muita noção (...). (Hélio, 34 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)

Acredito que só é ignorância, infelizmente existe, ignorância pra isso. Como se fosse um tipo de preconceito, mas no meu ver é ignorância mesmo, gente ignorante, que acha que isso é da mulher e pronto. O homem pega só a criança feita. (Apolo, 29 anos, 1 filho, 3 salários, ensino superior, participante do pré-natal)

A “*falta de noção*” e “*ignorância*” a que se referem os participantes supracitados encontra sentido nos estereótipos de gênero que os induz a um distanciamento natural da gestação. Ambos participantes relatam o desconhecimento acerca do acompanhamento pré-natal. Segundo eles, não existiu participação por parte deles porque não tinham consciência das consequências positivas que implicariam para o casal e a família. Existe de forma muito forte a representação que a gestação não é um momento importante para o homem, ou seja,

não se vive a paternidade na gestação, como afirma Apolo nesse fragmento “*no meu ver é ignorância mesmo, gente ignorante, que acha que isso é da mulher e pronto. O homem pega só a criança feita*”. Por outro lado, Eros também falou de desconhecimento, relatou não saber definir os sentimentos maternos, não conhecer, não entender. Implícito na sua fala, Eros concorda que naturalmente a gestação é dada a mulher, mas ele reconhece sua participação enquanto inevitável. Diante disso, verifica-se que as concepções acerca da participação sofrem mudanças, abstrai-se a ideia de participação, inclusive sendo vista como inevitável, mas há latente a crença de que não é algo natural do homem, conforme já foi percebido em categorias anteriores. Portanto, o desconhecimento o qual os participantes se referem está associado a estas representações as quais podem imobilizar o homem-pai no sentido de participação mais efetiva. Abaixo segue a fala de Eros:

Eu tenho a co-responsabilidade, talvez não... Nunca vou saber o que é carregar aquela criança na barriga e outros sentimentos que passam na cabeça da mãe, a gente não entende, não conhece, mas pra mim é inevitável essa participação. Teria, foi algo assim, natural. (Eros, 32 anos, 1 filho, 2 salários, ensino médio, não participante do pré-natal)

Este fato evidencia mais uma vez a importância de ênfase maior no acolhimento masculino em saúde reprodutiva. Tal qual afirma Galastro e Fonseca (2007, p. 457) quando defende o compromisso dos profissionais em instigar a presença do pai na saúde reprodutiva, segundo estas autoras a vivência dessa experiência “está possibilitando ao homem a obtenção de uma compreensão mais profunda de si mesmo, especialmente no nível das emoções, contribuindo para as transformações das relações pessoais, da sexualidade e da vida doméstica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, foi perceptível que os resultados apresentados indicam confluências com a literatura e confirmaram algumas expectativas, uma vez que representam fatores ligados aos novos estudos sobre a paternidade. Deste modo, torna-se apropriado tecer aqui algumas considerações. Para tanto convém resgatar os objetivos específicos do presente estudo com intuito de concretizar tais impressões.

O primeiro objetivo específico foi *Analisar a influência das condições socioeconômicas na concepção de paternidade*. De acordo com os resultados foi frequente nas falas dos pais com menor escolaridade e renda a reprodução de valores tradicionais ligados ao patriarcado e o modelo de família nuclear burguesa, em que o pai é visto como o provedor, o disciplinador e a referência para a família. Estas representações foram ainda mais fortes, sobretudo em homens com nível fundamental ou sem escolaridade. Tais resultados indicam o quanto variáveis socioeconômicas encontram-se envolvidas na forma de se conceber a paternidade. Percebe-se que os pais com maior nível de instrução tem tendência a apresentar formulações mais elaboradas do ser pai que não apenas limita-se à provisão de bens para o lar. Contudo, ressalta-se que conceber a paternidade dessa forma não significa ser um “novo pai”, isto é, um pai mais envolvido com a família. Foi percebido que apesar de conceberem traços da nova paternidade na concepção do ser pai, os pais com maior nível de instrução ainda não se comportam plenamente como tais, um exemplo disso é a não participação efetiva no pré-natal. No que concerne à renda, alguns pais com renda inferior afirmaram ser o único responsável pela renda familiar, suas parceiras não trabalhavam apenas eram responsáveis pelos cuidados domésticos, neste sentido justifica-se a reprodução de

valores da família tradicional haja vista que vivenciam isso em suas vidas. A identidade paterna é moldada por influência desta realidade vivida.

No que se refere ao segundo objetivo específico, *Analisar a influência da idade na concepção de paternidade*, foi percebido que a idade não tem tanta influência sobre a concepção paterna quando comparada a escolaridade. Tanto os pais mais jovens quanto os pais mais maduros reproduziram elementos de uma paternidade mais tradicional em detrimento a nova paternidade. Porém, conforme já mencionado, o nível de instrução se mostrou mais determinante em falas que reproduziam uma paternidade mais participativa.

O terceiro e quarto objetivos específicos consistiam, respectivamente, em *Apreender as concepções masculinas acerca do pré-natal* e *Identificar as percepções dos pais em relação ao envolvimento paterno no pré-natal*, com base neles observou-se que o envolvimento paterno em questões de saúde reprodutiva se faz de maneira ainda muito incipiente, tendo em vista a forma como os pais abstraem o pré-natal. A concepção de pré-natal formulada pelos participantes esteve comprometida com o viés biomédico, em que a gestação pode ser comparada a um fenômeno patológico cujo “tratamento” é necessário. Há nessa concepção uma visão de pré-natal com enfoque preventivo, ou seja, o pré-natal é visto como um momento de acompanhamento médico para que se evitem complicações ou patologias, e se resguarde a saúde, principalmente do bebê. Nessa conjuntura, dada à condição biológica, a principal envolvida no pré-natal é a mulher, destinam-se a ela todos os cuidados médicos fornecidos no pré-natal. É com base nessas representações, que o envolvimento paterno foi percebido como periférico, o homem-pai não se envolve muito no pré-natal, sua participação se faz com tarefas objetivas. Entretanto, mesmo não tendo uma participação ideal há um reconhecimento da importância do suporte subjetivo durante a gestação e no processo de pré-natal, visão esta que condiz com os ideais de humanização em saúde. Contudo, reitera-

se que a participação paterna na saúde reprodutiva ainda acontece de forma tímida o que indica a urgência da humanização da figura paterna em contextos de saúde reprodutiva.

O quinto objetivo específico foi *Comparar as crenças acerca da masculinidade e paternidade de homens que acompanham e homens que não acompanham o pré-natal*. Os resultados concernentes a este objetivo indicaram que o fato de participar do pré-natal não significou ter concepções fundadas fielmente no envolvimento paterno. É importante ressaltar que aqueles que afirmaram ter participado do pré-natal estiveram presentes nas consultas e exames, ao contrário dos que afirmaram não ter participado. Assim, foi verificado que tanto os pais que participaram quanto os que não participaram apresentaram crenças variadas acerca da paternidade. As crenças da paternidade tradicional estiveram na base das falas, mas observou-se certa abertura para mudanças nos papéis o que denota que a identidade paterna encontra-se muito mais comprometida com a historicidade da pessoa do que o simples fato de se fazer presente a assistência pré-natal. Verifica-se então que o contexto sócio-histórico vivido é mais determinante na estruturação da identidade paterna.

Por sua vez, o último objetivo específico contemplou *Identificar quais as barreiras que dificultam os homens comparecer às consultas pré-natais*, desta forma evidenciou-se que os obstáculos contrários à participação do homem na saúde reprodutiva estiveram relacionados principalmente ao campo trabalhista, além da questão motivacional masculina que se encontra fundada numa falta de conhecimento acerca da área. Com base nisso, destaca-se a importância de se enxergar a paternidade entremeada por questões psicossociais, como é o caso da atuação do homem no campo do trabalho em detrimento a sua participação na família. Fica claro que o envolvimento paterno na saúde reprodutiva poderia ser mais bem efetivado caso existisse leis trabalhistas que reforçassem este envolvimento. Ao que se percebe as normas de gênero, sobretudo as que reforçam a masculinidade hegemônica

encontram-se na base das determinações trabalhistas para os homens. Nas organizações não existe abertura para um pensamento mais humanizado da figura paterna, deste modo observa-se que as concepções tradicionais embasam a sociedade como um todo o que torna ainda mais difícil as mudanças acontecerem.

Quando a isso se soma a desmotivação em se fazer parte integrante do contexto reprodutivo, o homem tende a se distanciar naturalmente da família e do pré-natal. No suposto desinteresse e desconhecimento masculino pela saúde reprodutiva destaca-se a relevância social da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, bem como o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. Comumente, o homem não se vê incluso na saúde e, por conta disso, não busca informações e tampouco atuação nessa área. Nisso percebe-se o compromisso dos profissionais de saúde no que se refere à quebra de paradigmas em saúde. Faz-se necessário transpor barreiras que ainda remetem os atendimentos em saúde reprodutiva aos modelos tradicionais, a exemplo do modelo biomédico. O acolhimento preconizado no programa de humanização se efetivado de forma eficaz representa grande ação de inclusão masculina na saúde reprodutiva, tendo em vista que muitos pais sinalizaram a negligência e a marginalização como obstáculos a serem enfrentados na área de saúde reprodutiva. O homem precisa ser colocado como parte do processo, necessita ser protagonista, ser reconhecido como sujeito de direito. Isso representa um desafio a ser enfrentado uma vez que se configura uma questão de saúde com bases fincadas no social, denota quebra de paradigmas, portanto também é uma questão psicossocial.

Diante de tais considerações, é imprescindível destacar as implicações para a adesão ao pré-natal masculino. As concepções de paternidade e saúde reprodutiva apresentadas pelos participantes estiveram fundadas em crenças tradicionais e atuais. A forma como os pais perceberam o ser pai e o envolvimento paterno não demonstrou um pleno compromisso com a

figura do “novo pai”. Foi clara a abertura para a construção de uma identidade voltada para a participação, porém sem perder valores arraigados da figura paterna, como é o caso da visão do “pai provedor”. Estes achados indicam uma transformação da identidade paterna que se faz a partir das vivências, dos contextos de vida e da história de vida de cada homem, este aspecto confirma o caráter dinâmico e dialético dado à identidade paterna.

Neste sentido, observa-se a importância de considerar o caráter operativo na construção da identidade paterna, ou seja, não basta uma representação social prévia do que vem a ser a paternidade, é preciso também considerar a gama de relações estabelecidas com o filho, com o cônjuge ou mesmo com outros pais. Esse “ser pai em relação” tem a linguagem, os discursos e os elementos culturais como mediadores, mas estes últimos por si só não determinam a identidade paterna; novos elementos e reposicionamentos de outros elementos advindos das relações implicam na própria consciência do ser pai, tal fato corrobora a identidade paterna em pleno movimento. Não existe uma identidade paterna definida, ela se constrói e reconstrói nos interstícios das vivências masculinas na família e na sociedade. A identidade paterna é um contínuo processo de posicionamentos e reposicionamentos que se faz num contexto sócio-histórico particular.

Portanto, o pré-natal masculino enquanto estratégia de intervenção na saúde do homem deve considerar a construção dessa identidade. A forma como o homem se volta para a sua saúde tem forte relação com a sua história, neste sentido a adesão a um serviço que se propõe a intervenção na saúde masculina também deve se orientar na história desse homem. Nessa conjuntura, destaca-se a importância de se levar em conta os contextos locais de socialização e as condições socioeconômicas na implantação do pré-natal masculino. Por exemplo, a forma como os homens de maior nível socioeconômico abstrai a paternidade é diferente daqueles com nível socioeconômico inferior. É necessário observar estas

particularidades na construção de políticas públicas e, conseqüentemente, na implantação de serviços de intervenção, como é o caso do pré-natal masculino. Em outras palavras, o que se quis dizer é que, enquanto estratégia de intervenção de uma política pública de saúde, o pré-natal masculino deve então contemplar o sentido histórico da paternidade e os significados atribuídos a este momento da vida masculina para que assim melhor se efetive a sua implementação e, conseqüentemente, a adesão masculina.

Com base nisso, foi corroborada a expectativa principal deste estudo, pode-se concluir que não apenas as condições estruturais, mas também as construções históricas dificultam o pré-natal masculino. Não obstante, não foi objetivo deste estudo se contrapor a proposta interventiva do pré-natal masculino, apenas foi percebido que em sua implementação a realidade sócio-histórica dos envolvidos deve servir de princípio-guia para uma melhor efetivação do serviço.

Finalmente, faz-se ainda necessário mencionar que a conclusão deste estudo não finda o debate em torno desta temática. Dessa forma, é importante também apontar limitações que poderão servir de base para pesquisas futuras na área. Uma limitação que se apresenta refere-se aos arranjos familiares da atualidade. A paternidade como fenômeno familiar se transforma a partir do organismo familiar. Neste sentido, caberia analisar a paternidade por diversos prismas, ou seja, no contexto dos novos arranjos familiares contemporâneos. Todos os participantes do estudo, foram pais em união estável cuja família se espelhava na família nuclear. Diante disso, seria interessante analisar a construção da paternidade em outros contextos familiares, como por exemplo, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, famílias no contexto da homoafetividade, e assim verificar como seria a percepção dos pais com relação ao envolvimento na saúde reprodutiva. Além disso, seria também interessante realizar estudos maiores na área da saúde com intuito de relacionar em que medida a

transformação da identidade paterna é levada em conta pelos gestores e profissionais de saúde na implementação de políticas públicas de saúde.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J. (2000). Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, p. 125-142.
- Aita, E. B. & Facci, M. G. D. (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Revista*, v. 17, n. 1, p. 32-47.
- Albuquerque, C. M. S. & Oliveira, C. P. F. O. (2002). Saúde e doença: significações e perspectivas em mudança. *Millenium*, 25.
- Almeida, M. B. V. B. (2007). Paternidade e subjetividade masculina em transformação: crise, crescimento e individuação. Uma abordagem Junguiana. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.
- Althoff, C. R. (1996). Dimensionando o espaço da família, no âmbito do público e do privado. *Cogitare Enferm.*, v. 1, n. 2, p. 35-38.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Amaro, E. C. V. M. (2008). Paternidade: novos e velhos valores: uma experiência no setor de Maternidade da Unidade Integrada de Saúde Herculano Pinheiro. Trabalho de conclusão de curso de graduação. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Áries, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Arilha, M.; Unbehaum, S. G. & Medrado, B. (1998). Homens e masculinidades: outras palavras. São Paulo: ECOS/ Ed. 34.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psic. Clin.*, 17(2), 41-52.
- Ávila, M. B., 1993. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Estudos Feministas*, 1, 382-393.
- Ávila, M. B. (2003). Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, 19(Sup.2), 465-469.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. São Paulo: Hucitec.
- Balancho, L. S. F. (2004). Ser pai: transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (22), 377-386.

- Barros, J. A. (2002). Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? *Saúde e sociedade*, 11(1), p. 67-84.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benazzi, A. S. T.; Lima, A. B. S. & Sousa, A. P. (2011). Pré-natal masculino: um novo olhar sobre a presença do homem. *R. Pol. Públ.*, v.15, n.2, p. 327-333.
- Bernardes, M. E. M. (2010). O método de investigação na psicologia histórico-cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. *Psicologia política*, v. 10, n. 20, pp. 345-361.
- Bilac, E. D. (1995). Família: algumas inquietações. In Carvalho, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate* (pp. 29-38). São Paulo: Educ/ Cortez.
- Botton, F. B. (2007). As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, pp. 109-120.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2002). Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2004). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Plano de Ação 2004 – 2007. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Brasília: Secretaria de Atenção À Saúde/ Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2005). Manual técnico: Pré-natal e puerpério, atenção qualificada e humanizada. Série direitos sexuais e direitos reprodutivos. Caderno 5. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2008). Política nacional de atenção integral à saúde do homem (Princípios e diretrizes). Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.
- Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2012). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Diretoria de pesquisas/ Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2011). Boletim Diagnóstico Completo da Saúde do Homem. Recuperado em 27 de novembro, 2011 de http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33353&janela=1

- Brasil, Ministério da Saúde. (2011). Saúde do homem: Pré-natal masculino. Recuperado em 27 de novembro, 2011 de <http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/saude-do-homem/pre-natal-masculino>
- Bustamante, V. & Trad, L.A.B. (2005). Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Cad. Saúde Pública*, 21(6), 1865-1874.
- Cachapuz, R. R. (2004). Da Família Patriarcal à Família Contemporânea. *Revista Jurídica Cesumar*, v.4, n. 1, p. 69-77.
- Cairo, Nações Unidas (1994). Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres.
- Carloto, C. M. (2001). O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serv. Soc. Rev.*, v. 3, n. 2, p. 201-213.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (Orgs.). (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia de família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carvalho, M. L. M. (2003). Participação dos pais no nascimento em maternidade pública: dificuldades institucionais e motivações dos casais. *Cad. Saúde Pública*, 19(Sup. 2), 389-398.
- Cebotarev, E. A. (2003). Familia, socialización y nueva paternidad. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 1(2), 53-78.
- Cia, F.; D’Affonseca, S.M. & Barham, E.J. (2004). A relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos. *Paidéia*, 14(29), 277-286.
- Cia, F. & Barham, E.J. (2009). O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 67-74.
- Ciampa, A. C. (2001). *A estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Coonell, R. W. (1995). *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Berkeley/ Los Angeles: University of Califórnia Press.
- Costa, E. V. (1999). *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: UNESP.
- Crepaldi, M. A.; Andreani, G.; Hammes, P. S.; Ristof, C. D. & Abreu, S. R. (2006). A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 579-587.

- D'Andrea, F. F. (2001). *Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Del Priore, M. (2012). *História do amor no Brasil*. 3º ed. São Paulo: Contexto.
- Duarte, G. (2007). Extensão da assistência pré-natal ao parceiro como estratégia de aumento da adesão ao pré-natal e redução da transmissão vertical de infecções. *Rev Bras Ginecol Obstet*, 29(4), 171-4.
- Engels, F. (2002). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fadiman, J. & Frager, R. (2002). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Harbra.
- Falceto, O. G.; Fernandes, C. L.; Baratojo, C. & Giugliani, E. R. J. (2008). Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. *Rev. Saúde Pública*, 42(6), 1034-40.
- Fernandes, J. F. F.; Carvalho, M. G. & Campos, E. N. (2012). Vigotski e Bakhtin: a ação educacional como projeto dialógico de produção de sentido. *Bakhtiniana*, 7 (2), pp. 95-108.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 26 n. especial, 51-64.
- Ferro, M. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- Figueiredo, M. A. C. (1993). Profissionais de Saúde e AIDS. Um estudo diferencial. *Medicina*. Ribeirão Preto, 26(3), 393-407.
- Figueiredo, M. A. C. (1998). Escalas afetivo-cognitivas de atitude. Construção, validação e interpretação dos resultados. In: Romanelli, G.; Biasoli-Alves, Z. M. M. (Org.) *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa* (51-70). Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Szymanski, H. (2002). Teoria e “teorias” de famílias. In: Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate* (23-29). São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Freire, O. F. (2009). A vivência da paternidade por homens separados: a construção de uma nova paternidade? Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Psicologia, Universidade de Fortaleza. Fortaleza: UNIFOR.
- Freitas, M. T. A. (2002). Abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, n. 116, pp. 21-39.
- Freitas, W. M. F.; Coelho, E.A.C. & Silva, A.T.M.C. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cad. Saúde Pública*, 23(1), 137-145.

- Freitas, W. M. F. et al (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Rev. Saúde Pública*, 43(1), 85-90.
- Freyre, G. (1981). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21. ed. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora.
- Gabriel, M. R. & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, 16(3), p. 253-261.
- Galastro, E.P. & Fonseca, R.M.G.S. (2007). A participação do homem na saúde reprodutiva: o que pensam os profissionais de saúde. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 41(3), 454-9.
- Galvão, A. L. M. (2012). O coronelismo como referência identitária: um estudo sobre as narrativas de Wilson Lins. In III Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Recuperado de <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/O-coronelismo-como-referencia-identitaria-um-estudo-sobre-as-narrativas-de-Wilson-Lins.pdf>
- Giddens, A. & Pierson, C. (2000). *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Giffin, K. (2005). A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 47-57.
- Goldani, A. M. (1993). As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cad. PAGU*, v.1, p.68-110.
- Goldani, A. M. (1994). Retratos de família em tempos de crise. *Estudo feministas*, Ano 2, 2º semestre, pp. 303-335.
- Gomes, A. J. S. & Resende, V. R. (2004). O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125.
- Gonçalves, G. (2007). O feitiço contra o feiticeiro: a crise da identidade masculina. *Gláuks*, v. 7, n. 2, pp. 34-58.
- Grossi, M. P. (2004). Masculinidades: Uma Revisão Teórica. *Antropologia em primeira mão*, n. 1, pp. 4-37.
- Hall, C. S.; Gardner, L. & Campbell, J.B. (2000). *Teorias da Personalidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Hintz, H. C. (2001). Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. *Pensando Famílias*, 3, pp. 8-19.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Howard, J. A. (2000). Social psychology of identities. *Annual Review of Sociology*, Vol. 26, pp. 367-393.
- Jager, M. E.; Botolli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(1), p. 141-153.
- Jesuino, J. C. (2004). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Coord.), *Psicologia Social* (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kaufman, M. (1987). The construction of masculinity and the triad of men's violence, pp.1-29 In M. Kaufman (Ed.) *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change* (pp. 1-29). Toronto-Nova York: Oxford University Press.
- Leal, V. N. (1976). *Coronelismo, Enxada e Voto – município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-omega.
- Leontiev, A. N. (1978). *Activity, consciousness and personality*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Lévi-Strass, C. (2008). *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.
- Lordelo, L. R. (2011). A crise na psicologia: análise da contribuição histórica e epistemológica de L. S. Vygotsky. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 4, pp. 537-544.
- Lordelo, L. R. & Tenório, R. M. A consciência na obra de L.S. Vigotski: análise do conceito e implicações para a psicologia e a educação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n 1, pp. 79-86.
- Lo Russo, G. (2001). *Homens e pais: a obscura questão masculina*. São Paulo: Paulinas.
- Lucci, M. A. (2006). A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica. *Professorado. Revista de currículo y formación del profesorado*, v. 10, n. 2, pp. 1-11.
- Lyra, J. & Medrado, B. (2000). Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. *Estudos feministas*, Ano 8, 1º sem, 145-158.
- Machado, L. Z. (2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo*, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP.
- Manfroi, E. C.; Macarini, S. M. & Vieira, M. L. (2011). Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. *Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum*, 21(1), 59-69.

- Martins, O. B. & Moser, A. (2012). Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. *Revista Intersaberes*, v. 7, n.13, pp. 8-28.
- Masson, G. (2007). Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. *Práxis Educativa*, v. 2, n. 2, pp. 105- 114.
- Michener, A. A.; DeLamater, J.D. & Myers, D.J. (2005). *Psicologia Social*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, 9 (3), 239-262.
- Minayo, M. C. S. (2000). *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- Miranda, M. I. (2005). Conceitos centrais da teoria de Vygotsky e a prática pedagógica. *Ensino em re-vista*, 13(1), pp. 7-28.
- Molon, S. I. (2000). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: Educ.
- Monteiro, L.; Veríssimo, M.; Santos, A.J. & Vaughn, B.E. (2008). Envolvimento paterno e organização dos comportamentos de base segura das crianças em famílias portuguesas. *Análise Psicológica*, 3(26), 395-409.
- Montesinos, R. (2004). La nueva paternidad: expresión de la transformación masculina. *Polis*, 4(2), 197-220.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Famílias e patriarcado: da prescrição narrativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), pp. 49-55.
- Olinto, M. T. A. (1998). Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. *Rev. Bras. Epidemiol.*, 1(2), 161-169.
- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 91-113.
- Oliveira, P. P. (2004). *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Ed. IUPERJ-Rio de Janeiro.
- Oliveira, A. G. & Silva, R. R. (2011). Pai contemporâneo: Diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 a 2008. *Psicol. Argum.*, 29(66), p. 353-360.
- Paiva, G. J. (2007). Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Rev. PSICO*, 38(1), 77-84.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento humano*. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed.

- Penso, M. A.; Costa, L. F. & Ribeiro, M. A. (2008). Aspecto teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In: Penso, M. A. & Costa, L. F. (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção* (pp. 9-23). São Paulo: Summus.
- Piccinini, C. A.; Carvalho, F. T.; Ourique, L. R. & Lopes, R. S. (2012). Percepções e Sentimentos de Gestantes sobre o Pré-natal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 2, n. 1, p. 27-33.
- Piscitelli, A. (1997). Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: Aguiar, N. (Org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (pp. 49-66). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Pontes, C. M.; Alexandrino, A.C. & Osório, M.M. (2008). Participação do pai no processo da amamentação: vivências, conhecimentos, comportamentos e sentimentos. *Jornal de Pediatria*, 84(4), 357-364.
- Prado, A. B.; Piovanotti, M. R. A. & Vieira, M. L. (2007). Concepções de pais e mães sobre comportamento paterno real e ideal. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 1, p. 41-50.
- Ramires, V. R. (1997). *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Rosa do Ventos.
- Rêgo, A. H. (2008). *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2006). Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: Barros, M. L. (Org.). *Família e gerações* (90-106). Rio de Janeiro: FGV.
- Rodrigues, E. M.; Nascimento, R. G. & Araújo, A. Protocolo na assistência pré-natal: ações, facilidades e dificuldades dos enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família. *Rev Esc Enferm USP*, 45(5), p. 1041-1047.
- Romanelli, G. (2003). Paternidade em famílias de camadas médias. *Estud. pesqui. psicol.*, v. 3, n. 2, p. 79-96.
- Santos, J. B. & Santos, M. S. C. (2009). Família monoparental brasileira. *Rev. Jurídica*, v. 10, n. 92, p.01-30.
- Scott, J. W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *The american historical review*, v. 91, n. 5, pp. 1053-1075.
- Scott, P. (2010). Gerações e famílias: polissemia, mudanças históricas e mobilidade. *Revista Sociedade e Estado*, 25(2), pp. 251-284.
- Serôdio, S.G. (2009). *A Função Paterna e o Desenvolvimento Infantil: Influência da Gratificação Parental e da Presença versus Ausência nos Primórdios do Auto-Conceito*

da Criança. Dissertação de mestrado. Lisboa, Portugal. Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2002). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Shorter, E. A (1995). *Formação da Família Moderna*. Trad. Teresa Pérez. Lisboa: Terramar (Pequena História, v. 6).

Silva, R. S. & Brito, F. C. B. (2010). Percepção de gestantes acerca das atitudes do companheiro diante da sua ausência no pré-natal. *Rev. Rene. Fortaleza*, v. 11, n. 3, p. 95-102.

Silva, M. R., & Piccinini, C. A. (2004). O envolvimento paterno em pais não-residentes: algumas questões teóricas. *Psico*, 35, 185–194.

Silva, G. S. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26 (1), 118-131.

Silva, D.; Rockembach, A.; Comiran, F. & Scandolara, A. S. (2007). O masculino em mutação: representações sociais da identidade do homem na sociedade atual. *Akrópolis, Umuarama*, v. 15, n. 1 e 2, p. 82-86.

Silva, M. R. & Piccinini, C.A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o desenvolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 561-573.

Silva, T. C. M.; Amazonas, M.C.L.A. & Vieira, L.L.F. (2010). Família, trabalho, identidades de gênero. *Psicologia em estudo*, Maringá, 15(1), 151-159.

Silva, M. M. J. S.; Cardoso, E. P.; Calheiros, C. A. P.; Rodrigues, E. O. M. A.; Leite, E. P. R. C. & Rocha, L. C. D. (2013). O envolvimento paterno na gestação sob o olhar de gênero. *Rev enferm UFPE on line*, 7(5), p. 1376-81.

Siqueira, M. J. T. (2000). Saúde e direitos reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? *Estudos Feministas*, Ano 8, 1º semestre, 159-168.

Sirgado, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, Ano XXI, n. 71, pp. 45-78.

Souza, C. L. C. (2008). Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: UNISINOS.

Souza, C. L. C. & Benetti, S. P. C. (2009). Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Rev. Paideia*, 19(42), 97-106.

- Staudt, A. C. P. & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1), 174-185.
- Sutter, C. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *PSICO PUCRS*, 39(1), 74-82.
- Szymanski, H. (2002). Teoria e “teorias” de famílias. In: Carvalho, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate* (23-29). São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Rev. Estudos de Psicologia*, 21(2), 5-16.
- Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Rev. Psychos*, Vol. 33, 1-39.
- Tarnowski, K. S.; Próspero, E. N. S. & Elsen, I. (2005). A participação paterna no processo de humanização do nascimento: uma questão a ser repensada. *Texto Contexto Enferm*, 14(Esp.), 102-8.
- Terra, E. & Nicola, J. (2004). *Português: de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione.
- Teruya, M. T. (2000). A Família na Historiografia Brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso em: 11/12/2008.
- Teykal, C. M. (2007). De pai para filho: uma reflexão sobre a identidade paterna e transmissão intergeracional em duas diferentes gerações. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Therborn, G. (2011). *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- Toassa, G. (2006). Conceito de consciência em Vigotski. *Psicologia USP*, 17(2), pp. 59-83.
- Tomeleria, K. R.; Pierib, F. M.; Violin, M. R.; Serafim, D. & Marcon, S. S. (2007). “Eu vi meu filho nascer”: vivência dos pais na sala de parto. *Rev Gaúcha Enferm*, 28(4), 497-504.
- Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, (24), 127-152.
- Unbehaum, S. G. (2000). Experiência masculina da paternidade nos anos 1990: estudo de relações de gênero com homens de camadas médias. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP.

- Velásquez, A. S. (2006). Identidad, responsabilidad familiar y ejercicio de la paternidad en varones del Estado de México. *Papeles de Población*, v. 12, n. 48, p. 155-179.
- Ventura, M. (2009). *Direitos reprodutivos no Brasil*. Brasília: UNFPA.
- Vianna, F. J. O. (2005). *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2005). *Pensamento e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Xavier, E. (1998). *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/ mães homossexuais, transvestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, Ano 12, n. 26, p. 123-147.
- Zanetti, S. A. S. & Gomes, I. C. (2009). A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. *Psico*, v. 40, n. 2, 194-201.
- Wagner, A.; Predebon, J.; Mosmann, C. & Verza, F. (2004). Compartilhar Tarefas? Papéis e Funções de Pai e Mãe na Família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.
- Wang, M.; Jablonski, B. & Magalhães, A. S. (2006). Identidades masculinas: limites e possibilidades. *Psicologia em Revista*, v. 12. n. 19, pp. 54-65.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, Ano 9, 2º semestre, 460-482.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – DOUTORADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitula-se “*Construção da identidade paterna: repercussões no pré-natal masculino*”, e esta sendo desenvolvida pelo pesquisador e doutorando Ms. Flávio Lúcio Almeida Lima, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Doutorado) da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo da pesquisa é analisar as repercussões da construção da identidade paterna na adesão ao pré-natal masculino e tem por finalidade tornar possível a compreensão das mudanças do papel masculino na família e na sociedade. A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a sua saúde.

A pesquisa será composta por uma entrevista semiestruturada dividida em duas partes e a aplicação de um questionário sócio-demográfico. Na coleta das informações será utilizado um gravador de voz e, posteriormente, caso seja necessário, as informações dadas serão transcritas e enviadas a cada participante para que confirme se realmente condiz com o que pensa.

Também solicito sua autorização para apresentar os resultados em eventos e revistas científicas, salientando que os resultados serão considerados no todo. Será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, seu nome será mantido em completo sigilo. Portanto, todas as informações, dados e/ou material serão usados pelo responsável da pesquisa com fins estritamente científicos. O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu,

_____ declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa



Testemunha 1

Testemunha 2

Pesquisador

Contatos do pesquisador responsável:

UFPB/ CCHLA/ Doutorado em Psicologia Social/ Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Promoção da Saúde. Fone: (83) 3216-7006/ 8816-2178. E-mail: flaviopsicopb@yahoo.com.br

ROTEIRO DE ENTREVISTA (1ª ETAPA)

1. Evocação: após o rapport, solicitar que refleta durante um tempo determinado (2 minutos) sobre o tema do estudo, a partir da seguinte instrução:

Começaremos agora a nossa entrevista. Antes, porém, vou pedir que você pense um pouco sobre o que iremos conversar. Procure pensar em tudo o que julgar importante quanto ao “ser pai”, o que implica e o que significa. Vou dar um tempo para você pensar sobre isso e, quando já tiver terminado, me avise. Certo?

2. Enunciação: Passados dois minutos, foram entregues uma caneta e uma folha de papel em branco, dando ao entrevistado a seguinte instrução:

Escreva agora, livremente, as coisas mais importantes que vc pensou. Escreva da forma mais simples que puder.

3. Averiguação: Uma vez coletados os enunciados, a entrevista propriamente dita era iniciada, verificando, discutindo e complementando os conteúdos evocados. Era então informado que daria início à gravação.

Iremos, agora, conversar sobre o que você escreveu. Como já havíamos combinado, esta parte da conversa será gravada, de forma que fique mais fácil e eu não venha a esquecer alguns detalhes importantes do que você disser. Gostaria também que você escolhesse um nome fictício pelo qual será identificado no decorrer da entrevista. Caso haja alguma parte que você não queira que eu grave, me avise que eu interrompo a gravação até você me autorizar a continuar gravando. Podemos começar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA (2ª etapa)

1- Situação Familiar

- Estado civil:
- Duração da união:
- Número de pessoas que moram na residência:
- Atividade econômica da mulher:
- Ocupação da mulher:
- Número de filhos:
- Idade dos filhos:
- Já foi casado anteriormente?
- Tem filhos do casamento anterior? Quantos? Moram com você? Por quê?
- Em sua casa quem se responsabiliza pelas seguintes atividades com as crianças:
 - a) Vestir e dar banho;
 - b) Dar comida;
 - c) Ajudar nos deveres e acompanha as atividades da escola;
 - d) Brincar;
 - e) Levar ao médico;
 - f) Pôr para dormir;
 - g) Levar ou pegar na escola;
- Quais as atividades que devem ser executadas pelo pai? Por quê?
- Quais as atividades que devem ser executadas pela mãe? Por quê?
- Na sua casa, como são realizadas as atividades relativas aos cuidados com os filhos? Por quê?

2- Percepções sobre o pré-natal

- Pra você o que significa pré-natal?
- O que significa pra você, pré-natal masculino? Já ouviu falar?

- Você participou do pré-natal do seu filho? De que forma?
- Quais os motivos o levaram a isso? (participar ou não)
- Qual sua opinião sobre o homem acompanhar a mulher no pré-natal?
- Como é sua relação com os profissionais do serviço de pré-natal?
- O que lhe foi oferecido no serviço de pré-natal?

3- Características sócio-econômicas:

- Local de moradia:
- Idade:
- Escolaridade:
- Atividade econômica:
- Ocupação:
- Tempo de permanência na ocupação atual:
- Renda Familiar:

Número do Questionário: _____
Coletor: _____ Data: ____/____/____
Digitador: _____ Data: ____/____/____

Esquema explicativo das categorias, subcategorias e falas referentes à Classe temática I

CLASSE I - PATERNIDADE	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	FALAS	
	1 - TRANSFORMAÇÃO	1.1 CULTURAL (TRADIÇÃO)	<i>“(…) eu acho que a personalidade que eu tenho hoje eu devo a meu pai, claro né que nem tudo eu acho que foi positivo, mas que na maioria das coisas na totalidade eu creio que foi positivo. (...) hoje a gente já tem um negócio mais maleável, antigamente não, era mais rígido; por isso eu acho que é... a rigidez dele me deixou mais moldado vamos dizer assim”. (Deméter, 36 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i>	
		1.2 FAMILIAR	<i>“(…) a partir do momento que tem um filho ou uma filha, você não pode pensar no filho como um produto do casamento, mas como um novo momento do casal, (...)”. (Alcioneu, 35 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i>	
		1.3 PESSOAL	<i>“Uma das grandes mudanças da minha vida, eu era muito de sair, ir a festas, então essa privacidade eu perdi, porque no meu ponto de vista não é certo, (...) no momento que você é pai você fica um pouco privado em relação a essas coisas”. (Hermes, 42 anos, 3 filhos, participante do pré-natal)</i>	
	2 - PAPÉIS	2.1 PROVIDOR	2.1.1 MATERIAL	<i>“Ele (o pai) que geralmente que trabalha, (...) é ele que vai sustentar a casa e ele sabe que aquela criança vai depender dele, entendeu. Se ele não tivesse essa possibilidade de fazer essas coisas, ela não vai pra frente, (...) tem muitas das mulheres que não tem como trabalhar, entendeu e a porcentagem é mais pra o homem. Eu creio assim que o homem é que tem... Por obrigação sustentar sua casa, independente da mulher. Eu creio assim”. (Narciso, 28 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i>
			2.1.2 AFETIVO	<i>“(…) você se esquecer de você pra se afetuar com o outro, mais com o outro. (...) ser pai pra mim é ser basicamente amoroso com os filhos, (...)”. (Adônis, 34 anos, 3 filhos, participante do pré-natal)</i>
			2.1.3 EDUCACIONAL	<i>“A questão da educação, sabe, você se preocupar muito com o que você acha ser certo, isso eticamente, você se basear pra educar seus filhos. Isso também aí pra mim é ser pai, você se preocupar com o que se pode fazer de correto na sociedade, é isso”. (Adônis,</i>

	<p>2.2 SOCIAL</p> <p>2.2.1 GÊNERO</p> <p>2.2.2 COMPLEMENTAR</p> <p>2.2.3 PARCERIA</p> <p>3 - RESPONSABILIDADE 3.1 PARTICIPAÇÃO</p>	<p>34 anos, 3 filhos, participante do pré-natal)</p> <p><i>“(…) banho, alimentação, colocar pra dormir. Aqui em casa a gente tem muito isso bem definido, sabe. Por mais que quando a gente precisa, eu dou banho, troco de roupa, mas é muito definido. Quando minha menina está danada, dá trabalho ela vem a mim e eu corrijo, converso com ela, mas assim no caso da mulher dar banho, alimentação, vestir”. (Apolo, 29 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i></p> <p><i>“A maioria é a mãe por conta do tempo (cuidados com o filho). Ela quem faz, então é essa situação de que homem não faz coisa de casa é porque não quer, não é porque num queira fazer, ajudar. Num é porque não saiba, é porque não quer mesmo”. (Mercúrio, 28 anos, 2 filhos, participante do pré-natal)</i></p> <p><i>“(…) eu acho que hoje em dia não dá mais pra gente dividir atividades pra mulher, atividades pra o homem, porque eu acho que já passou essa fase da história em que a mulher ficava em casa e tinha a obrigação de cuidar dos filhos né, eu acho que hoje a prova está aí dando vários tipos de famílias que é o contrário, a mulher está trabalhando e marido está em casa cuidando dos filhos. É raro a gente ver, mas existe”. (Eros, 32 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i></p> <p><i>“A mulher que faz mais. A minha vez é somente quando ela está fazendo uns servicinhos aqui em casa aí eu pego pra não perturbar ela, pego o mais velho, fico com ele por aí, dou uma voltinha pra ela terminar e... Pronto”. (Pílades, 27 anos, 2 filhos, participante do pré-natal)</i></p> <p><i>“(…) a minha esposa tem o trabalho dela, eu tenho meu trabalho, mas sempre a gente tudo junto, num caminho só, na minha família não existe isso aqui é meu e isso aqui é seu”. (Orestes, 43 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i></p> <p><i>“Ser pai, eu acho que ser pai é isso, é participar. Participar desde o início, não é só fazer não, e a minha participação está aí. (...) é estar presente em qualquer fase da vida, desde a gestação, acompanhamento no pré-natal e eu queria muito saber como</i></p>
--	---	---

		<p><i>estava o desenvolvimento da criança e sempre estava presente que era pra saber todas as fases da vida dele. Eu quero estar presente em todas as fases da vida dele, eu acho que ser pai é isso, é estar presente”. (Homero, 37 anos, casado, 2 filhos, participante do pré-natal feminino)</i></p> <p>3.2 CUIDADO <i>“(…) é participar, educar, estar ali perto, para o que der e vier, eu estar aqui e o que der e vier pra ela, mas primeiro eu que assumo tudo. Então é isso que eu digo, responsabilidade é no geral”. (Agamemnon, 45 anos, casado, 2 filhos, participante do pré-natal)</i></p> <p>3.3 DISCIPLINA <i>“(…) também tem que ter a hora de disciplinar, porque nem tudo a gente pode ficar passando a mão, (...) Pode sim impor disciplina, sem ser extrapolado, porque tem algumas pessoas que quer logo matar, esfolar, eu acho isso errado. Tem que primeiro saber os pontos, não vai se julgar logo de primeira, não vai logo atirar a pedra, vamos olhar primeiro”. (Ajax, 42 anos, casado, 2 filhos, participante do pré-natal)</i></p> <p>3.4 REFERÊNCIA <i>“(…) eu acho, que eu tenho um caráter bom, eu sou um homem bom, eu me acho um homem bom, ser um homem bom pra meu filho, como eu acho que sou. É um referencial sem dúvida, sem dúvida”. (Hércules, 32 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i></p> <p>4 - REALIZAÇÃO <i>“Eu me sinto feliz, me sinto realizado, me sinto é que realmente, é a completude do ser humano mesmo. (...) E o fato de chegar em casa e botar ele pra brincar, pra dormir, pra conversar com ele, pra educar, pra conversar tudo isso aí, me traz uma felicidade imensa”. (Hélio, 34 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</i></p> <p>5 - LIMITAÇÕES</p> <p>5.1 PESSOAIS <i>“Eu já fui mais ou menos encaixando como eu estou longe de ser um pai assim exemplar como diz o ditado né, porque tem muita coisa aí que eu poderia fazer, isso só quem faz mais é ela, é ela, é ela”. (Urano, 32 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</i></p> <p>5.2 MATERIAIS <i>“Então é sempre muito esforço, sempre correria pra galgar alguma coisa a mais. Não apenas na questão financeira, mas também de poder levar ela pra um passeio, pra um lazer, comprar livro pra ela, que a gente compra bastante livro”. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, não participante do pré-</i></p>
--	--	---

Esquema explicativo das categorias, subcategorias e falas referentes à Classe temática II

<i>CLASSE II – SAÚDE REPRODUTIVA</i>	<i>CATEGORIA</i>	<i>SUBCATEGORIA</i>	<i>FALAS</i>
	1 – PRÉ-NATAL	1.1 ACOMPANHAMENTO	<i>“Pré-Natal é um acompanhamento que a mulher tem, eu penso assim, um acompanhamento que quando a mulher, ela está grávida vai periodicamente acompanhando (...) pra ver se a criança está se formando direitinho, faz a ultrassonografia, tudo eu penso assim, deve ser isso”. (Urano, 32 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</i>
		1.2 PREVENÇÃO/CUIDADO	<i>“O Pré-Natal é importante pra mulher. (...) Porque você vai prevenir qualquer doença que venha pra uma criança, ate mesmo pra o pai, porque inclusive se vier algum defeito, pode ate ser corrigido dentro da barriga da mãe. (...) Isso é muito importante pra mulher”. (Héracles, 37 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</i>
		1.3 EXAMES CLÍNICOS	<i>“Pré-Natal é ir pra o médico, fazer exames, fazer ultrassom, tirar pressão, essas coisas, entendeu. (...) Uma preparação, pra daqui a nove meses, o parto”. (Heitor, 34 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</i>
		1.4 PREPARAÇÃO PARTO	<i>“(...) eu acho e acredito que pre-natal tem alguma coisa assim, com nascimento. Então é uma preparação, toda uma preparação, envolvendo mulher e homem, ou seja, marido e esposa (...) Pra o parto né. Para a vinda de uma criança, né. Tudo isso aí”. (Netuno, 37 anos, 3 filhos, participante do pré-natal)</i>
	2 – PRÉ-NATAL MASCULINO	2.1 ORIENTAÇÃO PATERNA	<i>“O pré-natal masculino assim é pra orientar o procedimento, como é que vai ser esse futuro bebê, né? Pra preparar o pai, como é que é trocar fralda, como é que é a gravidez da mulher, como você deve acompanhar, qual o procedimento que você deve tomar quando essa criança nascer. Acho que isso é mais como uma orientação para o homem porque como a maior parte dos homens ou foi criado ou a sociedade criou como algo machista (...) Acho mais uma orientação”. (Hefesto, 38 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i>

	<p>2.2 SAÚDE MASCULINA</p>	<p><i>“Creio que é o acompanhamento pra o homem, como diz, exame de doenças pra que não venha ter uma contaminação pra uma criança, evitar prevenir qualquer tipo de coisas desagradáveis, vamos dizer assim né”. (Apolo, 29 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i></p>
	<p>2.3 PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA</p>	<p><i>“Pode ser um acompanhamento pro homem, de um psicólogo pro pai, pra poder ajudar a lhe dar com o filho, ou até ou... Sei lá alguma coisa dessa área assim”. (Helano, 26 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i></p>
<p>3 – PARTICIPAÇÃO MASCULINA</p>	<p>3.1 OBJETIVA (EXAMES)</p>	<p><i>“Eu participei assim de levar ela no médico, levei ela muito pra ultrassom, bater ultrassom, pra como é que se diz, pra médica, fazer exame de sangue dela, foi tudo comigo”. (Proteu, 28 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i></p>
	<p>3.2 SUBJETIVA (PSICOAFETIVA)</p>	<p><i>“Isso é um dever que todo mundo, todo homem deve fazer, está ali, acompanhando, dando força né, porque a mulher quando está no período de gestação ela se sente muito mais frágil, muito mais desprotegida. (...) você ta sempre dando uma palavra positiva, então é muito importante o homem está sempre acompanhando”. (Hipólito, 27 anos, 1 filho, não participante do pré-natal)</i></p>
<p>4 – SERVIÇOS DE SAÚDE</p>	<p>4.1 INCLUSÃO</p>	<p>4.1.1 ACOLHIMENTO</p> <p><i>“Porque a gente sabe, temos profissionais aí, então, profissionais são profissionais não tem como discutir. E foi muito bom o médico, muito bom, entendeu super profissional, então não teve estresses não. (...) falou coisas que haveriam de acontecer ou não, pelas coisas do dia a dia que acontece, ele nos impôs tudo que poderia ou não acontecer, pra ficar mais conformado se acontecesse no caso”. (Narciso, 28 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</i></p>
	<p>4.2 EXCLUSÃO</p>	<p>4.2.1 NEGLIGÊNCIA</p> <p><i>“No serviço privado a gente enfrentou uma situação rápida, mas um tanto quanto, vamos dizer um pouquinho constrangedora porque a médica não nos deu a atenção devida. O Pré-Natal iniciou-se sem exames. Nem mesmo a pressão dela foi medida nas primeiras consultas de pré-natal. Aí a gente pulou pra um</i></p>

		<p><i>outro médico, e aí sim nesse terceiro acompanhamento é que teve realmente 100% de acompanhamento. E aí a partir daí a gente não tem nada a reclamar. Foi muito legal”.</i> (Teseu, 30 anos, 1 filho, participante do pré-natal)</p> <p>4.2.2 MARGINALIZAÇÃO <i>“Porque eu acho que era a hora que ela mais precisava de alguém perto dela e as pessoas que ela confiava, como eu ou a mãe dela, que ela sempre pedia pra um de nós dois não deixar ela sozinha ali nesse momento, mas infelizmente a médica, as enfermeiras não permitiram, no hospital quando ela foi ganhar disse que não era permitido, principalmente o homem, (...) na hora que ela mais precisou foi a hora que eu tive, fiquei ausente mesmo nesse momento, porque eu acho que era a hora de mais necessidade”.</i> (Menelau, 39 anos, casado, 1 filho, participante do pré-natal)</p> <p>5 - OBSTÁCULOS</p> <p>5.1 TRABALHO <i>“Atrapalhava porque às vezes não caía na mesma data, às vezes eu tinha viagens pra serem feitas, o trabalho exigia mais, aí não tinha... Isso eu ficava preocupado, porque eu queria tá lá, tá perto lógico né, mas aí não dava”.</i> (Netuno, 37 anos, 3 filhos, participante do pré-natal)</p> <p>5.2 FALTA DE INTERESSE <i>“Só acomodação mesmo, sou acomodado mesmo, falta de interesse não sei porque mas é tipo uma falta de interesse. Eu não procuro buscar força de vontade pra, como eu tava falando cigarro agora pouco, a pessoa deixar um vício, largar um vício é só a força de vontade, não é remédio, não é nada tudo está na mente da pessoa. A pessoa querendo a pessoa consegue, agora se a pessoa não der o primeiro passo, jamais nada vai acontecer”.</i> (Urano, 32 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</p> <p>5.3 DESCONHECIMENTO <i>“Eu acho que mesmo falta de noção de que isso é importante e tal, que isso me trouxesse coisas boas pra mulher, pra o filho, (...) Eu acho que é a falta de noção disso, eu não tinha muita noção (...)”.</i> (Hélio, 34 anos, 2 filhos, não participante do pré-natal)</p>
--	--	---



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

C E R T I D ã O

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – CEP/SES-PB, em sua 78ª Reunião Ordinária realizada em 28.06.11, com base na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS que regulamenta a ética na pesquisa em seres humanos, aprovou o parecer referente ao projeto **Construção social da paternidade: Analisando identidades e construções de gênero em homens e mulheres** do pesquisador responsável Flávio Lúcio Almeida Lima e orientadora Ana Alayde Werba Saldanha.

Esta Certidão é provisória, para fins de execução da referida pesquisa, ficando sob a responsabilidade do pesquisador entregar ao CEP/SES-PB o relatório final de conclusão da pesquisa, ocasião em que será emitida certidão definitiva, nos termos das atribuições conferidas ao CEP pela Resolução já citada.

Encaminhe-se ao pesquisador interessado.

João Pessoa, 29 de junho de 2011.

Zeleide Domiciano Cabral Monteiro
Coordenadora do CEP-SES/PB